

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

ANA CLÁUDIA FERRETTI CAPOVILLA

**A SEMÂNTICA DA ALTERIDADE NO DISCURSO CATÓLICO CONSERVADOR:
UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DISCURSOS VEICULADOS NOS VÍDEOS
OFICIAIS DO CENTRO DOM BOSCO, PUBLICADOS PELO CANAL DO
YOUTUBE**

CAMPINAS

2026

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIAS DA
RELIGIÃO
ANA CLÁUDIA FERRETTI CAPOVILLA**

**A SEMÂNTICA DA ALTERIDADE NO DISCURSO CATÓLICO CONSERVADOR:
UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DISCURSOS VEICULADOS NOS VÍDEOS
OFICIAIS DO CENTRO DOM BOSCO, PUBLICADOS PELO CANAL DO
YOUTUBE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião da Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Orientador: Prof(a). Dr(a). Ana Rosa Cloquet da Silva

CAMPINAS

2026

Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI
Gerador de fichas catalográficas da Universidade PUC-Campinas
Dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Capovilla, Ana Cláudia Ferretti

C245s

A semântica da alteridade no discurso católico conservador : uma análise a partir dos discursos veiculados nos vídeos oficiais do Centro Dom Bosco, publicados pelo canal do YouTube / Ana Cláudia Ferretti Capovilla. - Campinas: PUC-Campinas, 2026.

138 f.

Orientador: Ana Rosa Clolet da Silva.

Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2026.
Inclui bibliografia.

1. Centro Dom Bosco. 2. Conservadorismo católico. 3. Semântica da Alteridade. I. Clolet da Silva, Ana Rosa. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais. Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião. III. Título.

ANA CLÁUDIA FERRETTI CAPOVILLA

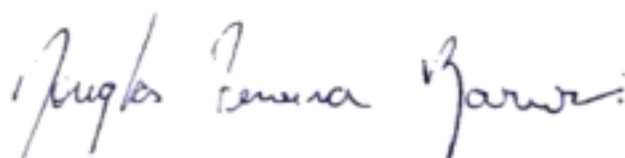
**A SEMÂNTICA DA ALTERIDADE NO DISCURSO
CATÓLICO CONSERVADOR: UMA ANÁLISE A PARTIR
DOS DISCURSOS VEICULADOS NOS VÍDEOS OFICIAIS
DO CENTRO DOM BOSCO, PUBLICADOS PELO CANAL
DO YOUTUBE**

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião da
PUC-Campinas, e aprovada pela Banca Examinadora.

APROVADA: 27 de fevereiro de 2026.



PROF. DR. FÁBIO PY MURTA DE ALMEIDA - (UENF)



PROF. DR. DOUGLAS FERREIRA BARROS (PUC-CAMPINAS)



PROF. DRA. ANA ROSA CLOCLET DA SILVA – PRESIDENTE (PUC-CAMPINAS)

Para o meu avô, cuja voz sempre ecoa em mim:
“estuda, filha, estuda”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, ao meu pai, à minha irmã e à Lili pelo amor incondicional, mesmo nos meus dias mais ausentes.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Ana Rosa Clochet da Silva, por acolher a minha pesquisa, pelas orientações valiosas, pela paciência e pelo constante cuidado.

Agradeço aos professores que marcaram minha formação, pelas instruções teóricas, metodológicas e humanas. Em especial, aos professores e funcionários do PPG de Ciências da Religião da PUC Campinas, que me acolheram e deram indispensáveis contribuições à minha pesquisa.

Agradeço aos professores Dr. Glauco Barsalini, Dr. Douglas Ferreira Barros e Dr. Fábio Py, presentes na banca de qualificação e defesa.

Agradeço às minhas amigas, amigos e colegas que tornaram esse processo mais leve.

Agradeço à minha psicóloga, pelo cuidado, pela escuta e pelo apoio fundamental nos últimos meses.

Agradeço à CAPES, pelo fomento que possibilitou a realização desta pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

Desde 2013, o Brasil tem atravessado um ciclo de intensificação das disputas políticas, morais e culturais, marcado pela polarização ideológica, pela ampliação do ativismo digital e pela rearticulação da presença pública de atores religiosos com discursos conservadores. Esses discursos constroem uma noção de alteridade associada à suposta “ameaça” representada por aqueles que contestam a ordem social que imaginam ser a correta. Parte dessas expressões de intolerância, ódio e exclusão do “outro” pode ser constatada nas estratégias discursivas mobilizadas por grupos católicos de tendência conservadora atuantes no Brasil, como é o caso do Centro Dom Bosco: uma associação de fiéis católicos leigos fundada em 2016 no Rio de Janeiro, ancorados em fortes discursos tradicionalistas católicos, e que se dedicam à obra de restauração da civilização cristã. Com este objetivo, seus membros veiculam conteúdos de natureza político-religiosa através de suas plataformas digitais oficiais. Este é o objeto eleito pela presente pesquisa, a qual procura compreender como esta prática discursiva opera e quem é o “outro” construído e execrado nos embates travados através destas plataformas digitais, especificamente através dos vídeos publicados no YouTube gratuitamente, desde sua fundação em 2016 até 2025. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se pauta no ferramental da História Digital, da Análise de Discurso de Eni Orlandi e da História dos Conceitos, desenvolvida por Reinhart Koselleck, investigando os conceitos e metáforas que integram uma “semântica da alteridade”, derivada dos embates discursivos empreendidos pelo Centro Dom Bosco. A partir deste objeto, espera-se contribuir para a ampliação dos estudos acadêmicos sobre as estratégias de atuação dos grupos católicos conservadores no Brasil contemporâneo, ainda escassos em comparação com os estudos sobre os grupos evangélicos. Como produto principal, espera-se concluir uma dissertação afinada aos propósitos da linha de pesquisa “Religião: instituições e discursos”, que ofereça uma perspectiva histórica acerca dos dispositivos de potencialização de discursos de ódio generalizados, construídos nas interfaces do político e do religioso no Brasil. Discursos estes que, historicamente, tem resultado na violência contra determinados segmentos sociais, religiosos e de gênero, configurando os vários sentidos da “alteridade” contrapostos à identidade cristã, reivindicada pelo grupo analisado.

Palavras-chave: Centro Dom Bosco. Conservadorismo católico. Plataformas digitais. Tradicionalismo católico. Discursos de ódio. Semântica da alteridade.

ABSTRACT

Since 2013, Brazil has been going through a cycle of intensified political, moral, and cultural disputes, marked by ideological polarization, the expansion of digital activism, and the rearticulation of the public presence of religious actors with conservative discourses. These discourses construct a notion of otherness, often associated with the perceived “threat” posed by those who contest the social order they believe to be the correct one. Some of these expressions of intolerance, hatred, and exclusion of the “other” can be observed in the discursive strategies mobilized by conservative Catholic groups active in Brazil, such as the Centro Dom Bosco: an association of Catholic faithful founded in 2016 in Rio de Janeiro, rooted in strong Catholic traditionalist discourses and committed to the project of restoring Christian civilization. To this end, its members disseminate political-religious content through their official digital platforms. This is the object of the present research, which seeks to understand how this discursive practice operates and who the “other” is, as constructed and anathematized in the battles waged through these digital platforms, specifically through videos published for free on YouTube, from its founding in 2016 until 2025. From a methodological perspective, the research is based on the tools of Digital History, Eni Orlandi's Discourse Analysis, and the History of Concepts, developed by Reinhart Koselleck, to investigate the concepts and metaphors that constitute a “semantics of otherness” derived from the discursive confrontations undertaken by the Centro Dom Bosco. Through this object of study, the research aims to contribute to the expansion of academic studies on the operational strategies of conservative Catholic groups in contemporary Brazil, a field still scarce compared to studies on evangelical groups. The main expected outcome is a dissertation aligned with the objectives of the research line “Religion: Institutions and Discourses”, providing a historical perspective on the devices that intensify generalized hate speech shaped at the intersection between politics and religion in Brazil. Such discourses have historically resulted in violence against certain social, religious, and gender groups, shaping the multiple meanings of “otherness” as opposed to the Christian identity claimed by the group under study.

Keywords: Centro Dom Bosco. Catholic conservatism. Digital platforms. Catholic traditionalism. Hate speeches. Semantics of otherness.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Textos selecionados sobre o Centro Dom Bosco.....	36
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Print da disponibilização dos serviços da associação a partir do CNPJ.....	61
Figura 2: Comunicado oficial sobre o desligamento de Pedro Affonseca do CDB	65
Figura 3: Representação do sonho de Dom Bosco e o brasão do CDB.....	74
Figura 4: Aula sobre a história do Brasil com Dom Bertrand e, no fundo, a bandeira do Brasil Imperial	79
Figura 5: Print do momento em que o CDB mostra a entrevista publicada em uma revista.	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC: Ação Católica

AD: Análise de Discurso

AIB: Ação Integralista Brasileira

AIPB: Ação Imperial Patrianovista Brasileira

AUC: Ação Universitária Católica

CDB: Centro Dom Bosco

CDD: Católicas pelo Direito de Decidir

CELAM: Conselho Episcopal Latino-Americano

CIP: *Coetus Internationalis Patrum*

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

DIP: Departamento de Imprensa e Propaganda

FSSPX: Fraternidade Sacerdotal São Pio X

IPCO: Instituto Plínio Corrêa de Oliveira

LEC: Liga Eleitoral Católica

LGBTQIAPN+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agêneros, Pansexuais e Não-binários.

TFP: Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade

TINA: *There is no alternative*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A TRAJETÓRIA DO CONSERVADORISMO CATÓLICO NO BRASIL	23
1.1 A ascensão do conservadorismo político-religioso no Brasil Contemporâneo	24
1.2 O Centro Dom Bosco e o conservadorismo católico na produção acadêmica recente.....	33
1.3 Heranças históricas do conservadorismo católico.....	39
2 REZAR, ESTUDAR E DEFENDER A FÉ: A AUTODEFINIÇÃO TRADICIONALISTA DO CENTRO DOM BOSCO	58
2.1 Origem, estrutura institucional e lideranças do CDB.....	58
2.2 Simbolismo, Espiritualidade e Identidade Tradicionalista.....	71
2.3 A presença do Centro Dom Bosco nos espaços públicos.....	78
3 A CONSTRUÇÃO DA ALTERIDADE NO DISCURSO DO CENTRO DOM BOSCO	84
3.1 Questões de gênero: a semântica construída em torno da emancipação feminina e dos grupos LGBTQIAPN+	84
3.2 Divisão da Igreja: a semântica construída em torno de pessoas e grupos católicos identificados como progressistas e não tradicionalistas.....	96
3.3 As religiões “falsas”: a semântica construída em torno das religiões não católicas.....	104
3.4 Os inimigos ideológicos: a nova roupagem da alteridade.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS	122

INTRODUÇÃO

A análise da articulação contemporânea de grupos religiosos conservadores no Brasil requer a consideração de fatores históricos que marcaram a formação social do país. No âmbito do pensamento social brasileiro, diferentes interpretações, clássicas e contemporâneas, apontam que suas estruturas políticas, econômicas e culturais foram constituídas em meio a práticas autoritárias e processos de exclusão social, cujos efeitos permanecem na vida pública. Nesse sentido, o conservadorismo pode ser compreendido não como um elemento circunstancial, mas como uma presença histórica persistente e estruturante da sociedade brasileira, ainda que assumindo configurações diversas ao longo do tempo. Assim, se, por um lado, especialmente no período posterior à redemocratização e à Constituição de 1988, observaram-se avanços na ampliação de direitos civis, sociais e culturais de grupos historicamente marginalizados, por outro, esse mesmo contexto foi acompanhado pela intensificação e rearticulação de discursos conservadores e exclusivistas. Tais discursos, frequentemente ancorados em referenciais religiosos e morais, têm operado na cena pública como formas de contestação a essas transformações, buscando conter ou mesmo reverter tais conquistas, contribuindo para a reconfiguração dos conflitos sociais contemporâneos.

Esses conflitos têm ganhado cada vez mais notoriedade. Segundo Py e Reis (2015), as instituições religiosas, além de serem representadas na arena política, fazem-se mais presentes também na esfera pública, desenvolvendo novas estratégias para ganhar protagonismo. Entretanto, esse fenômeno não é algo novo, considerando que “a história política do Brasil foi marcada pela presença de atores religiosos na esfera política, que acabavam influenciando diretamente nos rumos da nação” (Py; Reis, 2015, p. 136), em especial através da hegemonia da Igreja Católica (Azzi, 1980; Lenharo, 1986).

Assim, o que observamos atualmente é uma rearticulação de forças historicamente presentes, que adquirem novas formas de mobilização e linguagem a partir da emergência de atores religiosos e digitais (Carranza, 2011; Silveira, 2014a; Py, 2021). Hoje, com a ascensão de atores evangélicos, diversos grupos cristãos encontram convergências em pautas conservadoras e formam o que Almeida (2017) caracteriza como uma “onda conservadora”, composta por diferentes atores, religiosos e não-religiosos, atuando em múltiplos cenários. Almeida (2019, p.187) reitera que a metáfora de “onda” tem aqui um sentido de “movimento que arrasta o fluxo histórico em determinado sentido”, mas que não se realiza sem contraforças e tensões, de modo que a situação política atual permanece marcada por uma persistente

polarização e deve ser compreendida não como a emergência de um fenômeno novo, mas como a atualização de tendências conservadoras historicamente presentes na sociedade brasileira.

O conservadorismo pode ser visto como um conceito polissêmico. Como teoriza Koselleck (2006), os conceitos são sempre carregados de múltiplos significados e atravessados por temporalidades distintas. Assim, as palavras assumem novos significados sem que seus termos mudem, tornando os conceitos campos de disputa interpretativa, nos quais diferentes atores buscam estabilizar significados em meio a mudanças estruturais.

O conceito de conservadorismo, portanto, é de difícil definição enquanto substantivo. Conforme Bobbio (1998), o termo não pode ser abarcado por uma teoria política capaz de universalizar todos aqueles que se autodefinem ou são definidos como conservadores. Entretanto, enquanto adjetivo, o autor associa “conservador” a atitudes voltadas para a valorização da ordem, da moral e referentes à “[...] manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras” (Bobbio, 1998, p. 242). Assim, o autor interpreta que, ao defenderem sistemas políticos definitivos, os conservadores acabam limitando-se a proteger estruturas que, por sua própria natureza, dependem da abertura à mudança.

Essa retórica é intensificada no contexto neoliberal. Segundo Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não se restringe a um regime econômico, mas constitui uma nova racionalidade totalizante do mundo, capaz de modelar subjetividades e naturalizar desigualdades. Essa racionalidade impõe a naturalização da responsabilidade individual e consolida uma lógica de concorrência que atravessa tanto o Estado quanto os sujeitos, instaurando uma competição generalizada que organiza não apenas o mercado, mas também as relações sociais e, de modo mais profundo, o próprio indivíduo. Nesse sentido, os autores explicam que o neoliberalismo transforma a própria forma da existência do sujeito nas sociedades modernas, orientando comportamentos e expectativas segundo padrões competitivos.

Em continuidade, Dardot e Laval (2019) ressaltam que o processo dessa nova racionalidade produz novas formas de sociabilidade, caracterizadas por rivalidade, precariedade, incerteza e empobrecimento, tanto absoluto quanto relativo. Tais condições, segundo os autores, enfraquecem instituições e mecanismos coletivos de proteção social, gerando uma sensação persistente de desamparo e insegurança. Então, esses sentimentos são utilizados de forma oportuna em momentos de crise, quando a lógica competitiva tende a se institucionalizar, ampliando a desconfiança e reforçando discursos conservadores. Dessa maneira, o neoliberalismo não apenas reorganiza o mercado e as relações sociais, mas, também,

contribui para a consolidação de estruturas de poder e ideias que sustentam a polarização e a exclusão social.

Assim sendo, o conservadorismo também passa a assumir novas formas, tornando-se cada vez mais reativo às novas transformações sociais e mais apegado e vinculado às estruturas de poder. A resposta moral e política, alimentadas por ressentimentos, converte-se em discursos de caráter autoritário e excludente. A essa radicalização, Brown (2019) atribui o termo “neoconservadorismo”. Contudo, se o conservadorismo não possui uma definição totalizante, seus desdobramentos seguem a mesma lógica, utilizados com propósitos semelhantes, ainda que os autores que as empregam estejam mais preocupados com a análise de suas manifestações do que com sua definição conceitual.

Percebemos melhor essas características quando as retóricas conservadoras religiosas não adotam apenas argumentos positivos aos seus próprios grupos. Elas também se constroem a partir de discursos negativos sobre outros grupos, aqueles que se caracterizam por tendências opostas, desconhecidas ou divergentes de alguma maneira. Essa estratégia discursiva reforça fronteiras identitárias e morais, alimentando uma oposição entre o “nós” e o “eles”.

Essa lógica da alteridade, construída entre o “nós” e “eles”, pode ser aprofundada pelas reflexões de Reinhart Koselleck¹. Segundo o historiador (2006), todas as histórias são construídas por experiências vividas e por expectativas das pessoas ou que atuam, ou que sofrem na história. Antes do advento da Modernidade, o horizonte de expectativa era rigidamente moldado pela doutrina cristã, cuja escatologia profética orientava a projeção do futuro. No entanto, com o avanço do progresso tecnológico e da secularização, as sociedades ocidentais passaram a assumir o risco de um futuro em aberto, moldado pela ação humana. A experiência, então, se distancia da expectativa, que agora não tem mais previsibilidade ou estabilidade. Koselleck (2014) afirma que esse deslocamento temporal acaba repercutindo na linguagem: conceitos sociais e teológicos passam a ser temporalizados, adquirindo novos sentidos à medida que o horizonte de expectativas se reconfigura.

Desse modo, na modernidade, elementos teológicos não desaparecem, mas são reinterpretados dentro de novas gramáticas temporais e seculares, revelando a profunda conexão entre história social e linguagem. Neste contexto, o autor identifica os conceitos que buscam traduzir as experiências inéditas vivenciadas, muitas vezes comportando novos

¹ Uma contribuição pioneira na incorporação do referencial koselleckiano na área das Ciências da Religião e Teologia no Brasil tem sido oferecida pelas pesquisas de Ana Rosa Clochet da Silva, que desenvolve um estudo de semântica histórica a partir do discurso ultramontano veiculado pela imprensa católica no Brasil do século XIX e primeiras décadas do século XX (Clochet da Silva, 2020; 2021; 2023a).

significados, mesmo quando as palavras para expressá-las se mantêm as mesmas. Isto acontece com o conceito de “inimigo”. A experiência humana é constituída por dicotomias fundamentais – conhecido e desconhecido; dentro e fora; amigo e inimigo – que constroem fronteiras simbólicas entre o “nós” e o “eles”. Com a modernidade e a emergência de uma concepção no qual o ser humano se torna sujeito e objeto de sua própria história, o conceito de inimigo passa a ocupar, como observa Koselleck (2020, p. 289), “novos campos conceituais”.

Dentro de uma conjuntura histórico-social tão complexa quanto a brasileira, cabe-nos então perguntar: quem é o “outro” hoje, no Brasil, na visão de grupos cristãos conservadores? E quais são suas estratégias para a construção da alteridade, do inimigo?² Para buscar respostas a tais questões, a presente pesquisa elegeu analisar uma das estratégias utilizadas por estes atores nos seus embates cotidianos, que se refere à performance discursiva de grupos católicos conservadores, considerando sua intrínseca relação com a história do país. Para tanto, elege-se como objeto o Centro Dom Bosco (CDB), em razão de sua forte presença nas plataformas digitais, cooptação de seguidores e do seu discurso tradicionalista.³

O Centro Dom Bosco é uma associação civil de fiéis católicos leigos, fundada em setembro de 2016 no Rio de Janeiro, que, de acordo com a descrição em seu website oficial, se reúnem para “rezar, estudar e defender a fé”, tendo por missão “ajudar a resgatar a bimilenar Tradição da Igreja por meio de livros, aulas e iniciativas apologéticas” (CDB, 2024). Embora nem toda a documentação do CDB seja acessível, há uma importante massa documental disponível ao público mais amplo, que pode ser explorada por meio de seus canais de comunicação e que revela inúmeros elementos políticos conservadores, retóricas tradicionalistas católicas e uma postura combativa àqueles que não seguem a doutrina proferida pelos seus membros.

O CDB possui uma editora própria, com mais de 200 livros já publicados, abordando temas teológicos como a tradução de diversos documentos eclesiais pré-conciliares, temas de cunho pedagógico, como livros de filosofia tomista e livros de História direcionados à defesa da Igreja Católica, assim como assuntos voltados ao que denominam de “defesa da fé”, abordando alguns supostos inimigos da Igreja, tais como o protestantismo, a Maçonaria e o

² As pesquisas de Ana Rosa Cloclét da Silva, ao desenvolver seu estudo de semântica histórica, faz esse mesmo questionamento, aprofundando-se nos supostos inimigos da Igreja e da sociedade brasileira fabricados pelo discurso ultramontano oitocentista. (Silva, 2024).

³ Entendemos que há uma diversidade de grupos que, apesar de compartilharem afinidades, constituem-se de suas próprias particularidades, tais como a Associação Cultural Montfort, os Arautos do Evangelho e o Instituto Plínio Corrêa de Oliveira.

comunismo. Em 2023 o CDB fundou sua própria produtora de filmes, que já conta no catálogo com cursos e documentários, alguns sendo acessíveis apenas aos assinantes.

O meio gratuito de maior alcance do CDB se encontra nas plataformas digitais. Possuem um website oficial e perfis nas redes Facebook, Instagram, X (antigo Twitter), Telegram e YouTube. Essas redes sociais, além de se oferecerem como meio de comunicação, trabalham principalmente com os conteúdos publicados pela editora e pelos vídeos no YouTube. Com 555 mil inscritos, 1,2 mil vídeos publicados e quase 57 milhões de visualizações acumuladas desde dezembro de 2016 (CDB, 2025), o CDB mostra um amplo alcance nacional.

Essa pesquisa, apesar de partir de uma análise geral dos materiais do CDB, focará principalmente nos conteúdos fornecidos na plataforma YouTube, considerando que as plataformas digitais são um poderoso instrumental para grupos religiosos, oferecendo novos meios de mobilização de fiéis e difusão de seus ideais de modo gratuito, ou seja, acessível à quase toda a população. Segundo Silveira (2014a), a partir de 2010, com o desenvolvimento de novas redes eletrônicas, barateamento de tecnologias e aparelhos de conexão com o espaço cibernético, permitiram a criação de comunidades eletrônicas, corroborando a continuação das operações de grupos tradicionalistas e conservadores. Assim, de acordo com o autor, os atores religiosos constroem novas formas de comunicação, interação e simbologias através, tanto da produção, quanto do consumo da mídia, possibilitando a propagação e afirmação de fidelidades e estruturas.

A escolha pelo YouTube como recorte principal de análise se justifica por seu papel central na estratégia comunicacional do grupo, tanto em termos de volume de produções quanto de alcance de público, evidenciado pelo número expressivo de visualizações. Por se tratar de uma plataforma gratuita e de amplo acesso, o YouTube potencializa a difusão nacional dos conteúdos, ampliando significativamente sua capacidade de circulação. Além disso, observa-se que as demais plataformas digitais utilizadas pelo grupo operam, em grande medida, de forma complementar, sendo voltadas sobretudo à divulgação de livros, produções cinematográficas e ao redirecionamento para os próprios vídeos publicados no YouTube. Dessa forma, a centralidade analítica atribuída à plataforma não decorre apenas de sua popularidade, mas de sua função estruturante na organização e difusão dos discursos produzidos pelo grupo.

O recorte temporal adotado nesta pesquisa e insere nos marcos de setembro de 2016, momento da fundação do CDB, até maio de 2025. A justificativa se deve tanto por razões contextuais, quanto metodológicas. Primeiramente, o surgimento do grupo analisado coincide com um período de intensa efervescência política no Brasil, marcado pela rearticulação da extrema direita no país, como veremos no capítulo primeiro. Esse contexto é determinante para

se compreender a formação da identidade discursiva e militante do CDB, permitindo-nos perceber os vínculos entre o religioso e o político no país na sua contextualidade, bem como remontá-los à sua historicidade.

Em segundo lugar, esta pesquisa tinha como objetivo inicial concentrar-se no recorte temporal correspondente ao governo de Jair Bolsonaro (2019–2022) e sua transição para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2023–), a fim de observar as ações e reações do Centro Dom Bosco diante das transformações no cenário político nacional. Contudo, no decorrer da pesquisa, ocorreu um marco relevante: o falecimento do Papa Francisco, em 21 de abril de 2025. Considerando a trajetória do grupo ao longo dos anos, tornou-se analiticamente pertinente estender o recorte até o término do pontificado de Francisco, uma vez que ele já ocupava a Sé de Pedro no momento da fundação do CDB. Desse modo, foi possível examinar como as ações, posicionamentos e reações do grupo dialogaram com o programa reformador proposto por Francisco para a Igreja e para os fiéis católicos. Assim, estabeleceu-se maio de 2025 como marco final para a análise sistemática dos principais discursos, eventos e iniciativas do CDB. Ainda assim, o acompanhamento do grupo foi mantido até o final de 2025, registrando-se informações posteriores que poderiam se mostrar relevantes para a compreensão do fenômeno estudado.

Dessa maneira, o objetivo geral desta pesquisa é, a partir da análise dos conteúdos discursivos veiculados nas plataformas digitais do Centro Dom Bosco, compreender a construção do “outro” como alvo das retóricas de exclusão firmadas em dimensões políticas e religiosas. Essa investigação considera tanto as condições históricas quanto as contingências socioculturais que atravessam a sociedade brasileira contemporânea. Como objetivos específicos, ao fazer um panorama detalhado do perfil do CDB, objetivamos compreender como seus membros mais atuantes se apropriam do tradicionalismo católico, que caracterizou a tendência ultramontana do catolicismo no Brasil do século XIX e primeiras três décadas do século XX, reinterpretando esta referência à luz do contexto atual. Neste intuito, atentamos não apenas para o conteúdo das mensagens veiculadas – o que é dito –, mas para as estratégias do “como dizer”, ou seja, as estratégias discursivas (Orlandi, 1996). Por fim, a partir da consideração da profunda relação entre história e linguagem, objetivamos compreender os principais conceitos mobilizados por estes atores religiosos no embate contra seus oponentes, fazendo explicitar quem são seus “inimigos”.

É necessário enfatizar também que, apesar dos alinhamentos circunstanciais entre católicos e evangélicos na defesa de pautas ultraconservadoras e moralizantes no contexto atual, ainda predominam os estudos sobre o fundamentalismo evangélico. No que consiste ao objeto

de estudo desta pesquisa, o catolicismo em suas facetas ultraconservadoras e tradicionalistas contemporâneas, ainda há certa invisibilidade sobre sua presença pública e, sobretudo, nas plataformas digitais. Ainda que pesquisas recentes tenham começado a lançar luz sobre esse fenômeno, como os estudos de Silveira (2014a); Cloquet da Silva e Azevedo (2022); Sbardelotto (2023) e outros, o campo permanece em consolidação. Neste sentido, embora não pretenda cobrir toda essa lacuna, devido ao seu caráter plural e em permanente reconfiguração, a pesquisa pretende colaborar com um debate ainda incipiente nas Ciências da Religião.

Diante do objetivo proposto, parte-se da hipótese que o Centro Dom Bosco constrói a figura do “outro” por meio de estratégias discursivas que articulam elementos religiosos, morais e políticos em chave excludente. Supõe-se também que essa construção se ancora em uma releitura contemporânea do conservadorismo católico, na qual, referências do tradicionalismo são adaptadas ao contexto atual. Dessa maneira, haveria uma construção do “outro”, do “inimigo”, a partir de uma continuidade histórica. Assim, a alteridade não se cria *ex novo*, mas seria rearticulada, atualizada e adaptada para as disputas do século XXI.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa teve diferentes etapas de desenvolvimento, dentro da categoria de pesquisa qualitativa. Um primeiro momento se configura como uma análise bibliográfica exploratória, aquela caracterizada por Gil como a que é desenvolvida por materiais já elaborados, constituídos principalmente de livros de leitura corrente e publicações periódicas (GIL, 2002). Dando continuidade ao processo, a pesquisa então se ampara no diálogo com a bibliografia especializada, em cotejo com a consulta das fontes primárias eleitas: os conteúdos digitais veiculados pelo Centro Dom Bosco, especialmente os vídeos disponibilizados na plataforma do YouTube de forma gratuita.

Embora o canal possua mais de mil vídeos publicados, contabilizando também republicações e cortes de vídeos anteriores, produções em formato *YouTube Shorts*, divulgações de editoriais, documentários e conteúdos afins, esta pesquisa trabalha com um corpus delimitado de 137 vídeos, selecionados a partir de critérios temáticos, temporais e discursivos. O processo de seleção teve início de forma exploratória, por meio de um acompanhamento contínuo do canal, o que possibilitou a identificação progressiva de quatro eixos temáticos recorrentes no conjunto das produções: questões de gênero, abordagens sobre religiões externas, debates internos ao campo católico e posicionamentos de cunho ideológico. A partir dessa sistematização, a constituição do corpus passou a priorizar vídeos nos quais tais temáticas se apresentavam de maneira explícita e articulada, garantindo maior densidade analítica ao recorte. Tal delimitação mostrou-se suficiente para a identificação de padrões semânticos, recorrências argumentativas e fundamentos teológico-políticos do discurso analisado,

alcançando-se, assim, saturação analítica. Dentre esse conjunto, foram citados e examinados, ao longo do trabalho, aqueles considerados mais representativos para a compreensão da construção discursiva do grupo, especialmente os que condensam suas categorias centrais, seus enquadramentos interpretativos e suas estratégias de posicionamento público.

Os materiais digitais são um desafio para os pesquisadores, especialmente nos estudos históricos e das Humanidades em geral. Segundo Noiret (2015), a chamada “virada digital” do mundo modificou profundamente o modo como historiadores produzem, acessam e organizam suas fontes e como estes se relacionam com seu público. Assim, havendo a necessidade de novos métodos para estudar o passado na era digital (documentação, instrumentos para acesso, armazenamento, tratamento), desenvolveu-se a chamada História Digital, que “[...] requer reescrever e reinterpretar os métodos profissionais e dominar as novas práticas digitalizadas” (Clavert; Noiret, 2013 *apud* Noiret, 2015, p.29). O autor nos mostra que as humanidades digitais necessitam, portanto, de métodos transdisciplinares e em constante evolução para acompanhar a expansão do mundo digital.

Considerando que a internet se tornou mais acessível através do barateamento dos aparelhos desde os anos 1990 (Andrade, 2023) e que, desde então, a virada digital já passou pelas fases da integração das mídias sociais — por volta do ano 2004 (fase WEB 2.0) — e pela integração semântica dos dados (fase WEB 3.0), os historiadores se depararam com o desafio da História Pública Digital (Noiret, 2015). Esta implica em projetos culturais e digitais que só são possíveis graças à “presença ativa do público, que possui conhecimentos e documentos e, sobretudo, às tecnologias que permitem conectá-los com estes projetos digitais” (Noiret, 2015, p. 36). É nesta categoria que a fonte primária da presente pesquisa, os conteúdos do CDB, se encaixam.

A História Pública Digital é um desafio por inúmeros motivos. Na internet há uma quebra de barreiras espaço temporais, linguísticas, locais e globais. Além disso, Noiret (2015) explica que a memória que a rede mundial de computadores transmite permite uma reprodução acrítica e descontextualizada da memória individual e comunitária. Elas são isoladas e fragmentadas, não permitindo a condução para benefício da atividade interpretativa do historiador. Vale destacar que, tratando-se de redes sociais, há algumas implicações a serem consideradas. Andrade (2023) nos coloca que, sendo as *Big Techs* (*Amazon, Google, Apple, Meta, Microsoft*⁴) o centro da Terceira Revolução Industrial, o ciberespaço se torna um espaço

⁴ Das principais redes sociais e que o CDB também faz parte, o YouTube pertence ao Google e é a maior plataforma de vídeos do mundo; o Facebook e Whatsapp pertence à Meta; o X (antigo Twitter) pertence à *X Corp.* Já o Telegram é tido ainda como uma empresa independente.

controlado por empresas privadas e por agentes públicos, tornando-se “gentrificado” e designado para uma ordem específica de serviços financeiros. A autora ainda salienta que o meio eletrônico é efêmero: o público pode reestruturar, apagar e editar os conteúdos a qualquer momento. É também vulnerável à destruição de dados por órgãos públicos e privados, ou pela obsolescência de softwares e hardwares.

Neste debate, que abarca a preservação de documentos digitais; a dificuldade de “classificar os textos e ordená-los segundo alguma lógica que leve em consideração o lugar de fala de seus autores” (Andrade, 2023, p.10) por conta de seu distanciamento dos padrões de citações e referências; o dilema ético sobre a exposição de dados de usuários; a confiabilidade das informações divulgadas; entre tantas outras particularidades, o pesquisador se depara com uma área relativamente recente, em constante adaptação e que necessita de metodologias renovadas tanto s Ciências Humanas, quanto da Tecnologia da Informação.

Estar atento para esses aspectos é fundamental para a etapa qualitativa que constitui a análise propriamente dos discursos do CDB veiculados nessas plataformas digitais. Para analisar esses discursos, a pesquisa também mobiliza o instrumental da Análise de Discurso (AD). Compreendemos a AD na ótica de Orlandi (1996, p.21), que considera o discurso como um objeto por si só. Para a AD, é necessário considerar todos os elementos: emissor, receptor, código, referente e mensagem, entendendo que a transmissão e a recepção das informações não ocorrem de modo linear, mas estão produzindo, simultaneamente, um processo de significação. Há um processo de subjetivação e contextualização no discurso que ultrapassa o que é dito e pertence aos “efeitos de sentido” do não-dito.

Na análise dos termos mobilizados pelo discurso do CDB, incorporamos o instrumental metodológico da História dos Conceitos, de Koselleck (2020, p.11), que compreende que “nenhuma formação conceitual poderia, em princípio, ser pensada em termos puramente sincrônicos” e sim que “um conceito, pelo menos potencialmente, conteria em si diferentes camadas de significado, diacronicamente escalonadas”. Assim, um conceito mobilizado por qualquer discurso carrega uma semântica histórica, com elementos linguísticos que dependem de condições “elementares, geográficas, biológicas e zoológicas. Todas influem nos eventos sociais por intermédio da constituição humana” (2020, p.22). Desta maneira, compreendemos que a linguagem é tanto receptiva, quanto produtiva.

Neste sentido, ao procurarmos decifrar quem é o “outro” (a alteridade) construído discursivamente nos embates contingenciais que caracterizam o contexto contemporâneo, é necessário estar atentos à essa transposição de termos, conceitos e metáforas religiosas para o

plano temporal, definindo os potenciais “aliados” e “inimigos” (ou “ameaças”) da tendência analisada.

Para alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa foi organizada em três capítulos. No primeiro, realiza-se a contextualização histórico-analítica do fenômeno investigado, situando o objeto no cenário mais amplo das transformações sociopolíticas recentes. Analisa-se, ainda, como o grupo tem sido abordado na produção acadêmica, bem como as heranças históricas do catolicismo que incidem sobre a configuração contemporânea do Centro Dom Bosco, contribuindo para a compreensão de sua inserção e atuação no contexto brasileiro.

O segundo capítulo dedica-se à compreensão interna do grupo, examinando sua estrutura institucional, suas lideranças e os elementos simbólicos e identitários mobilizados em sua autodefinição, culminando na análise de sua presença e atuação nos espaços públicos.

O terceiro capítulo concentra-se na análise discursiva mais profunda, examinando as categorias de “outro” mobilizadas pelo grupo: as questões de gênero, especialmente no que se refere à emancipação feminina e às populações LGBTQIAPN+; as tensões com setores identificados como católicos progressistas; a caracterização das religiões não católicas como “falsas”; e, por fim, a atualização de inimigos ideológicos sob novas roupagens semânticas.

1 A TRAJETÓRIA DO CONSERVADORISMO CATÓLICO NO BRASIL

Este primeiro capítulo compreende que, apesar do objeto da pesquisa se encontrar em uma conjuntura recente, a análise é necessariamente diacrônica, ou seja, se baseia em uma perspectiva histórica. Na lógica da História dos Conceitos (Koselleck, 2006, 2014), os eventos não emergem isoladamente, mas se inscrevem em estruturas temporais mais profundas que lhes conferem compreensibilidade, em “camadas do tempo” que se sobrepõem e produzem tensões entre experiência acumulada e horizontes de expectativa.

Considerando então que a compreensão da rearticulação contemporânea de forças conservadoras exige situá-las em processos de longa duração, marcados por rupturas e continuidades em relação a outros momentos históricos e a partir de tendências, fluxos e dinâmicas que se conectam em escala global, este primeiro capítulo objetiva situar o contexto no qual tendências político-religiosas de cunho conservador se projetam no espaço público brasileiro.

Embora esta pesquisa não se proponha a uma análise do CDB em suas redes transnacionais, o objeto eleito é atravessado por linhas de força e marcado por características que não se restringem apenas ao Brasil. É neste sentido que a perspectiva da História Global (Conrad, 2019) assume relevo e importância no estudo de um objeto cuja natureza é transnacional, implicando a necessidade de se levar em conta “o grau e a qualidade” de suas conexões com outros contextos históricos (Conrad, 2019, p. 24).

Neste sentido, embora a unidade de análise desta pesquisa esteja centrada na experiência brasileira, permanecemos atentos ao que Jacques Revel (1998) denomina “jogo de escalas”, segundo o qual o ajuste da lente de observação — ora ampliando-a, ora contraindo-a — transforma o próprio sentido do fenômeno analisado. Essa perspectiva metodológica implica reconhecer que os processos sociais assumem significados distintos conforme o nível de análise adotado, seja ele “micro” ou “macro”. Assim, neste capítulo, torna-se necessário considerar os vínculos entre a conjuntura brasileira e a emergência do conservadorismo político-religioso em outros contextos nacionais, bem como o posicionamento do Centro Dom Bosco diante dessas tendências globais e em relação ao pontificado de Papa Francisco. Como destaca Revel (1998), uma mesma realidade social não se apresenta de forma idêntica em diferentes escalas de observação, uma vez que estas definem os níveis de generalização, a constituição do individual e do local, e sua articulação com os contextos históricos e estruturais mais amplos nos quais estão inseridos.

Diante dessas considerações, este capítulo tem como objetivo situar teórica e historicamente o objeto da pesquisa, oferecendo os referenciais necessários para a compreensão do conservadorismo católico contemporâneo no Brasil e, em particular, da atuação do Centro Dom Bosco. Para tanto, o capítulo organiza-se em três eixos complementares. No primeiro, objetiva-se compreender a ascensão do conservadorismo político-religioso no Brasil contemporâneo, apresentando um panorama do contexto político e social mais amplo no qual esses grupos se inserem e no qual o CDB foi criado. Em seguida, realiza-se um mapeamento da produção acadêmica recente sobre o Centro Dom Bosco e o conservadorismo católico, com o intuito de identificar tendências analíticas, categorias mobilizadas e lacunas existentes na literatura. Por fim, o terceiro eixo objetiva apresentar um panorama histórico que permite compreender as referências doutrinárias, simbólicas e discursivas que informam a atuação atual do grupo.

1.1 A ascensão do conservadorismo político-religioso no Brasil Contemporâneo

Para compreendermos o cenário religioso no Brasil atual é necessário considerarmos a complexa conjuntura política deste país. Apesar do conservadorismo político-religioso ter ganhado um grande destaque nos últimos anos por conta da sua visibilidade social e legitimidade política durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), esse não é um fenômeno recente. Compreender a ascensão desse conservadorismo exige uma contextualização do cenário político de anos anteriores, bem como uma análise das suas raízes estruturais. Essa contextualização é indispensável para compreender como o Centro Dom Bosco (CDB) se institucionaliza, como atua e como, no plano discursivo, mobiliza repertórios históricos, atualizando-os a partir do tempo presente.

Tomamos seu ano de fundação, 2016, como marco analítico que nos permite recuperar o contexto econômico, religioso e político daquele momento e, sobretudo, entender como determinados eventos nacionais e transnacionais contribuíram para a consolidação de suas principais referências discursivas e estratégicas.

A começar pela política brasileira, Dagnino (2004) afirma que o Brasil do final do século XX e início do século XXI foi marcado, entre outras características, por disputas entre projetos políticos⁵ distintos, que tinham como ponto de partida referências comuns: participação,

⁵ Em Dagnino (2004, p.98), o termo “projetos políticos” está sendo utilizado “num sentido próximo da visão gramsciana, para designar os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos”.

sociedade civil, cidadania e democracia. Esses projetos não se limitam à atuação política, mas também dialogam com profundas matrizes culturais. A autora afirma que, por um lado, desde o início dos anos 1980, assistia-se no país a um processo de ampliação da democracia, cujo marco formal é a Constituição de 1988. Esse processo foi impulsionado pelos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, bem como pelos consequentes anos de criação de novos espaços para a participação da sociedade civil na formulação e expansão de políticas públicas, marcando o contexto de redemocratização pós-ditadura militar.

Essas ações deram origem à noção de cidadania ampliada, ou nova cidadania, cujo núcleo é a ideia de um “direito a ter direitos”, e de uma igualdade que inclui também o direito à diferença. Esse conceito se concretizou a partir de demandas relacionadas a questões como gênero, raça, etnia, autonomia, direito à moradia e acesso à infraestrutura, entre tantas outras que continuaram a se desenvolver após 1988. Ou seja, a criação de novos direitos – e ampliação dos já existentes – ocorre, principalmente, pelo reconhecimento, no interior da própria sociedade, de novas formas de relações sociais. Nessas relações, cidadãos antes invisibilizados passam a se afirmar e a serem reconhecidos como agentes políticos. Assim, esse projeto político trata justamente do papel ativo daqueles à margem da sociedade, dos excluídos (Dagnino, 2004).

Entretanto, seguindo o pensamento da autora (2004), outros projetos políticos, que também sugeriam uma sociedade ativa, direcionavam essas referências para caminhos diferentes e entravam em um campo de disputa⁶. Apesar de em 1988 ser instituída a Constituição Cidadã, com a presença de um projeto político que vinha sendo amadurecido desde o período da resistência ao regime militar, o avanço da estratégia neoliberal já estava presente na América Latina e, no Brasil, avançou a partir da década de 1990. No projeto neoliberal, a participação da sociedade civil se expressa no Terceiro Setor, mais na filantropia e menos no Estado, marginalizando movimentos sociais. Se, para uns, o reconhecimento de direitos é um indicador de modernidade, para outros é seu atraso, pois restringiria a flexibilidade do trabalho e, consequentemente do mercado e seu desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, o Brasil aderiu de forma mais sistemática a esse modelo ao longo da década de 1990, em um cenário marcado pela crise da dívida externa e pela alta inflação, que fragilizavam a economia nacional. Com a eleição de Fernando Collor, em 1990, intensificaram-se medidas como a abertura comercial e financeira, aderindo à “virada neoliberal”. Posteriormente, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, esse processo se consolidou

⁶ A esse campo de disputa, a cientista política Dagnino (2004) dá o nome de “confluência perversa”, explicando que os efeitos desses fenômenos não são visíveis imediatamente.

por meio de privatizações de empresas públicas e da adoção de políticas macroeconômicas como o regime de metas de inflação e a flutuação cambial (Bresser-Pereira, 2020). Outro evento que consolidou o neoliberalismo no Brasil foi o Consenso de Washington⁷, pelos ajustes às políticas de estabilização impostas no país (Dagnino, 2004).

Essas articulações neoliberais não foram características estritas ao Brasil. De acordo com Pinheiro-Machado (2019), em diversas partes do mundo elas vinham ganhando força, tendo como marco crucial a crise econômica de 2008. Mais do que um colapso financeiro, tratou-se de uma crise sistêmica que envolveu toda a rede de capital interconectado. As transformações que viriam na década seguinte seriam uma resposta direta à política institucional de austeridade e aos avanços da democracia tal como vinha sendo praticada. Surgindo inicialmente no campo da esquerda, essas respostas manifestaram-se por meio de protestos e ocupações que ficariam conhecidas como as “primaveras”.

A Primavera Árabe foi a primeira dessas mobilizações. Iniciada em dezembro de 2010 na Tunísia, em reação às constantes violações de direitos humanos, rapidamente os protestos se alastraram no ano seguinte à Argélia, Jordânia, Egito, Iémen, Líbia, Bahrein, Síria, Iraque, Jordânia, Kuwait, Marrocos, Omã, Líbano, Maurítânia, Arábia Saudita e Israel. As revoltas estavam direcionadas, sobretudo, à desigualdade econômica e social, à inflação, ao desemprego e os regimes políticos autoritários. Como resultado, diversos líderes reformularam constituições ou anunciaram sua não recandidatura, além da queda dos regimes da Tunísia, Egito e Líbia entre 2011 e 2012 (Bijos; Silva, 2013).

Ainda em 2011, protestos de natureza semelhante ocorreram em algumas partes da Europa como Grécia, Islândia, Portugal e Espanha, e na China, com manifestações em Pequim e Xangai. Nos Estados Unidos, o movimento *Occupy Wall Street* e seu slogan “Nós somos os 99%” escancarava a indignação com a desigualdade econômica no país. Em 2014, o Movimento dos Guarda-Chuvas ocupava as ruas de Hong Kong. (Pinheiro-Machado, 2019)

Todos esses eventos, ao mesmo tempo em que expressavam demandas e frustrações acumuladas de lutas anteriores, bem como a busca por formas mais participativas e críticas à democracia representativa, foram também influenciados pela novidade do novo milênio: as redes sociais. Mais importante que qualquer resultado institucional imediato, as ocupações

⁷ O Consenso de Washington foi uma reunião em 1989 entre o Fundo Monetário Nacional, o Banco Mundial e o Departamento de Tesouro dos EUA junto com instituições neoliberais e alguns representantes latino-americanos para tomar medidas de contenção da crise econômica da época e para o desenvolvimento de países latino-americanos. Algumas das recomendações incluíam estimular a competição entre taxas de câmbio, a privatização de empresas estatais e abertura econômica. No Brasil, a ação de maior destaque foi o Plano Real. Entretanto, o Consenso não levou em consideração a estrutura econômica particular de cada país, assim como também perpetuaram uma relação de dependência entre esses países e os EUA (Batista, 1994, p.115-163).

trouxeram “o fato de as pessoas estarem juntas e experimentarem um mundo novo” (Pinheiro-Machado, 2019, p. 23). Contudo, a direita também soube usar esse momento de organizações coletivas e fragilidade das instituições, direcionando a insatisfação para uma saída mais conservadora e, em alguns casos, de extrema-direita. Esses grupos tinham maiores recursos financeiros e tecnológicos, inclusive para produzir *fake news* nas plataformas digitais – fator que, por exemplo, influenciou fortemente os resultados da eleição de Donald Trump em 2016 e do *Brexit*, na Inglaterra⁸.

Cabe destacar que a pauta conservadora como resposta à crise não é em si uma novidade. Se o ajuste neoliberal já era uma realidade, inclusive no Brasil, a sua aliança com o conservadorismo político remete, desde os anos 70 com a virada conservadora nos EUA, a seguinte eleição de Ronald Reagan (e o domínio dos republicanos nas duas décadas que seguiriam), assim como as políticas de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha, que se iniciam em 1979, e a chegada de Helmut Kohl na Alemanha em 1982 (Moraes, 2013). Dardot e Laval (2016) consideram especialmente os governos de Thatcher e Reagan como bons representantes da aplicação da austeridade político-econômica elitista que o neoliberalismo permite. Thatcher expôs mais radicalmente uma “revolução conservadora” que ganhou seguidores com o seu lema: “*There is no alternative*” (TINA) ou “não há alternativa”, que se tornaria um mantra nos círculos políticos conservadores. O TINA considerava mais do que necessário reduzir o custo do trabalho, privatizar sistemas públicos e comprimir gastos com assistência social.

Tal como o conservadorismo, a direita política não possui um conceito único e universal, o que também se aplica aos seus desdobramentos, como a chamada Nova Direita, a partir da segunda metade do século XX. De acordo com Bobbio (1995), direita e esquerda são conceitos relativos, não representando qualidades, mas sim lugares do espaço político. O autor propõe, então, uma métrica de distinção entre ambas, baseada no grau de valorização atribuído à noção de igualdade. Além disso, utiliza como critério para diferenciar os posicionamentos moderados dos extremistas a maior ou menor apreciação pela liberdade.

O espectro da direita é amplo, com contribuições de diversos autores para compreender os contextos e matrizes conceituais em cada país, grupo e momento histórico (Cêpeda, 2018). No que concerne aos interesses desta pesquisa, trata-se, principalmente, de identificar seus principais aspectos e articulações discursivas com as tendências católicas conservadoras.

⁸ Pinheiro-Machado (2019, p. 26-27) faz aqui referência à empresa de consultoria *Cambridge Analytica*, responsável por coletar dados de usuários do *Facebook*, sem consentimento prévio, para criar anúncios personalizados e conteúdos falso. Estima-se que 87 milhões de pessoas em 10 países foram atingidas, sendo cerca de 70 milhões apenas nos EUA.

Considerando esta análise da evolução dos direitos civis, o conservadorismo desta época se coloca como uma reação, uma resposta negativa às demandas cidadãs – tais como a igualdade.

Como considera Albert O. Hirschman, em sua obra “A Retórica da Intransigência”, publicada originalmente em 1991, as retóricas conservadoras são reativas⁹ às ideias progressistas ou liberais, que buscam a construção dos direitos civis. Elas ficam muito claras em momentos como a Revolução Francesa no século XVIII, com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, o sufrágio universal e o surgimento do *Welfare State* no século XX. Hirschman (2019) também analisa que os argumentos utilizados pelos conservadores, ou reacionários, não são exclusivos desses grupos. Na verdade, tais argumentos não se baseiam apenas em convicções específicas, mas em padrões argumentativos previsíveis, que apelam ao medo, à inutilidade ou ao risco e que

podem ser invocados por qualquer grupo que se oponha ou tenha críticas a alguma nova política, proposta ou recentemente colocada em vigor. Sempre que os conservadores ou reacionários se encontram no poder e propõe e executam seus próprios programas e políticas, são, por sua vez, passíveis de ataques dos chamados liberais ou progressistas com os mesmos argumentos da perversidade, da futilidade e da ameaça. (Hirschman, 2019, p. 19)

Ainda devemos considerar que, nessa aliança entre o conservadorismo, o neoliberalismo e os partidos de direita, há ações que não são exclusivas desses atores quando falamos de política. Segundo Fassin (2016), o TINA não ficou reduzido aos partidos abertamente neoliberais conservadores quando a esquerda se viu decepcionada com os sociais-democratas e com os colapsos que se desencadearam a partir de 2007. Os argumentos populistas em favor do retorno a uma identidade nacional forte favoreceram políticas neoliberais mesmo em países governados por partidos socialdemocratas, tais como Alemanha, Reino Unido, Espanha e Grécia.

De acordo com Pinheiro-Machado (2019), essa coexistência de cenários políticos também floresceu no Brasil em 2013, entre o Movimento do Passe Livre, as manifestações anticorrupção no palco da Copa do Mundo daquele ano, o Projeto Lava Jato e o desenvolvimento da Nova Direita no país. A antropóloga destaca que essa ascensão da Nova Direita aqui se caracteriza pela “privação de debates e promessas de soluções fáceis para problemas complexos” (2019, p.88), mas isso não a faz anti-intelectual. Na verdade, ela está contra uma elite intelectual específica, descrita como progressista. Tais características se evidenciaram, e assumiram contornos mais específicos, no contexto do *impeachment* de Dilma

⁹ Hirschman (2019) faz uma análise sobre a história do termo “reacionário”, que apesar de ser um termo neutro, se encontra por vezes carregado de juízo de valor. Assim, ele busca outras descrições, tais como “reativo”.

Rousseff, em 2016, chegando até a eleição e os consequentes quatro anos de mandato de Jair Bolsonaro (2019-2022).

Os protestos e ocupações desse período, portanto, não faziam parte necessariamente de movimentos sociais. Assumir que seus participantes eram de direita, conservadores, ou afins implicaria ignorar diversas pesquisas de opinião e análises de espectros políticos. No entanto, eventos coletivos organizados e convocados por organizações que se afirmam de direita e/ou conservadoras começam a ganhar protagonismo, ocupando as ruas e ganhando voz nas plataformas. São diversas vertentes da direita que, por afinidade de agendas, vão se sobrepondo e formando uma pluralidade de direitas (Tatagiba, 2018).

No plano internacional, esse movimento encontrava ecos diretos na ascensão de Donald Trump. Bianchi e Melo (2018, p. 72), ao fazerem uma análise sobre os discursos trumpistas e seu “marketing agressivo”, apontam as posições racistas do presidente dos EUA contra pessoas negras e imigrantes latinos, adquirindo, inclusive, apoio de organizações como a *Ku Klux Klan*, durante as eleições de 2016. Os autores afirmam que, apesar de haver “comportamentos políticos associados ao fascismo” (2018, p. 69), há a perspectiva de que o fascismo foi um momento político com características definidas. Sendo assim, alguns politólogos têm utilizado o termo “populista” para defini-lo, alertando para o fato de que: “se na emergência do populismo de direita, as forças responsáveis das elites políticas e econômicas no mundo de hoje não tomarem as devidas providências, uma ameaça realmente fascista pode configurar no horizonte” (Bernan, 2016, *apud* Bianchi; Melo, 2018, p. 71).

Fassin (2016) coloca em questão o que a eleição de Trump simbolizava naquele momento. Para o autor, mais do que uma dominação econômica, era uma dominação política no sentido de restaurar a Casa Branca após a ruptura multicultural dos anos Obama (2009-2017), do movimento *Black Lives Matter* e da disputa presidencial com uma mulher. Ou seja, não é apenas uma questão de classe, mas é uma questão de identidade cultural.

O sexismo e o racismo do candidato republicano certamente não mobilizaram contra ele as mulheres e os hispânicos; entretanto, conseguiram mobilizar uma versão machista e racista da identidade masculina branca. Ao lhe conferir legitimidade, Donald Trump deu-lhe vida política (Fassin, 2016, p. 63).

No mesmo período, a eleição do Papa Francisco, em 2013, representou uma inflexão pastoral e política que tensiona o campo católico em escala mundial, como primeiro Jesuíta e primeiro latino-americano a ser eleito Papa. Leite (2024) explica que Francisco teve como marca uma linguagem simples, o desprendimento à vaidade e, principalmente, seu apelo pela caridade, pela solidariedade e pela justiça social aos mais pobres. Seu documento *Evangelii*

Gaudium, de 2013, definiu um novo dinamismo missionário descentralizado e de comunhão sinodal. Em 2015, Francisco lança a *Laudato Si'*, que enfatiza o cuidado com a Casa comum, ou seja: o cuidado com todas as criaturas da natureza. Dessa forma, logo no início de seu pontificado, ao lutar pelos mais pobres, pela ecologia e pelo diálogo aberto, Francisco abre a Igreja para a alteridade, para pessoas de todos os tipos, pois todos fazem parte da Casa Comum.

Essas transformações eclesiais provocaram reações articuladas de setores tradicionalistas e conservadores ao redor do mundo. Passos (2017) analisa que o projeto de Francisco, de uma “Igreja em Saída”, pautada na misericórdia e no discernimento, contrasta com uma “identidade legitimadora”, mais tradicional e centralizada da Igreja. Esse último está consolidado na cultura e estrutura eclesial, reproduzidos por membros da hierarquia. O que documentos como o *Evangelii Gaudium* e a *Laudato Si'* fazem é justamente provocar mudanças culturais essenciais ao longo do tempo, não apenas na Igreja, mas fora dela também. Segundo o autor, as estruturas assimilam as reformas aos poucos, mas para serem efetivas de fato, necessitariam de uma mudança cultural e política.

De acordo com Solano (2019), a vitória de Bolsonaro representou, no Brasil, o crescimento e a força de uma parcela da população que o elegeu por pautas que, ao representarem um ataque à ala progressista, também foram construídas para atacarem pautas identitárias:

Os avanços nos campos político, social e cultural durante as décadas dos movimentos feminista, LGBT e negro são inegáveis. O ideário saudosista masculino da família tradicional heteronormativa e patriarcal está sob ataque. Nesse sentido, para muitos dos votantes de Bolsonaro, PT, professores, manifestantes, feministas, todos formam parte de uma estrutura social e política que desestabiliza as hierarquias sociais clássicas e, portanto, coloca em risco as categorias sociais tradicionais que muitos utilizam para ordenar seu mundo [...] (Solano, 2019, p. 259).

Ao formular tal consideração, a intenção de Solano (2019) não era apenas prever como se configuraria o governo de Bolsonaro, mas como a “bolsonarização” da sociedade brasileira estaria acontecendo: o discurso populista e os aspectos emocionais a ele atrelados, o antipartidarismo (dentro da ideia de uma suposta renovação política) e a construção da imagem messiânica seriam alguns dos pilares de seu discurso. Mais ainda, a valorização seletiva do intelectualismo, o que a autora identifica como um anti-intelectualismo aos intelectuais que corroborariam com argumentos progressistas. Por fim, outro elemento citado e que tem destaque para o que servirá a esta pesquisa, é “a visão do adversário político como inimigo a ser aniquilado” (Solano, 2019, p. 260), referindo-se àqueles que ameaçam a ordem.

A ideia de ordem, correlata às de conservadorismo e direita, também é construída a partir de um outro ator: a religião. Ronaldo Almeida (2017) analisa a relação entre as dimensões

econômica e social desta crise sistêmica, intensificada nos últimos anos pelas políticas neoliberais, considerando como os grupos conservadores de cunho religioso se fortaleceram não apenas por meio de dinâmicas econômicas, mas também mediante a disputa pela moralidade pública – compreendida como aquela ancorada em tradições cristãs – e pelo suporte de aparelhos de segurança do Estado, que operam como mecanismo de repressão daqueles que se desviam desse padrão moral. Todas estas dimensões corroboram a linha de intolerância social.

Segundo Almeida (2017), desde 2013 é mais explícito do que nunca que “vingança, fobia e ódio foram os termos mobilizados para descrever os afetos gerados pela ‘onda conservadora’” (Almeida, 2017, p.23). Como esta é complexa por não ser uniforme no que toca aos grupos que a integram, o autor teoriza quatro vetores que parecem convergir em suas manifestações esta onda, que seria: economicamente liberal, moralmente reguladora, securitariamente punitiva e socialmente intolerante.

Assim, o neoliberalismo econômico e o ultraconservadorismo moral-religioso se ancoram na estrutura autoritária e excludente do Brasil. Faganello (2015) identificou no parlamento três grupos direita “mais ou menos coesos” (p. 146): uma bancada empresarial e focada na redução da presença do Estado na Economia; uma bancada composta por religiosos conservadores, defensores da moralização dos costumes; e uma bancada informalmente chamada de Bancada da Bala, que advoga a redução da maioria penal, revogação do Estatuto do Desarmamento e outras questões securitárias.

Barsalini (2020) explica que, dada a intrínseca relação entre religião e política no Brasil, há grupos que se utilizam de discursos religiosos para disseminar afirmações violentas às minorias sociais. Um resultado exemplar dessa aliança é a bancada parlamentar BBB – boi, bala e bíblia – referindo-se à tônica econômica, principalmente ruralista, à tônica militar e à tônica religiosa conservadora. Dessa forma há uma “oligarquia, hábil em disseminar, de modo muito eficaz, o espírito de sua mentalidade – o moralismo e a disposição pela criminalização dos pretos, das mulheres, dos retirantes, dos índios, dos pobres, dos LGBTQ+ [...]” (Barsalini, 2020, p.115). Não à toa, Bolsonaro foi eleito sob o slogan “Deus acima de tudo, o Brasil acima de todos” e “Deus, Pátria e Família”, personificando um discurso moralista-religioso dentro de um roteiro neoliberal (Barsalini, 2024).

Importante frisar que, apesar da bancada religiosa ser composta majoritariamente por evangélicos, ela tem uma forte presença católica com ideias convergentes. Dos 513 deputados, hoje 195 compõe a Frente Parlamentar Mista Apostólica Romana (Brasil, 2023). Esta frente foi constituída formalmente em 2015, com o intuito de “colaborar para que a igreja mantenha-se

forte e mostre ao mundo que sobre seus domínios o mal jamais prevalecerá” e de “defender o que preconiza a Bíblia sagrada, pois estamos aqui como legisladores para fazermos as leis civis, porém temos de estarmos vigilantes para que não se rasgue a Lei de Deus” (Brasil, 2015).

Almeida (2019, p.207) também observa que a eleição de Bolsonaro foi o resultado de diversos processos e situações conjunturais. Segundo o autor, a onda conservadora não se constitui apenas por evangélicos e seria um equívoco dizer que todos os evangélicos são conservadores. Entretanto, desde o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, o conservadorismo evangélico mostrou a força de seus discursos¹⁰ e seu protagonismo foi decisivo para o desfecho eleitoral de 2018. Porém, eles não se configuram como os únicos atores religiosos: conforme publicação do Datafolha em 25 de outubro de 2018 (*apud* Almeida, 2019), dentre os católicos, 29.795.232 votaram em Bolsonaro e 29.630.786 votaram em Haddad, enquanto 21.595.284 evangélicos elegeram Bolsonaro e 10.042.504 votaram em Haddad.

Já nas eleições presidenciais de 2022, em que Lula ganhou por diferença mínima de Bolsonaro no segundo turno (com 50,83% dos votos), o demógrafo José Eustáquio Diniz Alves (2022) estimou a força do eleitorado religioso da seguinte maneira: 26,09 milhões de evangélicos votaram em Bolsonaro e 11,72 milhões em Lula. Já entre os católicos, divide-se 34,57 milhões de votos para Lula e 24,52 milhões para Bolsonaro. Um dado a ser considerado de sua pesquisa é a estimativa dos votos de eleitores sem religião: uma diferença de 5,85 milhões em favor de Lula.

Percebemos então que, apesar do protagonismo evangélico ter sido decisivo para o desfecho eleitoral dos últimos anos, ele é relativamente recente e não é a única tendência cristã conservadora com força no país. O catolicismo no Brasil tem um longo histórico de protagonismo e legitimidade com as articulações políticas que, definitivamente, não desapareceram. Ostensivamente, como veremos adiante, as tendências cristã-conservadoras estão presentes como produtores e reprodutores de discursos de ódio, na construção constante de “inimigos”, ou seja, pessoas, grupos e movimentos que são vistos como ameaças e logo, devem ser eliminados. Neste sentido, tanto no âmbito da política institucional quanto nas ações da sociedade civil, há embates entre as constantes lutas para uma cidadania inclusiva e progressista, contra esses grupos que, com respaldo religioso, articulam movimentos de exclusão.

¹⁰ Almeida (2018, p.168-169) faz uma análise dos discursos dos deputados durante a votação do impeachment. Dos 367 deputados que votaram a favor, em quase toda a sua totalidade referenciaram “Deus”, “família” e “nação” como justificativa, tendo termos como “democracia” em segundo plano ou não sendo citadas de nenhuma maneira.

Neste contexto, especificamente em 2016, em meio às intensas discussões políticas então em curso, um grupo de leigos católicos identificaram pautas comuns e começaram a se reunir com o objetivo de fazer apostolado nas universidades e estudar a fé tradicional. A partir dessas iniciativas, constitui-se a Associação Centro Dom Bosco de Fé e Cultura, mais conhecida como Centro Dom Bosco (CDB). O grupo cresceu rapidamente, principalmente pela contribuição das plataformas digitais, onde publicam conteúdos diariamente. Ao assumirem uma postura católica tradicional, adotam também discursos ultraconservadores e convergentes com pautas políticas de direita. Assim, desde o início e ao longo dos quase nove anos de existência, o CDB acatou uma identidade combativa, com missões de caráter salvífico contra o feminismo, as lutas LGBTQIAPN+, o protestantismo, a Maçonaria, e até a outros católicos, que se afastam do catecismo tradicional anterior às reformas do Concílio Vaticano II.

Compreendendo a formulação conceito de “inimigo”, considerado por Koselleck (2020) como um dos conceitos políticos fundamentais, bem como sua metodologia que implica considerar as influências diacrônicas nas construções semânticas, é necessário revisitarmos alguns elementos que construíram o tradicionalismo católico no Brasil, para observarmos como o CDB empresta uma nova roupagem a retóricas combativas já antigas e recorrentes na história brasileira. Ao recuperarmos esses antecedentes, é possível perceber que a mobilização de discursos, a formação de redes de influência e a atuação na esfera pública não são práticas recentes, mas fazem parte de uma tradição que se atualiza conforme a conjuntura política e social. Compreender esse processo histórico permite uma leitura mais crítica e aprofundada das ações de grupos católicos conservadores no Brasil contemporâneo, que se autodenominam tradicionalistas, como é o caso do Centro Dom Bosco. Grupos estes que mobilizam estratégias discursivas e apropriam-se de recursos midiáticos na disputa por hegemonia cultural no espaço público.

1.2 O Centro Dom Bosco e o conservadorismo católico na produção acadêmica recente

Inicialmente, foi realizada uma revisão de literatura sobre o Centro Dom Bosco, atualizada pela última vez na primeira quinzena de agosto de 2025, em quatro bases de dados: Catálogo de Teses e dissertações (Capes), Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Google Acadêmico. Foram aplicados os seguintes filtros: recorte temporal entre 2016 e 2025, conforme delimitado nesta pesquisa; trabalhos publicados em língua portuguesa e integralmente disponíveis em formato digital. Com o descritor “Centro Dom Bosco”, foram selecionados

apenas os trabalhos que faziam referência direta à associação estudada, uma vez que surgiram resultados não pertinentes, como nomes de bairros e localizações “Dom Bosco” (Souza; Grigoletto, 2016) ou menções à figura de São João Bosco (Batista, 2021).

No Catálogo de Teses e Dissertações, foram encontrados 27 resultados, dos quais 2 foram selecionados. No Periódicos Capes identificaram-se 83 resultados, com 6 selecionados. Na plataforma Scielo encontraram-se apenas resultados repetidos. No Google Acadêmico foram encontrados e selecionados 3 resultados. Ao todo, foram selecionados 11 textos, correspondentes a 8 artigos, 1 monografia e 2 dissertações, conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro 1 - Textos selecionados sobre o Centro Dom Bosco

Título	Autores	Ano	Tipo	Base de dados	Área de Concentração
Entre terços e palanques: ativismos de deputadas católicas antifeministas na Câmara Federal	Tabata Pastore Tesser	2022	Dissertação	Catálogo de Teses e Dissertações Capes	Ciências da Religião
A expressão do conservadorismo político-religioso no segmento juvenil: um olhar sobre os jovens católicos do Centro Dom Bosco	Leonardo De Almeida Tavares Dos Reis	2023	Dissertação	Catálogo de Teses e Dissertações Capes	Ciências Sociais
Centro Dom Bosco: uma análise do (neo)conservadorismo brasileiro	Aline Guimarães Anastácio	2023	Monografia	Google Acadêmico	Ciências Sociais
A quem pertence o termo “católicas”? Direito e mídia como arenas e estratégias do neoconservadorismo	Maria José Rosado Nunes, Olívia Bandeira, Gisele Cristina Pereira	2021	Artigo	Periódicos Capes	Ciências Sociais
Associação Centro Dom Bosco de Fé e Cultura versus Porta dos Fundos e Netflix: direito na arte e a colisão de direitos fundamentais	Andressa de Figueiredo Farias, Taís Tavares Vieira Pessoa	2021	Artigo	Periódicos Capes	Direito
O caso “católicas pelo direito de decidir”: impasses jurídicos entre ortodoxia religiosa e expressão dissidente	Nina Garbellini de Mello, Camila Silva Nicácio	2023	Artigo	Periódicos Capes	Direito
Avanço do fundamentalismo católico nas redes sociais no Brasil	Ney de Souza, Marcelo Lanfranchi	2022	Artigo	Periódicos Capes	Teologia

Ultraconservadorismo católico: mimeses dos mecanismos da erosão democrática brasileira	Brenda Carranza, Ana Cláudia Chaves Teixeira	2023	Artigo	Periódicos Capes	Ciências Sociais
Os tradicionalismos e o tradicionalismo católico	João Décio Passos	2024	Artigo	Periódicos Capes	Ciências da Religião
Contra o Estado laico: a condenação da liberdade religiosa pelo Centro Dom Bosco através do curso "Catecismo da Crise da Igreja"	Thiago Arruda Lima	2024	Artigo	Google Acadêmico	Ciências da Religião
O Centro Dom Bosco e a atuação política da nova direita católica	Víctor Almeida Gama	2021	Artigo	Google Acadêmico	Ciências da Religião

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados nas bases de dados correspondentes

No campo das Ciências Sociais, destaca-se a dissertação “A expressão do conservadorismo político-religioso no segmento juvenil: um olhar sobre os jovens católicos do centro Dom Bosco” (Reis, 2023), que apresenta entrevistas com fundadores e membros do CDB, analisando algumas de suas posições. Também se encontra a monografia “Centro Dom Bosco: uma análise do (neo)conservadorismo brasileiro” (Anastácio, 2023), que aborda pautas defendidas pelo grupo por meio da netnografia e de seu histórico de batalhas judiciais. Na mesma área, identificam-se dois artigos: “Ultraconservadorismo católico: mimeses dos mecanismos da erosão democrática brasileira” (Carranza; Teixeira, 2023), centrado nos discursos do CDB durante a Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2021, e “A quem pertence o termo ‘católicas’? Direito e mídia como arenas e estratégias do neoconservadorismo” (Nunes; Pereira; Bandeira, 2021), que analisa uma ação judicial movida pelo CDB contra o movimento Católicas pelo Direito de Decidir (CDD).

Essas ações judiciais podem ser mais bem exploradas na área de Direito, com o artigo “O caso ‘católicas pelo direito de decidir’: impasses jurídicos entre ortodoxia religiosa e expressão dissidente” (Mello; Nicácio, 2023), e “Associação Centro Dom Bosco de Fé e Cultura *versus* Porta dos Fundos e Netflix: direito na arte e a colisão de direitos fundamentais” (Farias; Pessoa, 2021). Já na área da Teologia, foi identificado o artigo intitulado “O avanço do fundamentalismo católico nas redes sociais no Brasil” (Souza; Lanfranchi, 2022), que apenas cita o CDB como exemplo.

Por sua vez, na área das Ciências da Religião concentram-se uma dissertação e três artigos. A dissertação “Entre terços e palanques: ativismos de deputadas católicas antifeministas na Câmara Federal” (Tesser, 2022), embora não tenha o CDB como objeto

central, analisa o ativismo político de Carla Zambelli e Chris Tonietto, sendo esta última ligada ao grupo, o que resulta em frequentes menções. O artigo “Os tradicionalismos e o tradicionalismo católico” (Passos, 2024b) também não foca nos discursos do CDB, mas analisa as diferentes configurações tradicionalistas católicas, mencionando-o. Enquanto isso, o artigo “Contra o Estado laico: a condenação da liberdade religiosa pelo Centro Dom Bosco através do curso ‘Catecismo da Crise da Igreja’” (Lima, 2024), analisa discursos de cunho salvífico proferidos em alguns vídeos de um curso de catecismo do CDB. Por fim, o artigo “O Centro Dom Bosco e a atuação política da Nova Direita católica” (Gama, 2021), resultado da apresentação no Simpósio Nacional de História, apresenta um panorama geral de suas principais influências.

Nesses trabalhos, observa-se uma relativa dispersão classificatória na forma como o CDB é interpretado, apesar de intenções semelhantes. Nas Ciências Sociais, Reis (2023) refere-se ao CDB como um grupo conservador, com base em Mannheim (1982), para quem o comportamento conservador é “antagônico às posturas progressistas” (Reis, 2023, p.11). Carranza e Teixeira (2023), ao analisarem os discursos do CDB também o consideram um grupo conservador. Já Anastácio (2023, p.26) os descreve como “neoconservadores católicos”, considerando-os parte da Nova Direita, assim como Nunes; Pereira e Bandeira (2021).

No campo do Direito, Mello e Nicácio (2023) reconhecem o CDB como tradicionalista, enquanto Farias e Pessoa (2021) não apresentam uma categorização explícita, focando a discussão no processo judiciário que o CDB se envolveu com a Netflix. Já nas Ciências da Religião, Tesser (2022) os descreve como um grupo ultraconservador católico e como parte da direita católica. Gama (2021, p.10) aproxima o grupo de uma tendência neoconservadora, destacando-o como o principal dos “movimentos da direita católica na atualidade”. Passos (2024) faz menção ao grupo para exemplificar grupos tradicionalistas. Lima (2024) identifica seus traços tradicionalistas e observa sua aproximação com “quadros conservadores para processos político-eleitorais” (p. 8). Lima (2024) também afirma que considerar o tradicionalismo católico como uma forma de fundamentalismo religioso pode ser útil para entendermos suas dinâmicas. De modo semelhante, Souza e Lanfranchi (2022) classificam o grupo como conservador e fundamentalista católico.

Embora exista uma produção relevante sobre o Centro Dom Bosco, composta por diferentes abordagens disciplinares e analíticas, observa-se que esses trabalhos tendem a privilegiar recortes específicos, como disputas jurídicas, mobilizações políticas ou controvérsias públicas pontuais. A diversidade de categorias empregadas, como conservadorismo, neoconservadorismo, tradicionalismo, ultraconservadorismo e

fundamentalismo, revela não apenas a complexidade do objeto, mas também a ausência de uma abordagem integrada capaz de articular suas matrizes históricas, estratégias discursivas e formas contemporâneas de atuação.

Diante das categorias analíticas nas quais o Centro Dom Bosco é enquadrado nos trabalhos selecionados, utilizamos esses mesmos termos como descritores para uma pesquisa mais ampliada, a fim de obter um parâmetro geral sobre a forma como tais categorias vêm sendo abordadas na produção acadêmica recente. Para isso, realizamos buscas nas bases de dados Catálogo de Teses e Dissertações (Capes), Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), considerando o recorte temporal de 2016 a 2025, trabalhos publicados em língua portuguesa, integralmente disponíveis em acesso aberto e vinculados às áreas das Ciências Humanas.

No Catálogo de Teses e Dissertações, com o descritor “conservador*”, foram encontrados 61 resultados, majoritariamente voltados a análises de natureza político-eleitoral, especialmente relacionadas à ascensão e ao governo de Jair Bolsonaro (2019–2022). Dentre esse conjunto, identificamos 13 trabalhos com enfoque em religião, dos quais apenas três se dedicam especificamente ao catolicismo. Um deles corresponde à dissertação de Reis (2023), já selecionada por abordar o CDB. Outro é uma dissertação voltada ao período de 1968 a 1978 (Niero, 2017). O terceiro trabalho é a dissertação “Os bastiões da verdade: um estudo de caso sobre o discurso conservador católico na internet” (Queiroz, 2021), que, embora mencione o CDB uma vez, concentra-se na análise de outras lideranças e grupos católicos. Os demais dez trabalhos com recorte religioso apresentam, em comum, o foco no campo evangélico, evidenciando a centralidade desse segmento nas pesquisas sobre conservadorismo religioso contemporâneo. Como exemplo, a dissertação “Deus acima de tudo: a atuação política da Igreja Universal do Reino de Deus nas eleições presidenciais de 2018” (Paula, 2021) e a tese “Religião e política no campo evangélico contemporâneo: ancoragens, homologias e retraduições” (Santos, 2016).

Na mesma base de dados, o descritor “fundamentalismo E catolic*” apresentou 36 resultados. Entretanto, esses trabalhos não se referem especificamente a grupos como o CDB, concentrando-se majoritariamente em análises históricas ou em abordagens teológicas mais amplas. É o caso, por exemplo, da dissertação ““Os hereges estão chegando”: o impacto da chegada do protestantismo ao Brasil nas páginas de O Apóstolo” (Macario, 2022), ou de estudos voltados ao diálogo inter-religioso, como “A significação da eclesiologia de Lutero no catolicismo atual” (Tone, 2023).

Em contraste, ao se utilizar o descritor “fundamentalismo E evangélic*”, foram identificados 52 resultados, com forte concentração em análises sobre grupos evangélicos e suas relações com a política contemporânea. São exemplos, nesse conjunto, a dissertação “Religião, Sexualidade e Política: uma análise da atuação da bancada evangélica sobre direitos LGBTs no Brasil” (Santos, 2017) e a tese “A nova pedagogia da hegemonia evangélica e o projeto bolsonarista de fascistização: a interface nas políticas de militarização das escolas e de Educação Domiciliar (2019–2022)” (Colombo, 2023).

Ao se utilizar o descritor “neoconservador*”, foram identificados 122 resultados gerais, predominantemente voltados a análises de caráter político. Desses, apenas sete se situam nas áreas de Ciências da Religião e Teologia, sendo que somente a dissertação de Tesser (2022) se refere de modo direto ao catolicismo. Já o descritor “ultraconservador*” apresenta 14 resultados gerais, dos quais apenas a tese “A democracia questionada: a religião e o ultraconservadorismo como projeto de poder político no Brasil (2016–2022)” (Veiga, 2023) insere-se no campo das Ciências da Religião. No entanto, trata-se de um trabalho sem divulgação autorizada, o que limita seu acesso.

Na base Periódicos Capes, o descritor “conservador*” apresentou 722 resultados. Ao refinar a busca para “conservador* E catolic*”, foram identificados 90 trabalhos. No entanto, ao desconsiderarmos os artigos já selecionados anteriormente sobre o Centro Dom Bosco e aqueles que apenas mencionam de forma pontual o catolicismo conservador, observa-se que a maioria dos estudos se concentra em períodos históricos passados, como no artigo “A(s) marcha(s) da família, com Deus pela liberdade (1964–2016): pensamento conservador católico e cristão no século XXI” (Lanza et al., 2018). Para fins comparativos, o descritor “conservador* E evangélic*” apresentou 104 resultados, em sua maioria voltados à análise da política contemporânea, como exemplifica o artigo “Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores” (Mariano; Gerardi, 2019).

Percebemos também que a referência a determinados grupos católicos como fundamentalistas constitui uma exceção no campo acadêmico. Na base Periódicos Capes, o descritor “fundamentalismo” apresentou 97 resultados, e, entre aqueles voltados a temas contemporâneos, predominam análises de casos, discursos e contextos evangélicos, como no artigo “Em nome de Deus, da família e da propriedade: o ativismo político religioso nas campanhas pró-Bolsonaro: 2018 e 2020” (Souza, 2023).

A análise dos descritores e das bases de dados evidencia que, embora exista uma produção relevante sobre religião e conservadorismo no Brasil, ela se concentra majoritariamente nos grupos evangélicos e em suas articulações com a política contemporânea.

No caso do catolicismo, predominam estudos voltados a períodos históricos anteriores ou a experiências progressistas, sendo ainda escassas as investigações sistemáticas sobre o conservadorismo católico atual e sua presença na esfera pública contemporânea. A reduzida quantidade de trabalhos específicos sobre o Centro Dom Bosco, bem como a diversidade de categorias analíticas empregadas para caracterizá-lo, indica que se trata de um campo em processo de consolidação teórica. Nesse sentido, esta pesquisa insere-se em uma lacuna que pode ser mais explorada, ao propor uma análise do conservadorismo católico contemporâneo a partir de uma análise semântica.

1.3 Heranças históricas do conservadorismo católico

Embora vulgarizado no vocabulário político-religioso contemporâneo e amplamente usado nas Ciências Humanas, os termos conservadorismo e tradicionalismo carecem de fundamentação, na medida em que passaram a designar uma pluralidade de posturas e atores político-sociais. Para compreendermos a escolha do CDB de se intitular como tradicionalistas, é necessário buscar as suas referências e quais elementos desta tendência que remonta a séculos anteriores eles adotaram para si, bem como a opção desta pesquisa por definir esta instituição pelo termo “conservadorismo católico”.

Mesmo que partissem de orientações filosófico-teológicas distintas, o pensamento dos principais expoentes do conservadorismo contrarrevolucionário e do tradicionalismo foram formulados em reação aos acontecimentos transformadores desencadeados ou intensificados pela Revolução Francesa e os consequentes avanços da secularização e do liberalismo¹¹. Neste sentido, no âmbito do tradicionalismo, organizava-se algumas temáticas em comuns como: a valorização da natureza e da experiência, os temas morais, associados à honra, à fé, o espírito associativo em repulsa ao individualismo liberal que levava à valorização da família, dos vínculos comunitários locais e regionais e, o principal deles, a ordem (Cordi, 1984). A Igreja se viu questionada diante do processo de secularização que tomava forma na Europa pois, atrelada ao liberalismo, com a ênfase na autonomia do sujeito e na liberdade de consciência, “[...] a secularização gradualmente se tornou a nova norma nas sociedades contemporâneas” (Clolet da Silva; Roy-Lysencourt; Caldeira, 2024, p.18).

¹¹ O liberalismo, para além de uma vertente econômica e política, era também uma “filosofia social individualista” em sua concepção clássica original (Caldeira, 2011, p. 37).

É claro que, em essência, toda religião é tradicionalista e conservadora, pois se constitui, fundamentalmente, por tradições que devem ser preservadas. A problemática se encontra quando dogmas estritamente religiosos passam a regulamentar aspectos mais amplos da sociedade civil, da vida cotidiana através da política. Manoel (2013) entende a Igreja em duas vertentes: como uma *Eklesia*, ou seja, uma reunião de fiéis; e como uma instituição hierarquizada, que se inicia como uma reunião de fiéis e conquista um lugar central na sociedade europeia, com a presença do clero na administração do Império, um patrimônio fundiário esbanjador e a atribuição ao papa de árbitro universal. O autor (2013) elucida então que não se tratava apenas de uma doutrina salvífica, mas de um processo de subordinação que ditou normas de conduta pessoal, social e política, embasando um processo civilizatório inclusive em outros países, como o Brasil. A fim de evitar qualquer alteração que comprometa as tradições religiosas, faz-se necessário também conservar a sociedade.

O dogma do pecado original é essencial no pensamento dos tradicionalistas, pois desenha um curso linear da história que vai da Criação e Queda ao Juízo Final. A história oscila entre o afastamento e o retorno a Deus, como um pêndulo, sendo que o ideal seria o retorno à unidade original com o Criador, mediado pela Igreja. A civilização só seria verdadeira quando é católica, porque só ela mantém essa conexão e alterar ou sequer adaptar qualquer dogma significaria romper com a ponte da salvação (Manoel, 2013).

No contexto brasileiro, essa concepção teológica articulou-se historicamente à compreensão da Igreja como agente fundamental da ordem social, moral e cultural. Ao longo do século XIX, especialmente com o fortalecimento do ultramontanismo, difundiu-se a ideia de que cabia à Igreja não apenas orientar a vida espiritual, mas também moldar os fundamentos da vida coletiva, garantindo estabilidade, disciplina e coesão social (Santirocchi, 2010). Nesse sentido, a civilização era concebida como plenamente realizada apenas quando estruturada segundo os princípios do catolicismo romano, subordinada à autoridade eclesiástica e ancorada em valores considerados universais e imutáveis. Projetos que defendiam a separação entre Igreja e Estado ou a pluralização religiosa passaram, assim, a ser interpretados como ameaças à própria ordem civilizatória (Clolet da Silva, 2023b).

É precisamente esse modelo teocêntrico, estável e orientado por uma temporalidade escatológica que é tensionado e progressivamente rompido pela modernidade. Segundo Koselleck (2006, p.308), uma de suas marcas centrais é a emergência de uma nova experiência do tempo, caracterizada pela reorganização das relações entre passado, presente e futuro. A partir de seus sucessivos presentes, modifica-se o modo como os indivíduos articulam a experiência acumulada e as expectativas projetadas. Desde a Revolução Francesa (1789), as

experiências tendem a se distanciar das expectativas, produzindo a percepção de um tempo acelerado, orientado por processos políticos, tecnológicos e sociais que se autonomizam em relação às referências escatológicas cristãs (Koselleck, 2014, p. 182-183). Nesse novo regime temporal, o protagonismo histórico passa a ser atribuído ao ser humano, que escreve seu próprio destino em um futuro aberto a múltiplas possibilidades, rompendo com a centralidade da providência divina na organização da história (Koselleck, 2006).

Dessa forma, os tradicionalistas propunham uma nova cosmovisão da realidade para lidar com o novo mundo que estava surgindo. Tratava-se de uma concepção que compreende o tempo histórico como contínuo, orgânico e orientado por uma ordem transcendente, na qual passado, presente e futuro devem permanecer articulados pela tradição e pela moral cristã. De acordo com Cordi (1984, p. 3) tal cosmovisão tinha como fundamentos sociais o valor concreto da história e a tradição como critério de verdade e a ordem moral, para assim possibilitar o “crescimento da dignidade humana”. Seu principal fundamento moral era a religião católica, considerada por eles a definitiva manifestação de Deus. Logo, defendiam a tentativa de recuperar a vida em sociedade, com base no absoluto moral. Cordi chama a atenção para o fato de que os tradicionalistas católicos franceses “não são teólogos, mas políticos de um catolicismo às vezes muito pessoal; não são filósofos, nem apologetas cristãos, mas observadores que detectam a necessidade de propor uma conversão ao novo mundo, que estava surgindo” (Cordi, 1984, p. 3).

Sendo assim, com essa preocupação pela organização social e coletiva, crítica ao individualismo e ao materialismo, o tradicionalismo se revela uma corrente essencialmente espiritualista, que visava uma nova organização do mundo. Ou seja, não representava oficialmente a Igreja, não pode ser considerado referência legitimista da Restauração, nem precursor de ideologias autoritárias. Muito menos, pode-se referir aos contrarrevolucionários como aqueles que desejavam o retorno ao medieval. A subordinação da moral e da política à religião seria uma maneira para encarar o novo futuro, com objetivos filosóficos e políticos claros. Na concepção de seus principais expoentes, o homem livre de verdade seria aquele livre de suas paixões materiais e fundamentado no bem comum. Desta forma, não ironicamente, os contrarrevolucionários são revolucionários à sua maneira. Porém, o tradicionalismo católico é também descrito como “reacionário a seu modo”, pois retorna aos princípios conservadores da ordem (Cordi, 1984, p. 6).

Tal concepção ressoa no clima da Restauração europeia no século XIX. Na França, a Restauração se refere ao regime estabelecido entre 1815 e 1830, com o retorno da monarquia após a derrota de Napoleão Bonaparte, reverberando na busca da restauração das monarquias

absolutistas também na Espanha, Portugal e Países Baixos. Isso significava tentar reconstituir valores monárquicos que haviam sido contestados pela Revolução Francesa e que buscavam resgatar sua legitimidade. Assim, no século XIX “o princípio de legitimidade irá subentender o pensamento contrarrevolucionário”, com as tendências conservadoras e os esforços de alguns grupos para restaurar as instituições herdadas do Antigo Regime¹² (Rémond, 2003, p.139-142).

Para os tradicionalistas franceses, só o cristianismo continha a ordem perfeita. Concebiam os excessos do racionalismo individualista, ancorado nos princípios iluministas e nos avanços da secularização como justificativa de sua posição defensiva perante o mundo moderno (Ramiro Júnior, 2013). No entanto, da mesma forma que não propunham o retorno ao medievo, os tradicionalistas, em sua maioria, não agouravam a volta do Antigo Regime. Desejavam superar, simultaneamente, o Antigo Regime e as transformações detonadas pela Revolução Francesa, criticando seu cunho materialista e individualista como desvios morais.

Haveria de ter uma corrente intelectual que compreendesse o homem enquanto criatura divina com um sistema político que assegurasse suas afirmações espirituais. Assim, buscaram um tipo de racionalismo que combatesse o racionalismo abstrato na mediação entre o homem e Deus. Ao valorizarem a monarquia, onde a igualdade residiria na família e não nos indivíduos, os tradicionalistas pensavam nos valores segundo os quais “a política é subordinada à moral e a moral à religião” (Cordi, 1984, p.18).

Os tradicionalistas influenciaram, em boa medida, a tendência ultramontana¹³ do século XIX, elemento fundamental para a compreensão do desenvolvimento dos grupos católicos conservadores. Do ponto de vista institucional, os ultramontanos defendiam uma Igreja ligada diretamente à Sé Romana, tomada como um centro protetor da comunidade clerical e associado à “função e as prerrogativas do Sumo Pontífice” (Santirocchi, 2010, p. 25). O antimodernismo, que, como vimos, já atravessava o laicato, também alcançava o alto clero. Desta forma, quando o processo de secularização avança pela segunda metade do século XIX, a Santa Sé se organiza

¹² O *Ancien Régime*, ou Antigo Regime em português, constitui todo o período do século XV ao século XVIII, marcado pelas explorações marítimas e o domínio da Espanha e Portugal até seu declínio, a ascensão de países como França e Inglaterra, terminando na Revolução Francesa (1789). Seu regime era da monarquia absoluta, ou seja, com o poder centralizado nas mãos de um soberano, seguindo assim várias estruturas advindas da Idade Média, mesmo com características particulares à cada país (Rémond, 2003, p.19-77).

¹³ Segundo Santirocchi (2010), o termo “ultramontanismo” já existia na linguagem eclesiástica medieval, designando todos os Papas não italianos que eram eleitos. Depois foi empregado pela Reforma Protestante, em lugares que consideravam o papado uma ameaça estrangeira. No século XVII, o termo passou a ser usado para aqueles que defendiam a superioridade papal sobre os reis e os Concílios, até se ampliar e ser usado para identificar todos que defendiam a Igreja acima do Estado. Assim, o conceito passou a ser utilizado para identificar os defensores da Igreja mediante os conflitos e, entre esse histórico e as ações antimodernas que uma parcela dos católicos já estava adotando no cenário do século XIX, o ultramontanismo se consolidou como uma tendência da Igreja Católica com determinadas atitudes de ação e reação de cunho conservador.

para uma ação sistemática contrarrevolucionária (Caldeira, 2011), começando um movimento interno, reformulando sua conduta e buscando em Roma sua principal referência. Isso mobilizava o ultramontanismo não apenas em defesa da sobreposição da autoridade papal sobre os Estados nacionais, mas como um condutor do reestabelecimento da ordem, supostamente ameaçada pela modernidade (Oliveira e Marinho, 2019), ou, melhor dizendo, pelos “erros da modernidade”.

Os “erros da modernidade” foi uma expressão consagrada pelo Papa Pio IX (1846-1878), que em dezembro de 1864 editou dois documentos canônicos: a Encíclica *Quanta Cura*, que apontava os supostos erros modernos, listados em seu anexo, o *Syllabus Errorum Modernorum*. Este documento, dividido em nove seções e contendo oitenta decretos, elencava os inimigos fundamentais eleitos pelos ultramontanos, dentre os quais a modernidade, o liberalismo, o separatismo entre Igreja e Estado, a Maçonaria, o protestantismo, dentre outros são elencados (Caldeira, 2011).

Neste contexto da reação católica às transformações atribuídas à Revolução Francesa, o erro por excelência e a essência de todo o “mal”, segundo o discurso ultramontano (Cloclet da Silva; 2020), reafirmava-se a tendência dogmática do catolicismo, mediante a qual defendia-se a infabilidade papal (Caldeira, 2011). Na mesma época, Pio IX expressou o desejo de marcar um concílio com os cardeais da Cúria Romana, que já havia mencionado, em 1849, e foi finalmente concretizado entre 1869-1870, quando esteve reunido o Concílio Vaticano I. Conforme Zagheni (2011, p.144), tratou-se de um momento de síntese da concepção eclesial precedente, a qual “conclui o processo histórico que levou ao esclarecimento do papel do papa no seio da Igreja”.

No centro dos debates esteve a prioridade conferida à preservação da autoridade da Igreja diante do novo contexto, agravado pela guerra civil vivenciada pelos reinos italianos, cujo processo de unificação culminou na perda dos domínios territoriais pontifícios e na derrocada final de seu poder temporal. Sob essa tônica, o Concílio promulgou, em caráter *ex-cathedra*, a Constituição Dogmática *Pastor Aeternus*, que atribuía ao Papa o primado de jurisdição dentro de condições bem precisas, sob pena de anátema e unindo o primado papal à sua função junto à Igreja. Recuperava, assim, a proposta que já havia sido pensada no Concílio de Trento (1545-1563), que deixara sem solução a questão que diz respeito à superioridade do pontífice sobre o Concílio¹⁴, nos seguintes termos:

¹⁴ Segundo Ney de Souza e Paulo Gonçalves, os participantes de Trento consideravam que a solução viria através da decisão do Concílio sobre sua superioridade frente ao Papa, e não o oposto, como de fato aconteceu em 1870 (Souza; Gonçalves, 2013, p. 25).

[...] o romano pontífice, quando fala *ex cathedra*, isto é, quando desempenhando seu múnus de pastor e de doutor de todos os cristãos, define, em virtude da sua suprema autoridade apostólica, que a doutrina em matéria de fé ou de costumes deve ser admitida por toda a Igreja, goza, pela assistência divina que lhe foi prometida na pessoa do bem-aventurado Pedro, daquela infalibilidade que o divino Redentor quis para a sua Igreja, quando define a doutrina concernente à fé ou aos costumes. Consequentemente essas definições do romano pontífice são irreformáveis por si mesmas, e não em virtude do consenso da Igreja (PIO IX, [1870], 1999, p. 318).

Da mesma forma, a *Pastor Aeternus* reafirmava o direito de livre comunicação entre a Sé romana e as Igrejas católicas de outros países, condenando sumamente aqueles que defendiam a necessidade de autorização do poder civil (*placet*¹⁵), sendo esta, à época, uma das questões mais espinhosas nas relações entre a Santa Sé e o Estado imperial brasileiro, onde vigia o regime do padroado (Clolet da Silva; Santirocchi, 2024).

Inclusive, o Concílio de Trento (1545–1563) constitui, para os tradicionalistas, uma referência privilegiada, a partir da qual selecionam e reatualizam fundamentos doutrinários, disciplinares e institucionais da Igreja. Ele foi um concílio vivido sob cinco papas, cujo debate principal girava em torno da uma reforma necessária dentro da Igreja Católica, que perdia sua força na Europa após a Reforma Protestante. A conclusão não foi um conceito definido de Igreja, mas uma definição de seus aspectos doutrinários que asseguravam seu principal objetivo: “a salvação de almas”. Nestes termos, dentre as reformas, constavam-se: a criação de seminários, o impulso à ação missionária, a obrigação de cada bispo residir em sua diocese, dentre outras. Adicionalmente, algumas delegações foram dadas ao Papa Pio V: a elaboração da Profissão de Fé (1564), a publicação do Catecismo Romano (1566)¹⁶, a publicação do Breviário (1568) e do novo Missal (1570), também conhecida como Missa de São Pio V, ou Missa Tridentina (Besen, 2016).

Outro inimigo eleito pelos ultramontanos é a Maçonaria. Segundo Clolet da Silva e Carvalho (2019), um evento protagonizado pelo clero ultramontano no Brasil, na segunda metade do século XIX, é a Questão Religiosa, entre 1872 e 1875, que envolveu o embate entre a Maçonaria, os bispos ultramontanos e o Estado regalista¹⁷. As autoras explicam que a

¹⁵ Como explica Clolet da Silva e Santirocchi (2024, p.729), “o Beneplácito régio ou *placet* era o direito de aceitar ou não, no próprio território, as bulas, breves e as leis canônicas promulgadas pelos Papas e até mesmo pelos Concílios Ecumênicos”. Trata-se de uma herança das monarquias ibéricas que, no caso do Brasil, foi reconfigurada após a independência, em 1822, como um direito constitucional do poder Executivo.

¹⁶ 37 anos depois da publicação do Catecismo Menor de Lutero ao povo.

¹⁷ O regalismo refere-se, no contexto do Brasil oitocentista, à supremacia do poder civil sobre o poder Eclesiástico. Articulava-se ao regime do padroado, conjunto de prerrogativas concedidas pela Santa Sé ao Estado português e, posteriormente, ao Estado brasileiro, que lhe conferiam amplo controle sobre a administração da Igreja em seus territórios. Por meio desse sistema, o Imperador detinha, entre outros poderes, o direito de nomear pessoas para cargos eclesiásticos como bispos e párocos. Esse arranjo institucional subordinava, na prática, a Igreja à autoridade civil, configurando um dos principais focos de tensão entre o episcopado ultramontano e o Estado imperial (Santirocchi, 2013; Souza, 2024b).

quantidade de padres e bispos que eram abertamente maçons, bem como as relações próximas entre a Maçonaria e o Império, influenciavam o padroado e provocavam cada vez mais embates com os eclesiásticos ultramontanos. Vários papas já haviam proibido católicos de fazerem parte da Maçonaria, mas essas Bulas papais “nem sempre recebiam o beneplácito do governo imperial” (Cloclet da Silva; Carvalho, 2019, p. 35), enquanto o próprio *Syllabus* condenava a Maçonaria como uma seita hostil. O cenário era de maçons reivindicando a autoridade do Estado perante a Igreja e, enquanto isso, políticos e intelectuais anticlericais aproveitavam para criar caricaturas do clero e publicá-las na imprensa (Santos, 2015).

Os meios de comunicação já se mostravam como instrumentos muito eficientes para que esses atores religiosos conseguissem, não apenas divulgar seus ideais, mas também cooptar adeptos e expandir seu grupo. Segundo Cloclet da Silva (2020), foram inúmeros os jornais católicos ultramontanos que surgiram na segunda metade do século XIX. Logo, a imprensa periódica, que não apenas era estratégia de divulgação dos valores modernos, como também fruto da própria modernidade, tornou-se, também, veículo para a divulgação de valores daqueles que combatiam a modernidade. Isso demonstra o quanto a Igreja e seus representantes estavam conscientes da importância de fortalecer uma opinião pública alinhada aos seus interesses e da capacidade que possuíam para influenciá-la. Desta forma, “se no período regencial a imprensa ultramontana era pouco sistemática e tinha um caráter panfletário, na segunda metade do século XIX ela já adquire uma dimensão combativa” em relação aos seus “inimigos” (Cloclet da Silva, 2020, p.549).

O processo de transição do regime imperial para a república laica, marcada pela consolidação da liberdade religiosa, não representou uma ruptura completa entre o catolicismo e as estruturas de poder político, diante dessa longa relação entre ambos. Como explica Carvalho (2018), em meados do século XIX vemos uma ampliação da liberdade religiosa, a crescente presença de protestantes e o fortalecimento de ideais republicanos. Antecedendo a Constituição de 1891, o Decreto 119-A instaurou o fim do regime de padroado e a plena liberdade religiosa no país, reposicionando o lugar da religião na sociedade civil. Ainda assim, mesmo com um Estado constitucionalmente laico, prevalecia uma proteção à religião católica, visto que as tradições e valores já fundidos na sociedade continuavam atribuindo a esta religião seu caráter hegemônico, modelo e referência para o que passou a ser assumido normativa e institucionalmente como “religião” (Montero, 2012; Giumbelli, 2008).

Assim, não apenas naquela época, mas em todas as outras fases que se seguiram, a Igreja manteve uma estreita relação com o Estado brasileiro, com muitos símbolos e valores católicos arraigados à sociedade civil. Para o sociólogo Sergio Miceli (1988), a “elite eclesiástica

brasileira” se transforma, mas jamais desapareceu. Miceli aponta que a intelectualidade clerical foi preservando sua memória e passando seus privilégios de geração em geração, tanto aqueles que estavam diretamente ligados à Igreja, quanto aos líderes católicos leigos. Em contrapartida, documentos de autores abertamente anticlericais foram submetidos à censura.

Reagindo à ameaça aos privilégios históricos da Igreja Católica e à preservação de sua condição hegemônica na sociedade brasileira, os bispos também se colocaram, ao longo da Primeira República, na missão de restauração moral e religiosa do país, retomando a luta empreendida no século XIX por figuras proeminentes como D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira (1844-1878) e D. Antônio de Macedo Costa (1830-1891). Nesse sentido, as ações episcopais do período republicano não representaram uma ruptura com o ultramontanismo oitocentista, mas antes a sua reatualização em um novo contexto político e institucional. A imprensa permaneceu como um instrumento central dessa missão, e diferentes jornais de orientação ultramontana continuaram a ser editados ao longo do século XX (Clolet da Silva, 2020; Clolet da Silva; Carvalho, 2019).

Durante a Primeira República, diferentes estratégias foram acionadas por clérigos e leigos com o objetivo de preservar a centralidade do catolicismo na vida social e política do país. Entre elas, destacou-se a defesa da educação católica voltada às elites, em um contexto marcado pelo analfabetismo e pela exclusão educacional de grande parte da população. Conforme observa Caldeira (2011), esse projeto estava associado à promoção de um catolicismo considerado mais “puro”, inspirado nos modelos europeus, e voltado à reeducação religiosa da sociedade. Sob os pontificados de Bento XV (1914–1922) e Pio XI (1922–1939), consolidou-se, assim, uma fase conhecida como “restauração católica”¹⁸, orientada pelo ideal de “restaurar todas as coisas em Cristo” (Caldeira, 2011, p. 88) e de reafirmar aquilo que clérigos e leigos tradicionalistas concebiam como os fundamentos cristãos da ordem social.

Esse processo de restauração ocorreu, entretanto, em meio à intensificação de diferentes dinâmicas culturais, políticas e sociais, que reconfiguravam o espaço público e ampliavam as disputas simbólicas no país. Movimentos literários e artísticos, como a Semana de Arte Moderna de 1922 e a publicação de *Macunaíma* por Mário de Andrade, a fundação do Partido Comunista Brasileiro no mesmo ano, bem como a emergência de novos projetos políticos e culturais, contribuíram para a percepção, por parte dos setores católicos mais conservadores, de

¹⁸ Há diversas maneiras de organizar as fases da Igreja no Brasil. Caldeira (2011, p. 88) identifica dois nomes para o mesmo momento: “fase da restauração católica” em Azzi (1994) e “neocristandade” em Mainwaring (1989), que correspondem até 1950. Encontramos também em Azevedo (2004, p.110-112), o período de reforma da Igreja subdividido em três fases: a reforma católica (1840-1860), a reorganização eclesiástica (1889-1922) e a restauração católica (1922 em diante).

uma crise moral e civilizacional. Ao mesmo tempo, a instituição da Festa de Cristo Rei (1925), a proclamação de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil (1930) e a inauguração do Cristo Redentor (1931) expressavam a tentativa da Igreja de reafirmar publicamente sua presença na esfera nacional (Soares, 2024; Caldeira, 2011).

Nesse cenário, a Igreja manteve vínculos relevantes com as oligarquias rurais, mas passou a enfrentar dificuldades crescentes de inserção nas áreas urbanas, o que favoreceu o protagonismo de lideranças como D. Sebastião Leme (1882–1942), principal articulador da chamada “Reação Católica”. Ainda como arcebispo de Recife e Olinda, entre 1916 e 1921, Leme criou a Congregação da Doutrina Cristã, que organizou centros de catequese e firmou acordos com o poder público para a introdução do ensino religioso nas escolas. Posteriormente, à frente da Arquidiocese do Rio de Janeiro (1921-1930), ampliou a intervenção católica na vida política e social do país, incentivando a atuação organizada de leigos pertencentes à classe média emergente e às elites. Nesse contexto, destaca-se a fundação do Centro Dom Vital, em 1922, instituição que se tornou um importante núcleo de difusão do pensamento católico conservador (Soares, 2024). Tanto as iniciativas de D. Leme quanto o Centro Dom Vital contribuíram decisivamente para a consolidação de uma cultura política e intelectual inspirada no tradicionalismo, cujas referências continuam a influenciar grupos contemporâneos, como o Centro Dom Bosco.

A estratégia predominante desse período consistia em afirmar a Igreja como uma instituição central nas relações com o Estado e na definição dos rumos da sociedade, ainda que não houvesse a constituição de um partido católico formal. Buscava-se, antes, uma organização funcional capaz de unificar os fiéis em torno de pautas comuns. Nesse contexto, sob incentivo de D. Leme, o advogado Jackson de Figueiredo (1891-1928) fundou, em 1921, a revista *A Ordem*, que se consolidou como um dos principais espaços de elaboração e difusão do pensamento católico tradicionalista. Embora seus redatores não se apresentassem como porta-vozes oficiais da hierarquia eclesiástica, a publicação tinha como objetivo “zelar para que não houvesse desvios possíveis no campo doutrinal” e combater aquilo que percebiam como a hegemonia do positivismo e da Maçonaria na vida pública (Cordi, 1984, p. 63–66). Desde suas primeiras edições, *A Ordem* recorreu sistematicamente a autores tradicionalistas e tornou-se, assim, um espaço para os intelectuais católicos exporem suas visões sociopolíticas, destacando os “caminhos que poderiam ser usados pelos letrados, religiosos, governantes e fiéis para a recatolização” (Moura, 2015, p.209).

Incorporada pelo Centro Dom Vital, a revista contribuiu para o fortalecimento de ideais ligados à autonomia, nacionalismo e reorganização política e cultural da elite católica. As

atividades do Centro consistiam em palestras, formação de religiosos, discussões literárias, retiros e outras atividades religiosas voltadas à atuação pública dos leigos. Justamente por se declararem independentes das autoridades eclesiásticas, não se pode dizer que o Centro D. Vital tivesse, desde o começo, finalidades ultramontanas. Contudo, esse projeto de autonomia mostrou-se limitado, uma vez que o próprio estatuto previa a presença de um conselheiro eclesiástico, e a revista, como órgão oficial da instituição, perdeu progressivamente sua autonomia (Cordi, 1984). Além disso, a aproximação com D. Sebastião Leme e a atuação de Jackson de Figueiredo contribuíram para a consolidação do Centro como um polo do tradicionalismo católico, tornando-o uma referência central para a formação do laicato tradicionalista no país. Não por acaso, dele emergiram figuras que teriam papel relevante nas décadas seguintes, como Plínio Corrêa de Oliveira (1908–1995), futuro fundador da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), em 1960 (Caldeira, 2011).

Das ações de Leme, muitas se destacaram para além da agregação de intelectuais leigos. A campanha para o estabelecimento da obrigatoriedade de instrução religiosa nas escolas públicas em nível federal foi de sua autoria, que resultou em uma Emenda Constitucional em 1926 que, dentre “outras coisas, garantiu o aprofundamento da relação do Estado brasileiro com a Santa Sé” (Soares, 2024, p. 66). Outras medidas foram a idealização do Cristo Redentor, inaugurado em 1931, e a campanha pela criação de uma Universidade católica, que resultaria na fundação da primeira Pontifícia Universidade Católica no Rio de Janeiro (PUC Rio). A nova atuação católica resultou no rápido aumento no número de dioceses e pastorais, inclusive voltadas à classe média (Soares, 2024).

O Estado Novo brasileiro (1930-1945) não apenas coincidiu com essa fase, como também colaborou com ela. Getúlio Vargas convidou a Igreja para elaborar um programa político, econômico e social para o país em 1932. Para evitarem criar um partido católico, algo que receberia muitas rejeições (como ocorrera no século XIX), Leme criou a Liga Eleitoral Católica (LEC) extrapartidária¹⁹, que mostrou êxito nas eleições de 1932 para uma Assembleia Constituinte. Em 1934, a nova Constituição incluía todas as reivindicações católicas da campanha como, por exemplo, a proibição do divórcio. Fora da representação política, Leme também aprimorou as estratégias para a comunicação com a grande população. Assim, iniciou-se em 1935 a Ação Católica Brasileira (Wink, 2023, p. 76-77). Desta forma, tanto a Igreja

¹⁹ A LEC foi uma associação civil criada pelo Cardeal Leme em 1932, cujo objetivo principal era “mobilizar o eleitorado católico para que este apoiasse os candidatos comprometidos com a Doutrina Social da Igreja nas eleições de 1933, para a Câmara Federal, e de 1934, para as assembleias constituintes estaduais” (Clolet da Silva, 2023a, p.58).

quanto os líderes políticos se beneficiaram de investimentos materiais e simbólicos que lhe garantiam privilégios dentro desta dinâmica.

Ao explicar as relações entre Estado e Igreja durante o Estado Novo, Lenharo (1986, p.155), afirma que “[...] os valores espirituais cristãos têm-se mantido atuantes, como tem, aliás, acontecido no seio da sociedade”. Segundo o historiador, o Estado Novo estava configurado centralmente na figura de Vargas e a propaganda foi essencial para isso acontecer. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) exerceu com afinco seu papel, operando festas oficiais no dia do aniversário do presidente, cunhando a expressão “Pai dos Pobres” e transformando Vargas em uma figura exclusiva de seu tempo. Assim, Lenharo mostra que há uma “sacralização da política” (1986, p.18), onde o próprio Estado Novo se torna um corpo sacralizado, cujo pensamento mítico estava baseado em uma história de salvação, contra o socialismo e o liberalismo., da mesma forma como Cristo salvou o povo.

O contato de Vargas com D. Leme colaborou para o Estado Novo compreender a importância de manejar a mentalidade cristã com o símbolo do Mártir, do sacrifício pelo povo, da figura de autoridade e, não menos importante, a construção da ideia de Pátria. Aí pairava a estrutura da nacionalidade brasileira: família (tradição), religião e pátria. O Estado Nacional Moderno vai para além de seu sentido político, propositalmente (Silva; Cotta, 2016). Essa estrutura se vê presente até hoje em discursos político-religiosos, como foi o caso do slogan do ex-presidente Bolsonaro “Deus, Pátria e Família”, que não apenas faz referência à época integralista, como também invoca eleitores com os mesmos ideais conservadores (Araújo, 2024).

Um elemento marcante desta época e que deixou seu legado para os grupos tradicionalistas, foi A Ação Católica (AC), instituída oficialmente²⁰ na Europa pelo Papa Pio XI, em 1922, justamente visando a atuação dos leigos nos trabalhos religiosos. É importante lembrar que os leigos já haviam ocupado lugares de destaque em momentos anteriores; porém, a marca da AC foi a incitação institucional. Utilizar um apostolado amplo para evangelização não significava dar a ele muita autonomia, pois os leigos faziam parte de uma estrutura hierárquica mais ampla; portanto seriam agentes subordinados, como uma espécie de mensageiros, com responsabilidades e compromissos. No Brasil, sua pedagogia pautava-se em palestras, cursos, retiros, livros (para uma formação intelectual) e a imprensa (Maia; Sales, 2018). Assim, percebemos como a AC foi estruturada a partir de uma concepção educacional, mediando as relações entre a população e a elite religiosa. Os trabalhos de Leme foram bem-

²⁰ A história da Ação Católica remonta a décadas anteriores, com alguns grupos reconhecendo sua fundação em 1867 (Souza, 2006, p. 45).

vistos também pelo Papa Pio XI, que em uma carta de 1935, afirmou que “a crise social do país só seria resolvida a partir de uma mobilização dos leigos e do trabalho com o clero” (Moura, 2015, p.221).

Na mesma conjuntura, cresciam os movimentos como o fascismo e o nazismo na Europa. Dessa inspiração, segundo Araújo (2024), deriva o integralismo: movimento ideológico brasileiro de extrema direita, que carregava em seus discursos determinados valores cívicos e morais patrióticos e cívico-militares que tinham a pretensão de alcançar as camadas populares. Tais discursos foram elaborados por diversos intelectuais tais como Plínio Salgado, Miguel Reale, Gustavo Barroso, entre outros.

O documento fundante do integralismo foi “O Manifesto”, de 7 de outubro de 1932, que, ao longo de dez capítulos, defendia o princípio de autoridade, denunciava “uma conspiração contra o Brasil e propunham um programa social para defender a família conservadora, bem como um Estado de tipo fascista, o Estado Integral” (Araújo, 2024, p.35). Na análise do autor, esses “inimigos” correspondiam, sobretudo, ao comunismo e ao liberalismo. Esses valores eram pregados, em sua maior parte, em cima de um discurso religioso cristão, tendo os integralistas como baluartes da igreja.

Nesse sentido, “ancorado em símbolos, mitos e ícones nacionais”, o movimento integralista com influência de movimentos políticos e, apesar de haver uma grande discussão a respeito de sua classificação como fascista, é ainda um movimento genuinamente brasileiro voltado para a pátria, a família e os valores morais do Brasil. A aceitação dessas ideias por parcela da população pode ser vista justamente como “um sentimento de reciprocidade de valores e vida cívica” (Araújo, 2024, p.46). Por fim, tais valores que sustentaram o movimento integralista se mostraram pertinentes nas décadas seguintes, quando esses projetos políticos foram se adaptando segundo novos contextos e demandas.

Outro “ismo” ganhava força na segunda metade do século XX, o qual merece atenção para se compreender grupos católicos conservadores: o integrismo. Não que fosse um conceito novo, pois, de acordo com Zanotto (2023), o integrismo surgiu na Espanha no século XIX como uma resposta às Reformas Protestantes e à Revolução Francesa, defendendo um catolicismo integral. Sua influência também passou pela França, onde tendeu a “categorizar esses movimentos de católicos que se opõe, por todos os meios e sistemas, à abertura à modernidade” (Zanotto, 2023, p.3-4).

Ney de Souza (2024a, p.100), considera que há três textos fundadores do integrismo católico: a encíclica *Pascendi Dominici Gregis*, o decreto *Lamentabili sane exitu*, ambos de 1907, e o juramento antimodernista *Sacrorum antistum*, de 1910. Esses documentos

constituíram condenações e prescrições para conter o “progressismo” na teologia. O *Lamentabili* sumariava, assim como fez o Syllabus, os “erros mais graves dos modernistas católicos”. A questão, porém, é que esses erros estariam acontecendo dentro da instituição religiosa e na contramão da doutrina que defendia a união entre Igreja e Estado.

Porém, com a Ação Católica, as aproximações entre a Igreja e Getúlio Vargas; e a ascensão da extrema-direita no Brasil e em outros países do continente europeu e americano; o integrismo e a busca pelo retorno da ordem social cristã fizeram com que novas figuras surgissem. Entre elas, o já citado Plínio Corrêa de Oliveira e a fundação da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). Segundo Zanotto (2002, p. 197), os biógrafos afirmam que Plínio Corrêa “cresceu em um ambiente de amor à ordem cristã e de repulsa ao mundo moderno e revolucionário”. Vindo de uma família tradicional e aristocrática, ele começou a ser instruído em casa, por sua mãe, Lucília, devota do Sagrado Coração de Jesus. O afeto do filho à mãe e sua gratidão se transformaram em devoção, sendo que os próprios membros da TFP passaram a prestar culto a ambos, legitimados não pela igreja, mas pelo “sentimento de reconhecimento da excelência”.

Plínio se formou em direito na Universidade de São Paulo. Em 1929, impulsionado pela AC, fundou a Ação Universitária Católica (AUC) com membros da Congregação Mariana da Paróquia da Santa Cecília, da qual fazia parte. Fez parte também do Centro Monarquista de Cultura Social e Política Pátria-Nova, futura Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB), cujo objetivo era implantar uma monarquia corporativa e substituir a República do Café-com-Leite. Atuou na Sociedade de Estudos Políticos, precedente da Ação Integralista Brasileira (AIB). Em 1933, assume a direção do jornal *O Legionário*, órgão da Arquidiocese de São Paulo, onde fica até 1947 defendendo a Ação Católica e propondo alternativas para uma organização “verdadeiramente ortodoxa” (Zanotto, 2002, p.199-200).

Em 1959, escreveu a obra “Revolução e Contrarrevolução”, base fundamental para a criação da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), no ano seguinte. Cada elemento desse nome é intencional: “a tradição representa a transmissão de um patrimônio de valores, já a família é o local onde essa transmissão se efetua. Mas, para manter-se, a família necessita de um substrato material que lhe garanta a vida e a liberdade — a propriedade” (Zanotto, 2002, p.201-202). Sua obra norteadora foi ampliada em 1976 e atualizada em 1992, traduzido em 16 idiomas, totalizando 51 edições e 174.995 exemplares até

março de 2020, de acordo com dados oferecidos pelo website organizado pelos atuais seguidores de Plínio Corrêa²¹.

Em sua obra, percebemos diversas referências ao passado, e elementos que são utilizados nas retóricas atuais, dos “inimigos” a serem combatidos. O livro diagnosticava que, apesar da maioria da população ser católica, a vivência do fiel era insuficiente. Isso se deveria a um inimigo chamado Revolução, com R maiúsculo, “um movimento que visa a destruir um poder ou uma ordem legítima e pôr em seu lugar um estado de coisas (intencionalmente não queremos dizer ordem de coisas) ou um poder ilegítimo” (Oliveira, 1998, p.55, *apud* Zanotto, 2024, p.180). Para Plínio de Oliveira, a Revolução tinha como objetivo destruir a civilização católica, que seria a estruturação das relações humanas.

Essa Revolução teria um aspecto igualitário motivado pelo orgulho, pois este levaria ao ódio a todo tipo de superioridade; e um aspecto liberal, impulsionado pela “sensualidade de si”, que leva à revolta contra toda autoridade e toda lei. A ideia de que existe desigualdade seria injusta, pois, para Oliveira, era falsa. Dessas causas, surgem três grandes revoluções que rompem com a ordem cristã e que, por sinal, são, segundo Zanotto (2024, p.182), “ponto pacífico no pensamento católico conservador”. Seriam elas: a Pseudo-Reforma, responsável pelo liberalismo religioso e o espírito de dúvida; a Revolução Francesa, que consolidou o ateísmo, a igualdade, a irreverência à autoridade e a liberdade; e o comunismo, que trouxe o igualitarismo para os âmbitos social e econômico.

Continuando com a análise de Zanotto (2024), a autora explica que a TFP, enquanto entidade civil, não depende da hierarquia eclesiástica. Adotivos de uma ação contrarrevolucionária, mirava em católicos e acatólicos, em defesa do catolicismo tridentino, com posições morais severas, fomentando o “dogmatismo seletivo”, crendo no profetismo e na autoridade e compreendendo sua posição como “a verdade”, sua leitura do catolicismo sendo a “correta e única”, promovendo exclusivismo. Tudo isso sem concessões (Zanotto, 2024, p. 184). Os contrarrevolucionários, segundo Oliveira, devem ser conhecedores da Revolução para saberem se adaptar à modernidade, mas amar a contrarrevolução e fazer dela seu eixo de vida e, assim, lutar para restaurar a ordem cristã. É possível afirmar que o pensamento tefepista, portanto, alinha-se com a proposta integrista e sua visão dualista entre verdade-erro; amigo-inimigo, e como tal, é cheia de paradoxos:

²¹ Dados retirados do Instituto Plínio Corrêa de Oliveira. Disponível em: https://www.pliniocorreadeoliveira.info/RCR_0000_indice.htm. Acesso em: 14 fev. 2025.

O primeiro liga-se ao apego à tradição, ao Concílio Vaticano I e à infalibilidade papal, que, por um lado, são tidos como âncoras para denunciar o que denominam de “infiltração” do espírito do livre exame na Igreja, e, por outro, são argumentos utilizados para ir contra papas tidos por representantes do erro. O segundo paradoxo seria justamente o apego à autoridade para se revoltar contra ela. E, por fim, o terceiro seria a defesa da tradição ante as mudanças da própria instituição, ou seja, a vinculação a uma ideologia da repetição que tem na imutabilidade uma prova da “verdade” (Zanotto, 2024, p. 189-190).

Nesse sentido, os elementos centrais do pensamento tefepista sobre a civilização católica como ordem social e a identificação de “inimigos” da fé e da sociedade, constituem uma reatualização de matrizes já presentes no tradicionalismo do século XIX. Assim vemos na concepção da Igreja como eixo civilizatório, a oposição ao liberalismo, ao secularismo e às formas modernas de organização social, assim como a compreensão da modernidade como processo de decadência moral e espiritual. Ao longo do século XX, tais referenciais foram progressivamente reorganizados, reinterpretados e instrumentalizados por diferentes atores e movimentos, como o Centro Dom Vital e, posteriormente, a TFP, articulando heranças tradicionalistas com linguagens, estratégias e agendas próprias do conservadorismo moderno. Essa continuidade permite compreender como o tradicionalismo católico se mantém como repertório simbólico e político disponível, sendo constantemente mobilizado e ressignificado conforme as disputas de cada contexto histórico.

Na década de 1950, surgem mais duas supostas ameaças, não só à TFP, quanto para diversos tradicionalistas católicos: a CNBB e o anúncio do Concílio Vaticano II, que também se mantém como elementos recorrentes de combate por suas posições. A CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, fundada em 1952 adotava uma postura mais progressista, avessa à postura anticomunista acrítica ao capitalismo. Essa perspectiva percorreu a maioria do episcopado brasileiro, que se tornou rapidamente alvos de combate de grupos conservadores, incluindo de Plínio Corrêa, instaurando um clima de desconfiança no país (Caldeira 2011).

A CNBB é considerada a maior Conferência de Bispos do mundo, onde os bispos participam por ofício e por direito. Inicialmente, o plano era agrupar apenas os representantes de províncias eclesiais, ou seja, arcebispos e cardeais. Porém esse formato não representaria o Episcopado Nacional e em pouco tempo incluíram também os bispos e preladados residenciais no país. O Objetivo da CNBB, entre outros, que ainda se mantém como modelo vigente é “unir o episcopado do país que, padecia de um certo isolamento e de dificuldades, para resolver problemas que eram comuns a todos os purpurados” (Ferreira, 2024, p. 300-301).

As bases da CNBB surgiram de diversos eventos entre os bispos para escreverem seus planos, muitos deles, auxiliados pelo Padre Helder Câmara. Este teve a oportunidade de se encontrar com o Secretário de Estado do Vaticano, Cardeal Montini – futuro Papa Paulo VI –

e apresentar as razões da fundação da CNBB. Não apenas Montini ficou convencido como também garantiu que tal organismo fosse realmente criado. Após sua instalação oficial em 14 de outubro de 1952 no Rio de Janeiro, o cardeal de São Paulo Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta foi eleito o primeiro presidente da entidade, exercendo dois mandatos. Durante os primeiros anos, criou-se diversos centros de serviços e articulou a Congresso Eucarístico Internacional do Rio de Janeiro, de onde resultou-se o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) (Ferreira, 2024, p. 301-302).

Em 1958, ascende Angelo Roncalli como Papa João XXIII que, em vista das angústias da sociedade, convocou um concílio ecumênico não muito depois: o Concílio Vaticano II. O Papa João XXIII até então nunca havia se destacado em outros encargos, sendo sua própria eleição uma surpresa. Entretanto, as verdadeiras surpresas vieram quando revelou sua intenção de iniciar uma ampla reforma na igreja através de um concílio. Entre alguns cardeais que expressavam o desejo de um novo concílio para concluir os trabalhos do Vaticano I (1869-1870), a maioria da cúria romana já pensava que a direção da Igreja já estava bem estabilizada com as orientações do então último Concílio. Assim, um novo evento deste porte poderia trazer mais desorganização e menos vantagens (Souza, 2024c, p.402-404).

As intenções do novo Papa, diferente de qualquer outro em concílios precedentes, não era discutir questões doutrinárias, nem visar poder político, ou condenar erros, mas sim, adotar um caráter pastoral²² para a Igreja, buscando um diálogo para resolver as aflições da humanidade. Em 1959 foi constituída uma comissão preparatória para concílio, comandada pelo Cardeal Tardini, que tinha, como uma das funções, recolher as sugestões do episcopado, das congregações romanas, das Universidades Católicas e afins sobre os temas que poderiam ser abordados. Tardini apresentou, primeiramente, um questionário tendencioso sobre os “erros” que deveriam ser debatidos pelo concílio, o qual foi recusado pelo papa, que desejava que os consultados se sentissem livres para expressarem quaisquer preocupações que tivessem. Assim, as tensões já existiam antes mesmo do Vaticano II acontecer de fato (Caldeira, 2011).

A proposta inicial de Roncalli foi recebida de diferentes formas nos ambientes eclesiásticos: por um lado, os liberais depositavam no plano do papa uma “esperança modernizadora” das estruturas eclesiásticas, organizando-se para que ela fosse levada a uma extensão máxima; por outro, os conservadores de diferentes matrizes apostavam na força dos elementos curiais para que as “ideias modernizantes”,

²² O termo pastoral pode adquirir vários sentidos ao longo da história teológica, vindo da ideia de Jesus como um pastor, ou seja, aquele que orienta. Nas primeiras comunidades cristãs a ação pastoral era uma prática de atividade plural com multiplicidade de dons e carismas. O Concílio Vaticano II também adotou um dinamismo parecido, onde todos os batizados são chamados à atividade pastoral, abrangendo setores eclesiais, leigos e vários setores sociais (Di Fiore, 2024, p.233)

portanto heréticas, fossem condenadas e expurgadas pelo futuro Concílio (Caldeira, 2011, p.115).

Segundo Caldeira (2011, p.116), as cartas de respostas do questionário podem ser divididas em três grupos: (1) Igrejas presentes em países sob domínio comunista, que se mantinham firmes contra a “ameaça marxista”; (2) um grupo que se preocupava com diversos problemas eclesiais, tomando um caráter reformista, mas com alguns ainda pedindo a condenação do comunismo e definições de dogmas; (3) um grupo marcado por atitudes defensivas do *Syllabus*, desejando um concílio que fosse o “coroamento do Concílio de Trento” e do Concílio Vaticano I.

O episcopado brasileiro era o terceiro mais representativo em termos numéricos. Em grande maioria, estavam mais preocupados com questões internas de Igreja. Suas sugestões também podem ser divididas em três grupos: (1) uma minoria ultraconservadora; (2) uma minoria que se posicionava em favor do diálogo; (3) uma maioria constituída por conservadores e moderados, que desejavam reformas eclesiais, mas seguindo da Tradição (Baraúna, 1993 *apud* Caldeira, 2011, p.117).

O primeiro grupo, entretanto, merece um destaque para a nossa pesquisa. Caldeira (2011) afirma que participaram do Vaticano II o bispo Antônio de Castro Mayer (1904-1991) e Geraldo de Proença Sigaud (1909-1999), ambos parte da TFP. Suas respostas foram sobre o uso irrestrito ao latim, reforço aos dogmas existentes, proclamações à Maria, condenações ao modernismo, e a mobilização por uma Igreja Universal. À luz dos contrarrevolucionários franceses, havia a condenação da Maçonaria, do judaísmo internacional (não como raça, mas como ordem), do comunismo e, é claro, da Revolução. Porém tais perspectivas não eram exclusivas dos tradicionalistas brasileiros, sendo também presente em outros países, como a Itália.

O Vaticano II se desenvolveu em quatro períodos, de 1962 a 1965, liderados por João XIII, que faleceu logo após a primeira sessão do Concílio em 1963, e por Paulo IV (1963-1978), que o sucedeu. Ele terminou com dezesseis constituições, decretos e declarações, colocando a Igreja em um eixo de diálogo com a sociedade, baseada em valores humanos e cristãos, que tivesse em seu cerne um cunho transformador. Desde João XXIII, a visão era de um progresso na compreensão doutrinal, que fosse estudada por meio de indagações e com uma formulação literária de acordo com o pensamento moderno e, principalmente, para uma Igreja benigna “mãe amorosa de todos” (Souza, 2024c, p.406-407).

Enquanto isso, os grupos conservadores e tradicionalistas continuaram presentes e se fizeram ouvidos. Destaca-se um grupo específico, liderados pelo arcebispo Marcel Lefebvre

(1905-1991) e chamado *Coetus Internationalis Patrum* (CIP), que se tornou o principal opositor do Vaticano II e originou diversas lutas pós-conciliares. Entretanto, nenhum deles se posicionou contrário aos textos ou ao Papa, por respeito à hierarquia. Até que em 1966, o cardeal Alfredo Ottaviani alarmou as conferências episcopais pelas crescentes interpretações equivocadas da doutrina do Concílio, no qual Lefebvre corrobora afirmando que o Vaticano II abalou a certeza das verdades pertencentes à Tradição e disseminou erros liberais. O Concílio teria sido corrompido por “falsos teólogos” e que aquilo era uma nova religião. Ainda assim, Lefebvre e seus seguidores não rejeitavam os textos conciliares, pois estes haviam sido assinados pelo Papa. Entretanto, não mediram esforços para questioná-lo e criticá-lo, pois as reformas litúrgicas como a nova Missa (não mais em latim), o ecumenismo e a colegialidade seriam parte da Revolução, com R maiúsculo (Roy-Lysencourt, 2024).

Os membros da TFP, ao perceberem que o Vaticano II não seguiria uma posição reacionária, tornaram-se uma das primeiras organizações tradicionalistas a se oporem às autoridades eclesiásticas oficiais. Desde a Primeira Sessão do Concílio, a TFP atuava nos bastidores do CIP, com o objetivo de influenciar debates em favor de uma interpretação conservadora dos temas abordados, articulando forças integristas e promovendo abaixo-assinados, liderados por D. Sigaud e D. Mayer contra o comunismo. Essas atitudes não tiveram resultados práticos no Concílio, o que resultou em uma TFP cada vez mais autônoma em suas decisões religiosas, transferindo a função diretiva do clero para a figura de Plínio Corrêa, algo que D. Mayer julgou como anticlericalismo e que fez a CNBB pedir para a não-filiação de católicos com a organização. Mesmo assim, em 1970, a TFP já contava com 1500 membros. Se, anteriormente, a TFP tinha um caráter ultramontano, defensora do papado conforme a *Pastor Aeternus*, essa característica se enfraqueceu após o Concílio Vaticano II (Gama, 2024).

Baseando-se nos estudos de Arnaldo Vidigal Xavier da Silveira sobre a possibilidade de um papa cair em heresia, a TFP ajusta sua percepção sobre o papado. Tradicionalmente, o papa era visto como pastor e mestre infalível em teologia católica. Se um papa cair em heresia, sua infalibilidade, proclamada como dogma, seria defeituosa. Este dilema entre a tese de possível heresia papal e a crença fundamental do catolicismo romano é compatível com a postura de resistência da TFP e sua recusa em aceitar o Vaticano II como um Concílio legítimo (Gama, 2024, p.217).

Ainda na segunda metade do século XX, surge mais um complexo teórico a ser combatido: a teologia da libertação. Segundo Gonçalves (2024) a Teologia da Libertação emergiu na obra homônima de Gustavo Gutiérrez, em 1971, sendo uma teologia cuja proposta decorre do pluralismo teológico e da postura do magistério eclesiástico pós concílio Vaticano II. Possui uma proposta formativa e uma práxis histórica de libertação integral, ecológica e libertadora, articulando a fé cristã com a realidade dos pobres. Sua teoria propicia o

“ecumenismo, o diálogo inter-religioso e o estabelecimento das relações sociais para o cuidado efetivo de toda a criação, defendendo e promovendo a vida em todas as suas dimensões” (Gonçalves, 2024, p.402), ideais que divergiam da doutrina promovida pelos membros da TFP e que divergem até hoje de grupos católicos conservadores, tais como o CDB.

A morte de Plínio Correa quebra a homogênea coerência interna que havia até então, mas não esgota o movimento. Seu setor dissidente fundam os Arautos do Evangelho, uma associação internacional privada de fiéis e possuindo uma regularização canônica. Criaram também duas sociedades de vida apostólica que incluem as mulheres e um setor eclesiástico, constituído principalmente por sacerdotes ordenados nos Arautos do Evangelho. O legado da TFP ainda vive, e se desdobra nos muitos grupos da direita católica brasileira (Gama, 2024).

Passos (2024b) ressalva que o tradicionalismo católico, em suas diversas configurações, constrói sua identidade em torno da rejeição dos tempos modernos e da afirmação da superioridade sistêmica de uma civilização anterior à Revolução Francesa. Ao resistirem à modernidade, estes grupos buscam a segurança de um passado que é definido como eterno e imutável. Assim, no intuito de conservarem o que acreditam, eles criam uma identidade de reação e resistência.

Esses grupos conservadores, embasados em discursos tradicionalistas católicos e em posições políticas aliadas à direita, utilizam hoje, como grande aliada, as plataformas digitais. Segundo Souza e Lanfranchi (2022, p.197-198), esses grupos “almejavam um retorno ao *status quo* anterior ao Concílio [Vaticano II], não só em termos de doutrina, moral e costumes, como também do poder da Igreja perante o governo e a sociedade civil”. Os Arautos do Evangelho e a Associação Cultural Montfort são dois exemplos destes grupos, ambas fundadas por ex-membros da TFP. Também inspirado por Plínio Corrêa, foi fundado em 2006 o Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO), que construiu uma base sólida de seguidores ao longo dos anos. Já no caso do Centro Dom Bosco, apesar de não estar vinculado diretamente à TFP, com apenas oito anos de existência, obteve um alcance midiático maior que todos os outros grupos mencionados. O CDB, além de adotar as características recorrentes do tradicionalismo, apresenta também certas particularidades, com estratégias que contribuem para a cooptação de seguidores e propagação de uma frente contrarrevolucionária no século XXI, conforme analisaremos nos próximos capítulos.

2 REZAR, ESTUDAR E DEFENDER A FÉ: A AUTODEFINIÇÃO TRADICIONALISTA DO CENTRO DOM BOSCO

2.1 Origem, estrutura institucional e lideranças do CDB

A Associação Centro Dom Bosco de Fé e Cultura, cujo nome fantasia corresponde à Centro Dom Bosco (CDB), é juridicamente registrada como uma associação privada, conforme consta no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). Segundo o artigo 53 a 61 do Código Civil Brasileiro (nº 10.406/2002), nessa forma jurídica “constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos” (Brasil, 2002). Desta forma, a entidade pertence ao terceiro setor, condição que lhe permite atuar na esfera pública sem se configurar como instituição eclesial ou como empresa comercial, mas como uma organização civil. Possui autonomia administrativa e patrimonial, podendo arrecadar recursos e desenvolver atividades próprias, desde que o resultado financeiro seja distribuído para a manutenção de suas finalidades institucionais.

Além de seu enquadramento legal, há também uma dimensão simbólica pela autodeclaração como “centro cultural”. Não há definições jurídicas para um centro cultural, pois são instituições ou associações que, em geral, promovem, difundem e produzem atividades culturais, artísticas e educacionais. No CDB, segundo a Receita Federal, sua atividade econômica principal é descrita como “atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte”. Incluem-se nessas atividades o comércio varejista, edição de livros, serviços de informação na internet, serviços de organização de eventos entre outras atividades de natureza de ensino, de organizações religiosas e filosóficas, como demonstra a figura 1.

Figura 1: Print da disponibilização dos serviços da associação a partir do CNPJ

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NUMERO DE INSCRIÇÃO 27.702.376/0001-02 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 08/05/2017
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO CENTRO DOM BOSCO DE FE E CULTURA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CENTRO DOM BOSCO		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 18.11-3-02 - Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas 47.55-5-02 - Comércio varejista de artigos de armarinho 47.61-0-01 - Comércio varejista de livros 47.63-0-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente 53.20-2-02 - Serviços de entrega rápida 58.11-5-00 - Edição de livros 63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet 63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet 77.40-3-00 - Gestão de ativos intangíveis não-financeiros 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 85.92-9-99 - Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente 90.02-7-01 - Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores 94.12-0-99 - Outras atividades associativas profissionais 94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas ou filosóficas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		

Fonte: Governo Federal. Disponível em: <<https://consultacnpj.redesim.gov.br/>>. Acessado em: 15 ago. 2025.

A trajetória de formação do CDB é conhecida principalmente a partir de entrevistas concedidas por seus membros fundadores, sendo eles Pedro Luiz de Affonseca, e os irmãos Álvaro Alberto Ferreira Mendes Júnior e Bruno Farias Mendes. Pedro Affonseca, assessor jurídico formado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2010, foi o primeiro presidente do CDB, permanecendo no cargo e na associação até 2023. Após sua saída, Álvaro Mendes, então vice-presidente, assumiu a presidência, enquanto Bruno Mendes passou a ocupar a vice-presidência. Atualmente, o cargo de diretor-geral é exercido por Erisberto Filho, integrante desde as primeiras formações do grupo.

Álvaro Mendes é economista, graduado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com mestrado pela Universidade Federal Fluminense e doutorado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), todos na mesma área. Sua tese, publicada em 2018, intitulada “Ensaio sobre as associações do consumo de *cannabis* com o Índice CCEB, as preferências sobre a legalização e o Desempenho universitário dos estudantes efetivamente matriculados”, analisa o perfil de usuários de *cannabis* e possíveis implicações para políticas públicas.

Bruno Mendes, por sua vez, é graduado em Administração pela Universidade Candido Mendes (UCAM). Na mesma área, fez o mestrado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o doutorado pela PUC Rio. Sua tese, publicada em 2020, sob o título “Pornografia on-line: uma nova forma de consumo compulsivo”, investiga padrões de consumo, bem como fatores antecedentes e consequências associados ao uso recorrente desse tipo de conteúdo.

Os três fundadores já eram católicos antes da criação do CDB. Os irmãos Mendes revelaram que, naquele momento, não se identificavam como tradicionalistas, embora já tivessem o hábito de estudar a doutrina. Em entrevista ao Caravelas Podcast (O Renascimento [...], 2023), Álvaro Mendes narra que, aproximadamente entre 2005 e 2010, costumava conversar com colegas sobre qual seria a verdadeira religião e, motivado por essas discussões, passou a buscar informações na internet. Nesse contexto, começou a acompanhar dois dos principais websites católicos da época: *Veritatis Splendor*²³ e a Associação Montfort. Por meio da Montfort, Álvaro passou a acompanhar Orlando Fedeli, que respondia cartas de seguidores diariamente. Fedeli (1933-2010) foi um historiador, membro da antiga TFP, atuando diretamente com Plínio Corrêa de Oliveira, e o fundador da Associação Montfort, que objetiva até hoje a defesa de uma Igreja pré-conciliar (Souza. Lanfranchi, 2022).

Segundo Álvaro Mendes (O Renascimento [...], 2023), essa experiência foi decisiva para compreender que o “católico é um combatente por natureza” (01:05:00), além de ter estimulado sua participação em aulas presenciais no Rio de Janeiro. Em uma dessas ocasiões, uma aula enfrentou problemas de organização e corria o risco de ser cancelada, levando Álvaro a convidar Fedeli para utilizar o espaço comum do prédio onde morava. Foi nesse episódio que Bruno Mendes, até então menos envolvido nas mesmas atividades que o irmão, teve seu primeiro contato direto com Fedeli. A partir dessa aproximação, os irmãos passaram a conhecer também Sidney Silveira e Carlos Nougé. Sidney Silveira é um estudioso da filosofia tomista e criador do blog tomista “Contra Impugnantes”, e ministra aulas no CDB até hoje. Nougé é filósofo e tradutor literário, ganhador do prêmio Jabuti de Tradução em 1993, e autodeclarado tradicionalista, contra o Concílio Vaticano II, mas não participa mais das atividades do CDB desde 2020.

Na mesma entrevista, os irmãos Mendes narram que, com o passar dos anos, foram se aproximando progressivamente do tradicionalismo católico de caráter combativo. Quando Sidney Silveira se candidata a vereador do Rio de Janeiro em 2016 (onde não foi eleito), Bruno Mendes se dispõe a ajudá-lo. Nesse período, Bruno já frequentava o Mosteiro de São Bento e havia se aproximado do Arcebispo Dom Justino, o que contribuiu para o fortalecimento de sua trajetória religiosa e para o estreitamento da amizade com Silveira. Paralelamente, os irmãos passaram a acompanhar figuras como Padre Paulo Ricardo e Olavo de Carvalho, embora afirmem nunca terem mantido contato pessoal com este último.

²³ Fundado em 2002, o *Veritatis Splendor* trabalha com traduções, debates e apostolado do catolicismo.

De acordo com Py (2021), Paulo Ricardo é um padre ligado à Arquidiocese de Cuiabá (MT) que defende um pensamento ultraconservador católico e utiliza as plataformas digitais para propagar seus ideais, vender aulas e mobilizar fiéis. Também apresenta o programa semanal “Oitavo Dia” na Rede Canção Nova. Olavo de Carvalho (1947-2022), como explicado por Callil (2021), é autodeclarado filósofo e disseminou com seus livros uma visão reacionária de mundo e negacionista sobre diversos problemas político-sociais. Apoiou Jair Bolsonaro durante sua campanha e mandato, e teve expressiva influência sobre os movimentos de extrema-direita.

Bruno Mendes (O Renascimento [...], 2023) relata que, em 2016, fazia parte de um grupo de WhatsApp composto por líderes universitários, no qual se envolveu em uma discussão com um diácono. Na época, havia uma polarização crescente em meio ao contexto do *impeachment* de Dilma Rousseff. Affonseca, em entrevista ao Anima Podcast (Você sabe [...] 2022), afirma que o conflito ocorreu em razão do posicionamento político do diácono em favor de Dilma e de sua vinculação à Teologia da Libertação. A partir desse episódio, Affonseca teria procurado Bruno para conversar, demonstrando interesse por suas posições. Nesse momento, tanto Affonseca quanto os irmãos Mendes manifestavam o desejo de aprofundar seus estudos sobre a doutrina católica.

Continuando a entrevista, Bruno Mendes narra que o primeiro encontro foi marcado na fraternidade Toca de Assis (RJ), espaço já frequentado por eles, com o objetivo de estudar documentos da Igreja. De acordo com Bruno Mendes, nesse encontro inicial, além dos três fundadores, estavam presentes Chris Tonietto, que viria a se tornar deputada federal em 2019 (PSL-RJ), Márcio Gualberto, futuro deputado estadual (PL-RJ) em 2019, e cerca de mais três pessoas. Os encontros ocorreram inicialmente de forma esporádica, até que Tonietto ofereceu a Affonseca uma sala de 35m² no centro do Rio de Janeiro, herdada por ela. A partir dessa iniciativa, consolidou-se a ideia de criação de um centro.

Merece destaque nesse cenário Chris Tonietto, cuja trajetória evidencia a articulação entre militância religiosa e atuação institucional. Segundo Tesser (2022), Tonietto é advogada formada pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e sua inserção na política foi precedida por um engajamento ativo em grupos católicos carismáticos. Ao lado de seu marido, fundou, em 2015, o movimento Sentinelas, voltado à formação de fiéis e à difusão de conteúdos alinhados à doutrina católica, com especial ênfase na crítica à chamada “ideologia de gênero”. Sua atuação política mantém forte continuidade com esse percurso, sendo marcada pela defesa de pautas como o combate ao aborto, a valorização da família tradicional e a oposição ao que denomina ativismo judicial. À frente da Frente Parlamentar Mista contra o Aborto e integrante

da Comissão da Mulher, Tonietto exemplifica a presença de atores religiosos que, mesmo sem grande projeção nas redes sociais quando comparados a outras figuras da direita, operam de forma estratégica na institucionalização de agendas conservadoras. Nesse sentido, sua trajetória ilustra como formas de engajamento religioso local, especialmente junto a grupos de jovens e comunidades católicas, podem se converter em capital político e contribuir para a consolidação de pautas morais no espaço público.

O nome Centro Dom Bosco teria surgido da vontade de “retomar duas iniciativas: a de Dom Vital e a do Centro Dom Vital”, sendo expressão da “ideia de continuidade histórica” (O Renascimento [...], 2023, 00:10:22). A escolha de Dom Bosco, entretanto, não foi imediata. Bruno sugere o nome por ser também seu nome onomástico no Mosteiro de São Bento. Affonseca (Você sabe [...], 2022), por sua vez, afirma que Dom Bosco representava uma grande inspiração em razão de seu trabalho com a juventude e de sua atuação apostólica, o que serviu como inspiração para o trabalho do grupo.

Com o objetivo de compreender o perfil institucional e as possíveis formas de atuação do CDB, Álvaro e Bruno passaram a frequentar diferentes grupos religiosos, como a Opus Dei e grupos de estudo ligados a Olavo de Carvalho no Rio de Janeiro, buscando compreender suas dinâmicas organizacionais (O Renascimento [...], 2023). Embora reconheçam a influência dessas experiências em sua formação, não foram identificados vínculos institucionais públicos entre esses grupos e o CDB na atualidade, mas acreditamos que há a possibilidade de manterem algum tipo de contato.

Reconhecendo a necessidade de uma figura responsável pela formação intelectual do grupo, os fundadores convidaram Sidney Silveira para ministrar aulas na nova sede. Inicialmente, Silveira passou a oferecer cursos de Antropologia Filosófica. Segundo Affonseca (Você sabe [...], 2022), sua atuação contribuiu para atrair novos participantes ao grupo.

Ainda nos primeiros anos do CDB, Bruno propôs a criação de uma editora. A primeira grande iniciativa editorial foi a publicação da Teologia Moral de Santo Afonso, em sete volumes, traduzido do latim. Essa campanha editorial levou cerca de cinco anos para ser concluída. Segundo Bruno, a partir de 2018 o CDB passou a contar com funcionários fixos, e foi após a consolidação da editora em 2023 que a instituição experimentou um processo mais amplo de expansão (O Renascimento [...], 2023).

Affonseca (Você sabe [...], 2022, 00:08:29) também conta que foi uma escolha continuar sendo uma associação civil de fiéis leigos, sem ligação com a hierarquia eclesial. Assim, eles teriam mais “liberdade para fazer o bem”, afirmando: “porque entendemos que hoje, em função de toda essa crise que afeta tanto a sociedade como a própria Igreja, [...], não

seria adequado que tivéssemos uma relação direta com a hierarquia”. Desta forma eles estariam preservando seus ideais da parte dos clérigos que “não desejam mais servir a Santa Igreja”, ou seja, que não são tradicionais. E, também, protegendo a própria Igreja, já que, por conta de uma “perseguição aos católicos na sociedade”, eles estariam vulneráveis a ataques e polêmicas, o que demonstra a postura combativa que o CDB pretendia seguir.

Affonseca se desliga da associação em 13 de junho de 2023 e não foi acompanhada, naquele momento, de justificativas explícitas por parte dos membros do grupo. No comunicado divulgado nas redes sociais do CDB, afirmava-se que a amizade entre eles permanecia “inalterada, mesmo após sua saída”, acompanhado de agradecimento pelos quase sete anos de trabalho de Affonseca na associação. O comunicado foi assinado por Álvaro Mendes, agora como presidente, Bruno Mendes e Erisberto Filho, como mostra a figura 2. Atualmente, Affonseca continua com sua missão de fazer apostolado, mas agora na Barra da Tijuca, pelo Apostolado Nossa Senhora das Lágrimas²⁴. Atua também como assessor jurídico e realiza eventos para empresários católicos.

Figura 2: Comunicado oficial sobre o desligamento de Pedro Affonseca do CDB



Fonte: Instagram oficial do Centro Dom Bosco. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CuQATCnvNUF/> Acessado em: 24 de maio de 2025.

²⁴ Apostolado Nossa Senhora das Lágrimas, 2023. Começamos um Novo Apostolado! Entenda. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=GyE6nAQQrF8&t=269s>

No entanto, em 2025, Affonseca concedeu novas entrevistas (Os maiores [...], 2025; A soberba [...], 2025), nas quais se tornaram mais evidentes os conflitos internos no grupo. Segundo ele, embora admirasse o CDB por seu trabalho de apostolado e estudo da doutrina, passou gradualmente a perceber o que definiu como uma “soberba” institucional, relacionada à ideia de que seus membros seriam capazes de “salvar a Igreja”. Esse processo estaria associado, sobretudo, àquilo que Affonseca identifica como uma crescente falta de comunhão e de respeito pelas autoridades eclesiais legítimas, como o Papa e os bispos.

O ex-presidente reconhece que participou ativamente dessas dinâmicas e que contribuiu para sua consolidação, descrevendo esse envolvimento como uma “tentação” (Os maiores [...], 2025, 00:05:58) e afirmando ter “caído em erros” (Os maiores [...], 2025, 00:06:36). Affonseca relata ainda que o principal fator desencadeador de sua saída foi a aproximação institucional do CDB com a Fraternidade Sacerdotal São Pio X (FSSPX). A FSSPX é uma sociedade católica tradicionalista fundada por Mons. Lefebvre em 1970 que, desde sua origem, desenvolveu uma postura crítica ao Concílio Vaticano II, chegando a comparar suas diretrizes aos ideais da Revolução Francesa. Essa posição resultou, ao longo do tempo, em atitudes de resistência aos pontífices que presidiram a Igreja após o Concílio (Roy-Lysencourt, 2024).

Entre maio e junho de 2025, o CDB anunciou que a Liga Cristo Rei, evento organizado anualmente pela instituição, teria participação e direção da FSSPX. No mesmo período, publicou a tradução livro “Os Erros do Catecismo Moderno”, de autoria do arcebispo italiano Carlo Maria Viganò, excomungado em razão de suas posições críticas à Igreja contemporânea. A obra reforça argumentos contrários às orientações conciliares e às transformações institucionais recentes. Diante desse contexto, a Arquidiocese do Rio de Janeiro considerou necessário publicar uma nota oficial solicitando que os fiéis se afastassem das atividades promovidas pelo CDB e pela FSSPX (Oliveira, 2025). O episódio ganhou ampla repercussão midiática, levando Affonseca a conceder entrevistas para esclarecer publicamente os motivos de sua saída, ocorrida dois anos antes.

Em entrevista (Os maiores [...], 2025), o ex-presidente afirma que passou a “respirar um ar puro” (00:13:22) após deixar o CDB, que, segundo ele, o CDB teria se tornado um espaço marcado quase exclusivamente pela discussão em torno da “crise da Igreja”. Relata que vivia um conflito interno constante, pois percebia-se, em diversos momentos, julgando autoridades eclesiais e afastando-se progressivamente das atividades pastorais de sua paróquia. De fato, como será analisado adiante, Affonseca desenvolveu, durante sua atuação no CDB, uma postura marcadamente combativa, visível em seus discursos e intervenções públicas. Atualmente, ele diz participar da missa segundo o rito de Paulo VI, isto é, na forma litúrgica ordinária, além de

integrar regularmente as atividades paroquiais, como a catequese. Destaca, ainda, uma mudança significativa em sua perspectiva religiosa: ao se deparar com práticas ou decisões com as quais não concorda, estaria buscando não julgar nem desmerecer a atuação dos sacerdotes envolvidos.

Mesmo quando eu vejo alguma desordem, seja no clero, seja nos leigos que estão comigo, eu, graças a Deus, eu perdi essa postura de policial, de um promotor e de um juiz que ficava ali a condenar a todos. Mas sim tentar compreender, mesmo reconhecendo que está errado, mas procurar compreender que é uma falta de formação, que eu não posso presumir que a pessoa faça por mal e viver bem nos ambientes eclesiais nos quais eu estou inserido, apesar das desordens, ver o outro lado, ver os aspectos positivos (Os maiores [...], 2025, 00:14:28).

Em resposta às críticas sofridas pelo CDB na internet após a aproximação com a FSSPX, Álvaro Mendes realizou uma live no YouTube na qual buscou enquadrar a atuação da instituição a partir de uma lógica de serviço à Igreja. Mendes sustenta que o Centro Dom Bosco não deve ser compreendido como um fim em si mesmo, mas como um instrumento a serviço da Igreja, podendo inclusive desaparecer sem comprometer sua missão. Nesse sentido, afirma que o CDB se entende como “um marinheiro dentro da barca de Pedro” (É o fim! [...], 2025, 00:01:58), responsável por conduzir fiéis à Igreja, e não como uma instância de salvação autônoma.

Ainda na mesma fala, Mendes recorre a uma máxima atribuída a Inácio de Loyola, segundo a qual a Companhia de Jesus poderia acabar sem que isso representasse um fracasso pessoal, desde que não fosse por culpa de seus membros. A partir dessa analogia, ele afirma que o CDB estaria disposto a enfrentar perseguições, perdas financeiras e desgaste público como parte de sua missão apostólica. Mendes também rejeita a acusação de que o grupo buscaria lucro por meio de polêmicas, argumentando que a publicação de obras como “Os Erros do Catecismo Moderno” (2025) teria provocado perdas de seguidores, diminuição no número de contribuintes e baixo retorno financeiro. Segundo ele, tais iniciativas seriam motivadas por uma concepção de apostolado marcada pelo enfrentamento das “cruzes” (É o fim! [...], 2025, 00:05:16) impostas pela fidelidade à doutrina tradicional, especialmente no que diz respeito às críticas ao Concílio Vaticano II e ao catecismo moderno.

Além disso, na mesma live, Mendes contrapõe a atuação do CDB à de outros agentes religiosos que, segundo ele, se beneficiariam financeiramente da venda de cursos e conteúdos pagos. Destaca a produção de aulas gratuitas, documentários, eventos e iniciativas pastorais custeadas pela própria instituição, apresentando tais ações como evidência de seu caráter apostólico. Dessa forma, sua fala busca legitimar a postura combativa do CDB como expressão de fidelidade à Igreja e de disposição ao sacrifício, reinterpretando as críticas recebidas como sinais de perseguição decorrentes do compromisso com o que considera a tradição católica.

Assim como Álvaro, Bruno Mendes afirma que “o faturamento do CDB e os custos sempre acompanharam de mão dadas” e que oscilam “entre verde e vermelho, mais vermelho do que verde e desde quando começou a entrar dinheiro, nunca sobrou” (O Renascimento [...], 2023, 01:18:03). Publicamente, há apenas informações básicas sobre as fontes de sustento financeiro do CDB, que se concentram, sobretudo, em doações e assinaturas pagas de seus apoiadores. Inicialmente, o CDB contava com apoio financeiro através da plataforma Apoia-se, cujo link não se encontra mais funcionando, mas está presente nas descrições do primeiro vídeo publicado pelo grupo em 2017 até o último publicado em 2019.

Acredita-se que foi em 2020 desenvolveram um sistema para receberem as doações de forma direta. Aqueles que desejam contribuir financeiramente com o trabalho do grupo tornam-se o que eles denominam “membros”. Essa modalidade implica em uma assinatura individual e mensal, com valor livre a partir de R\$ 5,00. Por meio dessa contribuição, os assinantes passam a ter acesso exclusivo a documentários originais, alguns cursos e outros conteúdos restritos. Até maio de 2025, o website do grupo indicava a existência de quase cinco mil membros, além da meta declarada de alcançar dez mil apoiadores.

Além da filiação dos membros, outra forma relevante de arrecadação de recursos ocorre por meio das chamadas “Campanhas Editoriais”. Essas campanhas são direcionadas a projetos editoriais específicos, sobretudo no campo editorial, que demandam elevados custos de produção e material. Nesse formato, qualquer interessado pode contribuir financeiramente. O CDB divulga previamente o valor final estimado do produto e oferece um preço reduzido aos apoiadores que realizam o pagamento antecipado. Caso a meta financeira não seja atingida e o projeto não possa ser concluído, os valores investidos são integralmente devolvidos aos contribuintes, o que reforça uma estratégia de financiamento coletivo vinculada à viabilidade do empreendimento.

Há, ainda, a possibilidade de realização de doações livres, sem a necessidade de assinatura, bem como, de forma esporádica, campanhas voltadas a objetivos específicos do grupo, denominadas “vakinhas”. A “vakinha” consiste em uma modalidade de financiamento coletivo realizada pela plataforma online Vakinha.com.br, nas quais indivíduos ou instituições estabelecem uma meta financeira e solicitam contribuições voluntárias do público para a realização de determinado projeto ou para o custeio de despesas específicas. Os valores arrecadados são transferidos ao proponente da campanha e sua divulgação ocorre majoritariamente pelas redes sociais.

A primeira “vakinha”²⁵ identificada durante a investigação desta pesquisa foi criada em 2022, com o objetivo de financiar a estruturação de uma produtora própria de filmes e documentários. Segundo a descrição da campanha, o número de membros patrocinadores vinha aumentando, o que ampliava a produção de vídeos nas plataformas digitais; contudo, o grupo almejava adquirir equipamentos de melhor qualidade e institucionalizar uma produtora própria. Nesse contexto, afirmam que “as doações mensais dos Membros Patrocinadores já servem para custear a estrutura de funcionários e outras iniciativas do Centro Dom Bosco de modo que não temos caixa para investir em equipamentos”, sendo a vakinha apresentada como o “meio extraordinário de pedir ajuda para essas necessidades específicas”. Na campanha, foi disponibilizada uma lista detalhada dos recursos necessários e do respectivo orçamento, que totalizava R\$ 144.538,00. A vakinha permanece aberta até o momento, embora a última atualização sobre os materiais adquiridos date de 2023. Consta no site que, até o momento, as doações somaram R\$ 29.515,00, com a participação de 313 apoiadores.

Foram encontradas outras duas vakinhas, ambas iniciadas em 2024, também ainda ativas. Observa-se uma discrepância significativa entre os valores arrecadados na campanha de 2022 e aqueles obtidos nas iniciativas de 2024, o que pode ser interpretado como evidência do crescimento gradual do grupo ao longo dos anos.

A primeira²⁶ foi criada para custear despesas judiciais em um processo movido contra o Porta dos Fundos, com o objetivo de evitar o endividamento da instituição. Essa campanha ultrapassou amplamente o valor solicitado, arrecadando R\$ 93.459,82 diante da meta inicial de R\$ 55.000, com a participação de 1.337 apoiadores. Esse expressivo engajamento pode ser interpretado à luz do caráter simbólico e identitário do conflito, uma vez que envolvia disputas morais, religiosas e culturais amplamente divulgadas nas redes sociais e da proporção midiática que o processo ganhou. A segunda campanha²⁷, também criada em 2024, destinou-se a custear gastos com a manutenção da Praça em Honra ao Santíssimo Sacramento, no Rio de Janeiro. O valor estimado era de R\$ 49.839,44, tendo sido arrecadados R\$ 36.754,61, com 370 doadores registrados. Ambas as situações serão analisadas com mais detalhes adiante.

²⁵ VAKINHA. **Ajude a criar a nossa produtora de filmes católicos!** Disponível em: <<https://www.vakinha.com.br/vaquinha/ajude-a-criar-nossa-produtora-de-filmes-catolicos>>. Acesso em 25 out. 2025.

²⁶ VAKINHA. **Fomos condenados! Custas judiciais contra o Porta dos Fundos.** Disponível em: <<https://www.vakinha.com.br/vaquinha/fomos-condenados-custas-judiciais-contr-o-porta-dos-fundos>>. Acesso em 25 out. 2025.

²⁷ VAKINHA. **Paisagismo, limpeza e reparo contínuo da Praça em Honra ao Santíssimo Sacramento!** Disponível em: <<https://www.vakinha.com.br/vaquinha/paisagismo-limpeza-e-reparo-continuo-da-praca-em-honra-ao-santissimo-sacramento>>. Acesso em 25 out. 2025.

Para a manutenção da associação e da editora, o CDB também conta com a receita obtida a partir das visualizações em seu canal no YouTube, que, até maio de 2025, somavam cerca de 50 milhões, bem como com a venda dos livros publicados por sua editora e com o trabalho voluntário realizado por membros em determinadas atividades. Não foram identificadas, durante esta pesquisa, filiações formais com outras instituições ou figuras públicas que resultassem em acordos financeiros estáveis, embora a existência de parcerias pontuais e patrocinadores não possa ser completamente descartada.

Desde sua fundação, em setembro de 2016, o canal do Centro Dom Bosco no YouTube tem apresentado um desenvolvimento progressivo, tanto em frequência quanto em diversidade temática de suas publicações, sendo o carro-chefe na promoção do grupo. O primeiro vídeo disponibilizado data de 20 de junho de 2017, consistindo em uma aula magna de Carlos Nougué sobre o tema do mal em Santo Tomás de Aquino. Nos meses subsequentes daquele ano, foram publicados outros oito vídeos, abordando temas variados, como a importância do latim na tradição católica e depoimentos de ex-protestantes que ingressaram na Igreja Católica, relatando terem descoberto a “fé verdadeira”. O ano de 2018, por sua vez, não apresenta registros de novas publicações no canal, o que pode indicar ausência de produção naquele período ou eventual exclusão posterior de conteúdos.

Em 2019, observa-se um incremento relevante nas atividades: foram disponibilizados 30 vídeos, com ênfase em aulas ministradas no próprio CDB, relatos de conversão ao catolicismo tradicionalista e comentários noticiosos que denunciavam, sob a ótica dos produtores, situações interpretadas como evidências de uma crise na Igreja. Já em 2020, foram disponibilizados 28 vídeos, marcando um momento de transição no perfil do canal. Nota-se maior protagonismo dos próprios fundadores na condução das aulas e uma intensificação de conteúdos com viés político, especialmente no que diz respeito às relações entre fé católica, política e debates culturais contemporâneos. Destacam-se produções críticas à Teologia da Libertação, à chamada “revolução cultural” e à atuação de movimentos considerados contrários ao catolicismo tradicional. Nesse mesmo ano, o canal produziu seu primeiro vídeo de divulgação de um livro publicado pela editora do grupo, “O Conde de Chanteleine”, de Júlio Verne. Publicado originalmente em 1864, o romance narra o embate de católicos contra a Revolução Francesa, temática que dialoga diretamente com o imaginário mobilizado pelo grupo.

O crescimento mais expressivo ocorreu em 2021, quando o número de vídeos aumentou significativamente: 63 no primeiro semestre e aproximadamente 55 no segundo. Além de aulas e palestras, passaram a predominar vídeos de caráter opinativo, denúncias, orientações dirigidas

a fiéis católicos e novos relatos de conversão. Também se destacam produções com forte viés político-religioso, incluindo críticas à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a figuras eclesiais consideradas pelo grupo como responsáveis por supostos desvios doutrinários.

De 2022 até o momento, 2025, a produção manteve-se intensa, com cerca de 100 vídeos publicados ao longo do ano, além do início das transmissões ao vivo, o que ampliou as formas de engajamento com o público. Essas transmissões passaram a permanecer disponíveis posteriormente, expandindo o alcance e a durabilidade dos conteúdos. A intensificação da produção, que passou a incluir aulas completas, transmissões ao vivo, cortes de vídeos anteriores e publicações no formato YouTube Shorts, tornou mais complexa a contabilização precisa do número total de vídeos divulgados.

Entretanto, de modo geral, a trajetória do canal revela um aumento gradual de uma atuação mais ampla no espaço público digital, marcada pela crescente centralidade de discursos políticos, posicionamentos ideológicos e intervenções diretas no debate público sobre religião, cultura e sociedade. Ao longo dos anos, a associação, que começou operando prioritariamente como um espaço de formação interna, consolidou-se como um ator relevante nas disputas simbólicas contemporâneas. Tal movimento insere o Centro Dom Bosco em um circuito mais amplo de agentes religiosos que utilizam as plataformas digitais como instrumentos simultâneos de evangelização, mobilização política e disputa de narrativas culturais. O alcance obtido reforça essa hipótese: nos últimos dois anos, o canal contabilizou cerca de 20 milhões de visualizações²⁸, consolidando-se como um dos maiores em sua área de atuação no segmento católico conservador brasileiro. Esse volume expressivo de acessos não apenas evidencia crescimento quantitativo, mas também sugere ampliação de sua capacidade de influência e de circulação de suas narrativas no ambiente digital.

Sbardelotto (2023), afirma que esses grupos católicos, tal como o CDB, ao se inserirem na lógica da “midiatização digital”, esses grupos católicos passam a se fazer presentes de modo contínuo e ubíquo, isto é, potencialmente em qualquer tempo e lugar. A atuação religiosa deixa, assim, de estar restrita ao contato presencial ou aos meios tradicionais, como a mídia impressa, e passa a depender de competências específicas próprias do ambiente digital. Crescer nesse meio não é apenas uma questão de conteúdo doutrinário, mas de domínio das linguagens, formatos e dinâmicas das plataformas. Nesse sentido, o autor sustenta que “a autoridade e a credibilidade desses católicos antimodernos, por sua vez, não vêm do saber teológico

²⁸ Segundo Sbardelotto (2023), de 2016 até dezembro de 2023, o canal contava com 38 milhões de visualizações no total.

(academia) nem do poder eclesiástico (hierarquia), mas sim de um saber-fazer e de um poder-fazer midiático-digitais” (Sbardelotto, 2023, p. 14).

Essa ideia ajuda a compreender o caso do Centro Dom Bosco. A visibilidade e a influência do grupo não vêm, principalmente, de reconhecimento acadêmico ou de autoridade oficial dentro da hierarquia da Igreja, mas da sua capacidade de atuar de forma eficiente nas plataformas digitais. É por meio da produção constante de conteúdos e da habilidade de mobilizar seu público que o grupo constrói sua autoridade e amplia seu alcance.

Ainda assim, o trabalho editorial do CDB também é forte. Todo o trabalho editorial, envolvendo livros, jogos de carta e tabuleiro, e papelaria do CDB, é encontrado na loja online do Centro Dom Bosco, com o nome também de Livraria Tradicional Católica e com a descrição: “é especializada em livros católicos que promovem a doutrina cristã, promovendo a tradição e a fé da verdadeira Igreja de Cristo” (CDB, 2024). Para além de temas diversos, eles dividem seus livros em oito temáticas principais: livros infantis, Teologia, Liturgia, Filosofia, Psicologia, História, Espiritualidade e Defesa da Fé. Especificamente para seus livros direcionados ao público jovem e infantil, o CDB tem um departamento específico, chamado Edições Oratório, que é descrito como “selo editorial católico dedicado à difusão da Literatura Católica Infantil (Edições Oratório, 2025). Possui, também, colaborações com outras editoras católicas, sendo elas: Editora Caravelas, Editora Santa Cruz, Editora Três Pastorinhos, Instituto Gratia, Livraria Santa Cruz, e Permanência. Todo o trabalho é muito cauteloso: qualidade dos materiais tais como tipo de folha, capa dura, ilustrações, fotos documentais e, no caso dos livros infantis, uma comunicação pensada para a participação da família no processo da leitura com a criança.

No marketing de seus livros, o CDB assume a todo instante a missão não apenas de combater, mas de serem pedagógicos. Na sua visão, uma educação pautada em valores tradicionais da Igreja católica é também uma forma de combater os supostos valores deturpados da sociedade moderna. Neste sentido, os temas são também muito bem pensados: as edições infantis são voltadas a histórias bíblicas, fábulas e contos com ensinamentos morais, poemas e catecismo para crianças. São exemplos os livros “O Alfabeto do Menino Jesus” (Brandão; Loyola, 2024); “Catecismo para as crianças” (Tribou, 2024) e a tradução do livro “Bíblia de uma avó: os atos dos Apóstolos” (2024), escrito originalmente pela escritora russa Condenssa de Ségur no século XIX. Já nos outros tipos de edições, podemos encontrar mais explicitamente a postura combativa que eles trazem como missão.

Para isso, muitas de suas produções foram escritas pelo CDB ou convidados, como o combo “História dos Mártires” (Lancaster, 2024). Outros se tratam de traduções ou reedições

de obras já existentes, muitas delas inéditas no Brasil em língua portuguesa, sejam escritos pelos pontífices, sejam obras que a equipe editorial do CDB considera importante para a causa da qual lutam. É o caso das obras “As Infiltrações Maçônicas na Igreja”, escrito pelo Padre Emmanuel Barbier (1851-1925) e “Comunismo: A Inevitável Consequência do Livre Exame Protestante”, escrito por Jordán Bruno Genta (1909-1974).

Atualmente, a sede do CDB, onde acontecem as aulas, reuniões e gravações, fica localizada em um prédio comercial, no centro do Rio de Janeiro. Em setembro de 2025, divulgaram uma nova série no YouTube, intitulada “Série Raízes”, para documentar o processo de construção de uma nova sede, em espaço mais amplo e que poderá abranger mais atividades. Essa construção apoia-se na doação financeira de seus membros, e também de alguns trabalhos voluntários.

2.2 Simbolismo, Espiritualidade e Identidade Tradicionalista

O papel da internet é determinante para a autoafirmação do CDB como tradicionalistas. Silveira (2014b) mostra que, em um contexto de enfraquecimento das autoridades religiosas herdadas, o qual ele chama de destradicionalização, grupos tradicionalistas recorrem ao ciberespaço para reconstruir e disseminar uma memória católica conservadora. Essa memória é seletiva, estilizada e altamente visual, operando como forma de resistência à modernidade. Além disso, ao criar essa memória coletiva, cria-se também a sensação de identidade e pertencimento, principalmente entre os mais jovens.

O CDB constrói uma imagem tradicionalista de si, que pode ser observada em suas atividades, materiais e publicações. Seu próprio brasão carrega símbolos católicos e de enfrentamento, que segundo o grupo, foi inspirado Sonho das Duas Colunas de São João Bosco, como podemos ver na Figura 3.

Figura 3: Representação do sonho de Dom Bosco e o brasão do CDB



Fonte:

Página oficial do Facebook do CDB, 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/cdbosco/photos/a.1594808840815423/1621729801456660/?type=3&locale=pt_BR> . Acesso em: 30 abr. 2025.

Este sonho, relatado por Dom Bosco em 30 de maio de 1862, era o de uma batalha naval, cheia de navios inimigos contra um único navio, representando, simbolicamente, a Igreja. Segundo Ferreira (2011), este sonho foi uma das várias manifestações que, na época, afirmavam o triunfo da Igreja sobre as crises que ela atravessava.

[...] O sonho das duas colunas se insere em um momento especial da história da Igreja na Itália. Ela se encontrava quase em estado de perseguição. Por volta de 1860, cerca de 900 padres estavam presos na Ilha de Elba, por terem se manifestado favoráveis ao papa. Mais de cem dioceses ficaram sem bispo. As pessoas que eram suspeitas de favorecer a causa do Pontífice tinham suas casas investigadas e sofriam vexames das autoridades. Dom Bosco e o Oratório não foram exceções. Nessa época, foram muitas as pessoas que disseram ter tido visões ou avisos de que a Igreja triunfaria de seus inimigos. Este sonho se insere nesse grupo de manifestações. Ele condiciona a vitória da Igreja às devoções, tão caras a Dom Bosco, da Eucaristia e da Imaculada (Ferreira, 2011, p.11).

As duas colunas aparecem ainda no início do sonho de Dom Bosco, no início da batalha, como explicado em suas memórias bibliográficas:

[...] No meio da imensidão do mar se elevam das ondas duas robustas colunas, altíssimas, pouco distantes uma da outra. Sobre uma delas encontra-se a estátua da Virgem Imaculada, que tem pendurado sob os pés um largo cartaz com a inscrição: “Auxílio dos cristãos” (*Auxilium christianorum*). Sobre a outra coluna, muito mais alta e grossa há uma hóstia de grandeza proporcional à coluna e, debaixo, outro cartaz

com as palavras “Salvação dos que creem” (*Salus credetium*) (MB VIII, p.169-171 *apud* Ferreira, 2011, p.12).

Em uma postagem publicada no Facebook (CDB, 2017) sobre o brasão, o CDB afirma tê-lo construído a partir de diversos elementos inspirados no sonho de Dom Bosco. As cores escolhidas foram o “dourado, que nos lembra o Santíssimo Sacramento, o azul de Nossa Senhora e o vermelho da doação, luta e martírio”. Afirmam ainda que a coroa, que está no topo do brasão “simboliza a nobreza dos nossos objetivos e o preenchimento preto na parte interna uma homenagem aos beneditinos, inspiração para o CDB pela Santa Regra escrita por seu fundador”. Assim, cada detalhe não são apenas referências devocionais, mas compõem uma estética própria, que reforçam uma autopercepção de elevação moral e de disciplina.

Ainda na mesma postagem (CDB, 2017), explicam que, no lado esquerdo do brasão aparecem as letras IHS, que corresponde à *Iesus Hominibus Salvatorem* (“Jesus Salvador dos Homens”) que “representa a Eucaristia que está na coluna esquerda do sonho”. À direita, há flores de lis, que “representam a Virgindade de Maria, antes, durante e depois do parto e o topo da coluna a direita no sonho de São João Bosco”. Esta é referência direta ao sonho das duas colunas de Dom Bosco, no qual a Igreja, simbolizada por um navio, é atacada por inimigos e só encontra estabilidade ao ancorar-se na Eucaristia e em Maria. Ao mobilizar esse imaginário, o CDB não apenas invoca uma tradição espiritual, mas instrumentaliza uma narrativa de guerra simbólica, na qual a Igreja, ameaçada por forças externas, precisa de defensores ativos. O grupo, assim, não se apresenta apenas como devoto, mas como agente nesse combate. Em seguida, abaixo, estão as chaves de Pedro, que representam a “Santa Igreja Católica protegida contra os ataques quando ancorada nas duas colunas (Eucaristia e Maria)”. A combinação entre Eucaristia, devoção mariana e autoridade petrina são elementos tradicionalmente católicos, corroborando para construir uma identidade igualmente tradicional.

Por fim, o lema retirado do prólogo da Regra de São Bento, *Schola Dominici Servitii* (“Escola do Serviço do Senhor”), projeta a ideia de formação, disciplina e serviço. Contudo, essa noção de “escola” ultrapassa o âmbito espiritual. Ela se concretiza na atuação midiática do grupo, que assume função pedagógica nas redes sociais, oferecendo formação doutrinária, leitura da realidade política e orientação moral aos seus seguidores. A “escola” torna-se, assim, um espaço de formação identitária e de enquadramento simbólico do mundo contemporâneo, no qual religião e política se entrelaçam.

O nome de Dom Bosco é invocado algumas vezes pelo CDB, sendo apresentado como uma de suas principais inspirações (Você sabe [...], 2022). Em uma aula ministrada por Bruno Mendes (Quem de fato [...], 2021), ele busca explicar quem foi São João Bosco e quais aspectos

de sua trajetória servem de referência para o grupo. Com base em livros documentais²⁹, Mendes narra os acontecimentos que teriam levado João Melchior Bosco (1815–1888) à santidade. A aula destaca especialmente os sonhos que ele afirmava ter desde a infância, sua decisão de aprender latim ao perceber a vocação sacerdotal, sua preocupação desde cedo em resgatar as pessoas e salvar suas almas para que fossem para o céu, e o combate às heresias, como o Protestantismo. Mendes também narra que Dom Bosco fundou um oratório dedicado ao acolhimento e à formação de crianças e jovens. Contudo, embora Mendes cite os esforços que o sacerdote fez para propagar seus ideais e educar os jovens, ele não aprofunda a dimensão pedagógica da experiência, justificando que, até aquele momento, não se tratava de sua área de estudo.

Nascido e atuante em Turim, na Itália, São João Bosco viveu em um contexto marcado pelas transformações sociais do século XIX. Embora a cidade estivesse em expansão naquele período, grande parte da população enfrentava condições de precariedade e exclusão. Foi nesse cenário que desenvolveu sua atuação junto à juventude, o que lhe rendeu, posteriormente, o título de “Pai e Mestre da Juventude”, conferido por João Paulo II, em reconhecimento ao seu empenho contínuo na promoção integral de jovens em situação de vulnerabilidade. Sua proposta pedagógico-pastoral estruturava-se em uma teologia compreendida como “acessível”, “adequada” e “útil” à formação juvenil, orientada não apenas à transmissão da fé, mas também ao desenvolvimento humano integral. Assim, ele assumiu a evangelização com elementos mais humanos e menos severos, especialmente aos jovens sem instrução, acolhendo-os também com moradia e alimento. O jovem deveria ser visto e tratado com amor. Nesse horizonte, em 1859, fundou a Congregação Salesiana, oficialmente aprovada por Pio IX em 1874, instituição que, até os dias atuais, busca dar continuidade à sua teologia prática voltada à transformação social (Peixoto; Veras; Borges, 2020; 2023).

Contudo, a concepção de juventude mobilizada pelo Centro Dom Bosco apresenta distanciamentos significativos em relação à proposta formulada por Dom Bosco e perpetuada na tradição salesiana. A Rede Salesiana Brasil, inclusive, já fez uma declaração pública reafirmando que não tem qualquer ligação entre eles e o CDB (RSB, 2021). Da mesma forma, Álvaro Mendes já afirmou com orgulho não ter relações nem compartilhar as mesmas ideias que os salesianos (Padre Júlio [...], 2022).

De forma geral, o CDB dedica-se de forma muito limitada ao tema da juventude em sua produção audiovisual. Foi encontrado apenas um vídeo de autoria do CDB sobre o tema da

²⁹ Dom Bosco (Aufrey, [s.d]); Memórias Biográficas de São João Bosco (Lemoyne, [1898]) e Dom Bosco Místico (Siccardi, [s.d]).

juventude, intitulado “A Igreja e a Juventude: o que mudou?” (A igreja [...], 2025) apresentado por Fabiano Rollim. Rollim não é teólogo ou especialista da área, mas se apresenta como leitor de autores vinculados à tradição filosófica católica e como estudioso das ideias de Olavo de Carvalho, o que o coloca em sintonia com as referências intelectuais valorizadas pelo grupo.

O vídeo se baseia no livro *Iota Unum*, de Romano Amerio. Publicado originalmente em 1985, o teólogo suíço italiano apresenta em sua obra as principais transformações da Igreja, na posição de crítico às mudanças pós-conciliares. O capítulo 8 do livro que se dedica a refletir sobre a relação entre a Igreja e a juventude, partindo de uma constatação, segundo o autor, histórica: se no passado os jovens buscavam parecer mais velhos, e hoje é a juventude que é glorificada, como se fosse um ideal em si mesmo. A juventude é apresentada, no discurso analisado, como uma etapa naturalmente marcada pela imperfeição, tanto no plano físico quanto no moral. Trata-se de um período ainda incompleto, no qual as potências humanas não teriam sido plenamente desenvolvidas, exigindo, portanto, orientação externa (A igreja [...], 2025).

A crítica apresentada pelo livro, endossada pelo palestrante, dirige-se à forma como, desde a segunda metade do século XX, a juventude teria sido progressivamente idealizada. Segundo essa leitura, a cultura contemporânea passou a exaltar a juventude sem reconhecer o valor formativo do sofrimento e da disciplina. É justamente a partir desse pano de fundo que Rollim introduz a leitura de Amerio sobre o período pós-Concílio Vaticano II. Segundo essa interpretação, teria sido nesse momento que uma visão secularizada da juventude teria penetrado na Igreja, impulsionada por movimentos culturais como hippies e punks, que celebravam a juventude como agente de ruptura com o passado (A igreja [...], 2025). Podemos compreender então, que o CDB se apresenta como um instrumento de orientação aos esses jovens, investindo em materiais de catequese e livros infantis, porém, até o momento, não se observam iniciativas consistentes voltadas especificamente para a faixa juvenil (15-24 anos de idade³⁰).

Outros elementos da identidade tradicionalista do CDB que podem ser observados em seus discursos são as frases comumente proferidas pelo grupo: “Salve Maria!”, utilizada por Álvaro Mendes no início de todos os vídeos apresentados por ele, e “Viva Cristo Rei”, frase

³⁰ Organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) estabelecem esse intervalo entre 15 e 24 anos de idade, considerando como juventude o período que vai da entrada mínima no mercado de trabalho até a idade esperada para a conclusão da escolarização formal. No Brasil, é comumente adotada a faixa dos 14 aos 29 anos, podendo, em algumas regiões, estender-se até os 32. Entretanto, a juventude, no geral, deve ser compreendida para além da faixa etária, observando os contextos sociais em que a pessoa cresce (Castro, 2009).

presente no website oficial, no final das descrições dos vídeos no YouTube e, majoritariamente, no final dos vídeos do YouTube.

“Salve Maria” expressa a devoção mariana, característica inerente ao catolicismo e expressada fortemente no Brasil (Cipolini, 2010). Já “Cristo Rei” remete à uma representação de Cristo como realeza e a ideia de um “reino de Cristo”. A devoção à Cristo Rei foi um dos marcos ultramontanos brasileiros, com a expressão e a Festa de Cristo Rei reconhecidas pelo papa Pio XI, através da bula *Quas Primas* no ano de 1925. A festa Cristo Rei era tida como uma importante festividade, que representava mobilização dos católicos em um momento de consolidação dos Estados laicos (Azzi, 1986). Assim, o CDB faz um uso contemporâneo do lema como símbolo identitário de resistência cultural.

A expressão é também usada para dar nome à um dos eventos mais famosos entre os grupos tradicionalistas, com o CDB na direção principal: a Liga Cristo Rei. Criada em 2017, é uma unidade composta por diversos centros católicos integrados, contando-se mais de quarenta centros associados espalhados pelo Brasil. Anualmente fazem o Fórum Nacional da Liga Cristo Rei, que conta com uma missa solene, aulas, palestras, atividades e participações especiais nacionais e internacionais (Reis, 2023). Para participar do Fórum, é necessário comprar o ingresso online, vendido por lotes.

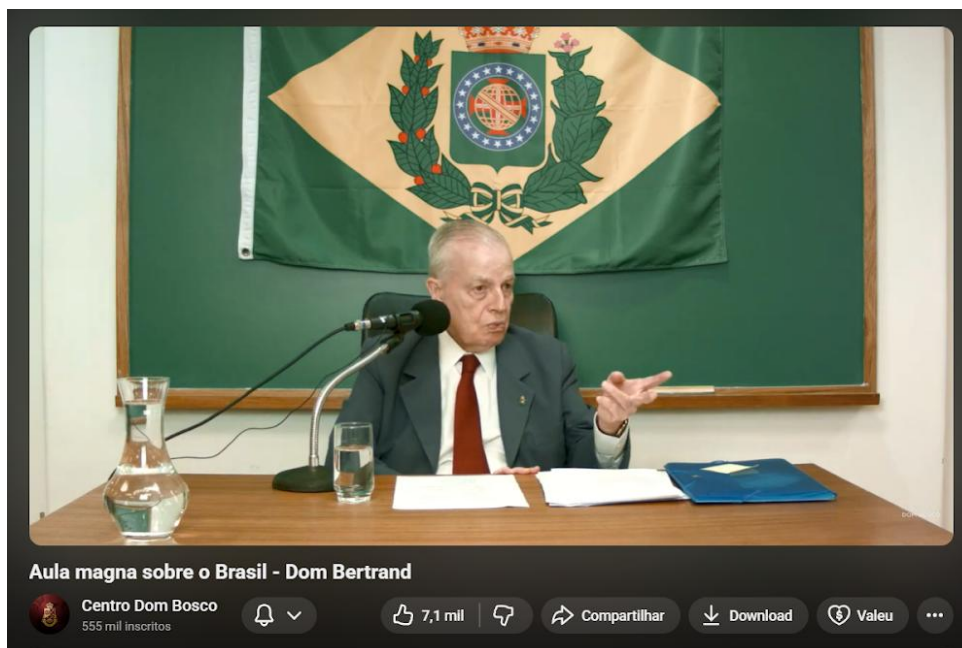
Apesar da constituição da Liga não ter parte com a hierarquia apostólica romana, há diversos convidados e palestrantes que são sacerdotes. Essa lista de palestrantes é divulgada no site do evento, acessível apenas durante a época das promoções. Na Liga Cristo Rei VII, que ocorreu em 2024, foi possível verificar a presença do Bispo de Astana (Cazaquistão), Dom Athanasius Schneider, e mais cinco sacerdotes, sendo dois dos EUA, um do México, um da Argentina, um de Porto Rico e um de Portugal³¹ (CDB, 2024).

No mesmo evento, também participou, como convidado, Dom Bertrand de Orleans e Bragança, descendente da família imperial brasileira. A participação do membro da família real não foi inédita, visto que há registros de outras interações com o CDB. No YouTube, a associação conta com três vídeos com a participação de Dom Bertrand de Orleans e Bragança, que consistem em discursos que tratam da ideia de um Brasil essencialmente católico, da oposição à Maçonaria e de manifestações de apoio às atividades e às “missões” do CDB. No vídeo intitulado “Aula magna sobre o Brasil”, a própria cenografia (figura 4) atua como dispositivo discursivo: a bandeira do Brasil Imperial posicionada atrás de Dom Bertrand compõe um imaginário de continuidade entre a monarquia e a identidade católica da nação,

³¹ São eles: Pe. Charles Murr, Pe. David Nix, Pe. Juan Razo García, Pe. Federico Highton, Pe. Luis Román e Pe. João Silveira, respectivamente.

reforçando visualmente a associação entre passado imperial, tradição religiosa e um projeto político de caráter Restauracionista (Aula magna [...], 2020).

Figura 4: Aula sobre a história do Brasil com Dom Bertrand e, no fundo, a bandeira do Brasil Imperial.



Fonte: Página oficial do Centro Dom Bosco no YouTube. Disponível em: <<https://www.YouTube.com/watch?v=7uAldGZfruM&t=2s>>. Acesso em 02 nov. 2025.

Há ainda um vídeo com Dom Antônio de Orléans e Bragança (1950-2024), irmão de Dom Bertand, no qual ele também declara apoio ao CDB e afirma ser missão de todos “restabelecer o reino do nosso Senhor Jesus Cristo, não só no Brasil como no mundo” (S.A.I.R. [...], 2023, 00:00:45).

Um dos momentos de maior destaque, no entanto, ocorreu na Liga de 2022. O até então presidente Jair Bolsonaro fez uma aparição, em um vídeo transmitido ao vivo, no qual dirigiu um discurso para lembrar a todos os ouvintes que há “um dia decisivo” chegando, referindo-se às eleições presidenciais daquele ano. Em seguida, construiu uma oposição binária ao afirmar que “de um lado tem aqueles que falam em aborto, em usar drogas, em ideologia de gênero, querem relativizar a propriedade privada [...] tem um profundo relacionamento com o comunismo” e que, portanto, há uma “luta, na verdade, do bem contra o mal” (Presidente discursa [...], 2022, 00:01:03). O “bem” sendo representado pelas pessoas ali presentes, que tal qual o ex-presidente, não desejavam que o Brasil fosse “novamente” ameaçado pelo comunismo, representado pelo candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luis Inácio Lula da Silva. Segundo Bolsonaro, a oposição partidária seria uma negação da pátria e da família

brasileira, representando ameaças das quais o Brasil merecia ser protegido, pois, nas suas palavras, esta seria a “Terra prometida”. Essa afirmação mobiliza um imaginário teológico-político, no qual o país é elevado à condição de espaço sagrado que deve ser defendido.

Uma vez que Bolsonaro se declara evangélico, há uma articulação de um imaginário conservador comum. Trata-se de uma aliança circunstancial construída discursivamente, baseada na convergência de valores morais e na produção de um inimigo comum compartilhado. Forma-se, assim, um bloco discursivo cristão conservador, em que elementos teológicos, morais e políticos se entrelaçam para legitimar um projeto tradicionalista.

2.3 A presença do Centro Dom Bosco nos espaços públicos

A defesa da fé, no caso do Centro Dom Bosco, não permanece restrita ao ambiente digital. Ela se projeta de maneira concreta no espaço urbano, configurando uma forma de presença pública que reivindica visibilidade e legitimidade religiosa. Essa transição do campo virtual para o espaço físico consolida o grupo na posição de suposto defensor da fé também na esfera social e simbólica.

Por organização do CDB, em 17 de julho de 2024, foi inaugurada, no Centro do Rio de Janeiro, entre a Avenida Rio Branco e a Avenida Presidente Wilson, uma escultura dedicada ao Santíssimo Sacramento de Jesus Cristo. A obra, com 7,4 metros de altura, teria custado aproximadamente 200 mil reais. Não foram identificadas informações públicas detalhadas sobre o financiamento, além da indicação de doações mobilizadas entre membros do próprio grupo e patrocinadores privados. Não houve participação financeira da prefeitura, limitando-se o poder público à concessão das autorizações necessárias para o uso do espaço.

A escultura foi instalada como forma de comemoração dos 70 anos do 36º Congresso Eucarístico Internacional. Conforme aponta Vicente (2005), a ideia dos Congressos Eucarísticos surgiu na França, tendo o primeiro sido realizado em 1881, na cidade de Lille, com o objetivo de promover culto público e solene ao Santíssimo Sacramento. Em 1955, durante o governo de Getúlio Vargas, o Congresso foi sediado no Rio de Janeiro, configurando-se como grande evento religioso de caráter também cívico. A inauguração da escultura em 2024 seguiu essa lógica cerimonial, contando com missa solene e apresentações musicais.

A presença do CDB no local, contudo, não se restringe ao ato inaugural. Embora a praça seja um espaço público, sua manutenção tem sido realizada recorrentemente pelo próprio grupo, por meio de arrecadações financeiras, inclusive via plataformas de financiamento coletivo (a “vakinha”), e do trabalho voluntário de seus membros. Desde então, todo último sábado do

mês, o CDB organiza na praça a oração do Rosário, cada mês sob uma intenção específica, como honrar o patrono, pedir proteção divina para o Brasil ou agradecer graças recebidas.

Esse conjunto de práticas evidencia uma estratégia de ocupação simbólica do espaço público e territorial. Trata-se de uma forma de materialização da fé que ultrapassa o discurso apologético e se inscreve fisicamente na paisagem urbana, reafirmando a dimensão pública da religião defendida pelo grupo. Adicionalmente, a presença material do Centro Dom Bosco se desdobra também no campo jurídico. A atuação pública do grupo tem sido marcada por disputas judiciais que passaram a compor elemento estruturante de sua identidade discursiva, como defensores da moral cristã na esfera pública.

Dois casos se tornaram emblemáticos dessa postura: (1) a disputa judicial contra a ONG Católicas pelo Direito de Decidir (CDD), acusada pelo CDB de utilizar indevidamente a identidade católica e (2) a ação movida contra o Porta dos Fundos e a Netflix, em função do especial “A Primeira Tentação de Cristo”. A análise desses episódios permite compreender como o grupo aciona o judiciário enquanto sua imagem é consolidada perante uma audiência que interpreta tais conflitos como demonstrações de coerência doutrinal e coragem moral.

O primeiro grande embate jurídico envolve a ONG Católicas pelo Direito de Decidir (CDD), organização feminista fundada no Brasil em 1993, que se posiciona em defesa dos direitos reprodutivos e da legalização do aborto, articulando tais pautas com uma interpretação própria da fé católica. A ação, iniciada em 2018, tinha objetivo de proibir o uso do termo “católicas” no nome e nas atividades da instituição, com base no argumento de que as ações da entidade e vão contra os fundamentos do catolicismo, especialmente pela defesa do aborto.

A ação foi proposta no Tribunal de Justiça de São Paulo, onde o CDB solicitou formalmente que as CDD fossem proibidas de utilizar o termo em documentos, materiais públicos e na identidade institucional. Na primeira instância, o pedido foi rejeitado, sob o argumento de que o CDB não possuía legitimidade ativa para representar a Igreja Católica nem para contestar o uso da identidade religiosa por terceiros.

Posteriormente, em 2020, a segunda instância do TJ-SP reformou a decisão e acolheu parcialmente o argumento do CDB, determinando que as CDD deixassem de usar a designação “católicas”. Essa vitória gerou grande repercussão, sendo amplamente noticiada e celebrada pelo grupo, com Affonsceca como porta-voz, como confirmação de que suas pautas encontravam respaldo jurídico (Porque processamos [...], 2020).

No entanto, a disputa avançou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que, em setembro de 2022, voltou a reconhecer a falta de legitimidade ativa do CDB, restabelecendo o direito das CDD ao uso de seu nome. O processo seguiu para o Supremo Tribunal Federal (STF),

confirmando que entidades civis, ainda que confessionalmente motivadas, não possuem autoridade institucional para regular o uso da identidade católica no país.

Em seu voto, a relatora do recurso, ministra Nancy Andrighi, sublinhou que o caso não envolve a discussão sobre descriminalização do aborto, mas o uso da palavra "católicas" pela entidade demandada e a legitimidade da associação autora para pedir judicialmente sua exclusão.

Segundo a ministra, a ilegitimidade do Centro Dom Bosco decorre do fato de não haver nenhuma relação jurídica de direito material entre ela e a entidade ré. A legitimidade das partes para atuar em juízo – explicou a magistrada – deve ser aferida à luz das afirmações da petição inicial, ou seja, a partir da relação jurídica de direito material indicada pelo autor da ação.

Com base nas alegações apresentadas na petição inicial, a relatora comentou que quem teria, em tese, ligação direta com o direito material discutido no processo não seria o Centro Dom Bosco – uma associação de fiéis –, mas a própria Igreja Católica, organização religiosa que é pessoa jurídica de direito privado autônoma e titular da própria esfera jurídica, nos termos do inciso IV, do artigo 44, do Código Civil (STJ, 2022).

Este caso revela as tensões sobre quem pode definir o que é ser católico e quais interpretações são válidas dentro do campo religioso. Para Nunes, Bandeira, Pereira (2021) a performance do CDB de impor uma uniformidade doutrinal por via judicial evidencia seu esforço de disputar o monopólio da representação da identidade católica, e evidencia um padrão mais amplo no interior do catolicismo conservador contemporâneo: a tentativa de produzir um “inimigo interno” como forma de reafirmar fronteiras doutrinárias e legitimar a própria autoridade moral.

O segundo conflito de grande repercussão ocorreu em 2019, quando o grupo Porta dos Fundos lançou, em parceria com a plataforma de streaming Netflix, o especial humorístico “Especial de Natal Porta dos Fundos: A Primeira Tentação de Cristo”, que foi ao ar em 03 de dezembro de 2019. O grupo é conhecido por seus vídeos satíricos, e produz, desde 2012, conteúdos que abordam, de maneira crítica, temas sensíveis à sociedade.

Na Netflix, encontram-se como síntese: “Jesus está fazendo 30 anos e traz um convidado surpresa para conhecer a família (sátira que envolve valores caros e sagrados da fé cristã)” (Netflix, 2019). Escrito por Fábio Porchat e dirigido por Rodrigo Van Der Put, o episódio é construído em cima de duas polêmicas: a primeira é a insinuação de que Jesus (vivido por Gregório Duvier) é um hippie homossexual e que inicia um relacionamento com Orlando (Fábio Porchat) durante uma viagem longa como mochileiro - referindo-se aos 40 dias no deserto e a tentação de Satã. A segunda é de que Deus (Antônio Tabet) é um mentiroso, quando José (Rafael Portugal) e Maria (Evelyn Castro) contam que Jesus é adotado e seu pai verdadeiro é Deus. Fica implícito que Deus e Maria tiveram relações carnavais e, com José, formam um triângulo amoroso.

Todos os personagens são despidos de santidade: Deus tem um humor ácido; José é tímido e alvo de piadas, como um marceneiro que trabalha com móveis planejados e é alvo de traição; Maria é tida como uma mulher “empoderada” e sexualmente ativa. A aparição dos três Reis Magos também não foge da conduta: Melchior (José Vicente de Castro), Balthazar (Robson Nunes) e Gaspar (Estevam Nabote) estão interessados em festejar com vinho, trazem apenas flores de presente, estão sempre discutindo e contratam uma prostituta para a festa.

Este episódio sofreu ataques por diversos grupos. Inclusive a sede da produtora dos Portas dos Fundos na Zona Sul do Rio de Janeiro, de acordo com notícias do jornal O Globo e (2019), BBC (2019), sofreu um atentado em dezembro daquele ano, registrado como crime de explosão, por dois coquetéis *molotovs*. No mesmo contexto, o CDB assumiu posição de destaque ao ingressar com uma ação judicial, alegando que o conteúdo ofendia a fé cristã e representava um ataque à religião. Álvaro Mendes afirma que o Porta dos Fundos simboliza a “legalização da blasfêmia” (Urgente [...], 2024).

O pedido foi indeferido duas vezes. Na primeira instância, pela juíza Adriana Sucena Monteiro Jara Moura. Na segunda instância, pelo desembargador Cezar Augusto Rodrigues Costa com a determinação de que fosse incluído no início do episódio e de eventuais propagandas um aviso de que se tratava de uma sátira que envolvia valores sagrados relativos à fé cristã. Em sede de agravo de instrumento, o desembargador Benedicto Abicair concedeu a liminar, de modo que a exibição do especial de Natal do Porta dos Fundos foi suspensa em 7 de janeiro de 2020. Essa decisão inicial foi interpretada como vitória significativa pelo CDB, pois dava precedência à liberdade religiosa em detrimento da liberdade de expressão artística (Farias, Pessoa, 2021).

Entretanto, a liminar foi cassada em instâncias superiores, restabelecendo a exibição do conteúdo oficialmente em 2023. A reversão demonstrou que, para o sistema jurídico, a liberdade de expressão permanece um princípio estruturante e que a crítica ou sátira religiosa, por si só, não configura violação à liberdade religiosa. Farias e Pessoa (2021, p.71) afirmam que, no vídeo, não houve “a negação ou a supressão de acesso a direitos ao grupo cristão católico” e não há “discurso tendente a destruir a crença, tampouco de eliminar os adeptos a ela”. Portanto, não haveria discursos de ódio ou nada que realmente ferisse a liberdade religiosa.

Dessa maneira, os dois casos extrapolam o debate específico sobre a legitimidade do uso do termo “católicas” ou sobre discursos de ódio contra católicos no Brasil, respectivamente. Eles levantam questões fundamentais sobre as relações contemporâneas entre religião e Estado e os contornos particulares da laicidade no Brasil. A controvérsia evidencia não apenas as

tensões internas ao catolicismo, mas também o uso do aparato jurídico como estratégia de disputa simbólica em torno do lugar da religião na esfera pública.

Há também uma performance para a construção do discurso. Mesmo quando as decisões finais são desfavoráveis ao grupo, como ocorreu nos dois casos, o CDB transforma essas derrotas em oportunidades discursivas. No vídeo em que divulgam a decisão judicial em favor dos Portas dos Fundos, por exemplo, Álvaro Mendes afirma “agora, infelizmente, a “justiça” humana [em tom de ironia] acaba de impor custas de mais de 50 mil reais ao CDB!” (Urgente [...], 2024, 00:07:09). O CDB afirma-se como vítima de perseguição ou censura ideológica, reforça a percepção de que a fé católica estaria sob ataque e convoca seus seguidores à mobilização contínua. Assim, os processos judiciais funcionam como dispositivos performativos de identidade e como instrumentos de reforço comunitário, operando o judicial como parte de um projeto mais amplo de afirmação moral e de disputa pelo controle do significado do que é ser católico no Brasil contemporâneo.

Como vimos até agora, a rearticulação recente de grupos religiosos conservadores engloba também a expansão de grupos católicos tradicionalistas, ultraconservadores e de posições políticas de direita. No caso do CDB, além do contato com o ex-presidente Bolsonaro (PL) e a deputada federal Chris Tonietto (PSL-RJ), que participou da fundação do grupo, também tiveram a candidatura de um de seus membros, o tenente Lucas Henrique, para a eleição ao cargo de deputado federal em 2022, do qual não foi eleito. Lucas Henrique carregou, em sua campanha, os mesmos objetivos do CDB, defendendo uma nação católica (Reis, 2023). Em entrevista para Reis (2023, p. 85), Bruno Mendes afirma que o grupo não tem aspirações políticas e que, a política é um “acidente do apostolado”, não a essência de fato. Em uma metáfora, Mendes diz que o Brasil ainda precisa ser “adubado” para florescer, no sentido de que poucos políticos defendendo os ideais do CDB não serão o suficiente para realizarem uma mudança significativa.

A Emergência da Nova Direita é também estudada na perspectiva da História Digital. A extrema direita foi pioneira nas redes sociais desde os anos 2000 e se expandiu após 2010, dando espaço para sujeitos com histórico de exclusão e ressentimento em relação a autoridades e desconfiança da política institucional. Estes “buscam visibilidade e autoafirmação, se reúnem em grupos sociais organizados e se sentem parte de um movimento mais amplo. São vozes silenciadas que por detrás do anonimato dos seus perfis podem exprimir suas visões de mundo e arremeter simpatizantes” (Andrade, 2023, p.18)

Há algumas semelhanças perceptíveis em todos esses grupos em sua atuação digital. Segundo Couto Neto (2024, p.29), há especialmente três tipos de ação política no YouTube,

das quais podemos perceber também nos vídeos do CDB: (1) realizam vídeo-comentários de temas “em ascensão” na esfera pública, como notícias importantes e ocorrências virais, conseguindo maior visibilidade; (2) Apoio mútuo a outros canais, gerando uma rede de apoio e colaboração que ajuda em sua disseminação. (3) Foco em temas “polêmicos”, possíveis de se tornar polêmicos, ou comentários polêmicos, “uma vez que se beneficiam do número de visualizações para que suas métricas dentro da plataforma possam continuar sempre em uma crescente”.

Ao examinar os envolvimentos judiciais e políticos do Centro Dom Bosco, evidencia-se que sua atuação ultrapassa o âmbito estritamente religioso, configurando-se como intervenção pública orientada por posicionamentos morais e ideológicos específicos. A aproximação com pautas e atores identificados com a direita brasileira não se apresenta como elemento circunstancial, mas como dimensão constitutiva de sua presença no espaço público e de convergência de interesses. É a partir dessa constatação que se torna possível avançar, no capítulo seguinte, para a análise dos discursos produzidos pelo grupo, investigando como tais posicionamentos são construídos, legitimados e performados discursivamente.

3 A CONSTRUÇÃO DA ALTERIDADE NO DISCURSO DO CENTRO DOM BOSCO

Após a contextualização histórica do conservadorismo católico no Brasil e a análise da autodefinição institucional e da atuação pública do Centro Dom Bosco, torna-se necessário avançar para o exame da construção da alteridade em seus discursos. Se os capítulos anteriores evidenciaram as heranças históricas, os alinhamentos políticos e os elementos simbólicos que estruturam o grupo, este capítulo busca mostrar como tais referências se materializam na produção discursiva do CDB, especialmente por meio da construção da alteridade.

Parte-se do pressuposto de que a identidade do grupo não se constitui apenas por afirmações positivas de pertencimento, mas também pela delimitação de fronteiras simbólicas. Nesse sentido, o discurso do grupo organiza-se a partir da definição de “outros” que funcionam como polos de oposição, ameaça ou desvio. A análise aqui empreendida procura identificar as categorias semânticas mobilizadas na caracterização desses sujeitos e grupos, evidenciando os enquadramentos morais, teológicos e políticos que sustentam tais representações.

Para tanto, o capítulo estrutura-se em quatro eixos principais. Inicialmente, examinam-se as questões de gênero, com atenção à semântica construída em torno da emancipação feminina e das populações LGBTQIAPN+, observando como tais temas são apresentados como expressão de crise moral e civilizacional. Em seguida, analisa-se a divisão entre os fiéis, explorando os sentidos atribuídos a pessoas e grupos católicos identificados como progressistas ou não tradicionalistas. O terceiro eixo dedica-se à caracterização das religiões não católicas, frequentemente classificadas como “falsas”, evidenciando os mecanismos discursivos de exclusão e hierarquização religiosa. Por fim, investigam-se os chamados inimigos ideológicos, categoria que revela a atualização de antigas matrizes de oposição sob novas roupagens, articulando elementos religiosos e políticos.

3.1 Questões de gênero: a semântica construída em torno da emancipação feminina e dos grupos LGBTQIAPN+

Ao longo dos vídeos analisados, observa-se que a produção discursiva do CDB é atravessada por uma lógica de identificação de inimigos da Igreja, entendidos como elementos que tensionam ou colocam em risco determinados valores considerados centrais para a fé e para a vida social. Esses inimigos aparecem de forma recorrente, ainda que nem sempre sistematizada, compondo um repertório de temas, atores e ideias que passam a ocupar o lugar de oposição na narrativa construída pelo CDB. A partir desse enquadramento, diferentes

questões são mobilizadas e articuladas, entre elas aquelas relacionadas a gênero e sexualidade, grupos e atores católicos identificados como progressistas, religiões não católicas e ideologias contrárias ao tradicionalismo conservador, que assumem papel relevante na configuração desses conflitos.

As questões de gênero e sexualidade são apresentadas em diversos vídeos como um fértil campo de conflito, no qual se articulam dimensões doutrinal, moral e institucional. Há vídeos específicos dedicados ao tema; contudo, mesmo quando outros assuntos são abordados, as questões de gênero e sexualidade emergem como elemento de debate. Nesses conteúdos, o CDB constrói seu discurso a partir de um posicionamento defensivo, marcado pela percepção de ameaças e pela necessidade de reação a elas.

Por “questões de gênero”, referimo-nos aos debates sociais, políticos e culturais que envolvem as formas pelas quais as sociedades constroem, regulam e interpretam as diferenças entre os sexos, os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, as identidades de gênero e as expressões da sexualidade. Em diálogo com Judith Butler (2018), compreende-se que o gênero não constitui uma essência natural derivada do sexo biológico, mas resulta de normas, práticas e discursos socialmente produzidos e reiterados, que organizam as identidades e as relações de poder. A autora (2018, p.54) afirma que pensar no gênero como construção “não é afirmar sua ilusão”, mas “compreender a produção discursiva da plausibilidade dessa relação binária” e compreender as configurações culturais do gênero, ou seja, considerar ambas a biologia e a cultura como partes fundamentais na identidade de gênero. Nesse sentido, inserem-se nesse campo temas como a emancipação feminina, a liberdade sexual e as lutas da comunidade LGBTQIAPN+³², que questionam a naturalização dos papéis de gênero e as hierarquias associadas à diferença sexual.

Da mesma forma que no embate jurídico contra o grupo Católicas pelo Direito de decidir, o CDB coloca o feminismo em um plano supostamente revolucionário e contrário aos costumes católicos, nos vídeos em que eles abordam as questões de gênero essa lógica se estende e se constrói a partir de outros acontecimentos contemporâneos. Em 9 de abril de 2024, por exemplo, Luciano Pires fez um vídeo para a série “Chave Católica”, abordando as condenações de Robinho e Daniel Alves, ambos jogadores de futebol, conhecidos mundialmente, condenados por crimes sexuais, em 2017 e 2023, respectivamente. Na época em

³² Apesar do CDB se referir à comunidade, por vezes, como “LGBT” e haver oscilações enquanto o uso do termo no Brasil (LGBT, LGBTQ, LGBTQIA+, etc), optamos por usar, neste trabalho, o termo LGBTQIAPN+ para englobar o maior grupo possível sendo: lésbicas, gays, bissexuais, transexuais/transgêneros/travestis, queer, intersexuais, assexuais/arromânticos/agênero, pansexuais/poli, não-binários e outras identidades incluídas pelo símbolo “+”.

que o vídeo foi produzido, Daniel Alves acabara de conseguir a liberdade condicional após o pagamento de uma fiança de 1 milhão de euros, o que gerou diversos debates tanto sobre a responsabilidade dos jogadores e clubes de futebol, quanto sobre a punição e liberdade em casos de estupro.

No vídeo (Daniel Alves [...], 2024), apesar do título “Daniel Alves e Robinho: ponta de um iceberg revolucionário!”, Pires apenas inicia o assunto, mas não expõe suas posições específicas sobre os casos dos jogadores, ou dos debates sobre as decisões judiciais. O vídeo se apropria desses dois casos de violência sexual apenas para iniciar uma explicação de como esses episódios são interpretados socialmente pelos católicos, a partir da pergunta: “a masculinidade contemporânea é tóxica?” (00:00:30). Primeiramente, o interlocutor admite que há sim, casos de estupros de mulheres recorrentemente, afirmando não querer reduzi-los. Entretanto, sem citar pesquisas ou embasar seus argumentos em fontes empíricas, diz que os dados apresentados por órgãos feministas nem sempre estão certos e rejeita de forma explícita a interpretação feminista das causas do fenômeno.

Antes de mais nada, e um pouco na contramão de uma certa reação que se diz anti-esquerdista, devemos afirmar que, embora recusemos o neologismo revolucionário “feminicídio” [reproduzindo sinal de aspas com as mãos], sim, o universo feminista está certo ao apontar que a violência contra a mulher escalou nas últimas décadas, fato apontado por inúmeras pesquisas e absolutamente previsível a partir do que mais adiante vamos expor. O problema não está nessa afirmação, ainda que os números sejam por vezes manipulados e amplificados pela militância feminista para fins de proselitismo. Mas na proposição errônea de que, para enfrentar o problema, deve-se trabalhar ainda mais pela emancipação da mulher em relação ao homem (Daniel Alves [...], 2024, 00:06:07).

Contudo, não são apenas órgãos especificamente feministas que identificam o grande índice de violência contra a mulher. O Mapa de Segurança Pública, produzido a partir de dados enviados pelos estados e pelo Distrito Federal, identificou, de 2023 para 2024, um aumento de 0,10% de mulheres vítimas por dia, equivalendo a 66 vítimas por 100 mil mulheres (Brasil, 2025). Além disso, tal crime não é o único quando nos referimos à violência de gênero, considerando agressões físicas, verbais, psicológicas e o homicídio motivado pela própria diferença de gênero, o feminicídio.

De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2025), fundação pública federal, entre 2013 e 2023, 47.463 mulheres foram assassinadas no Brasil, contando apenas os casos registrados do sistema de saúde brasileiros. Somente em 2023, os registros apontam para 3.903 mulheres vítimas de homicídio. Observou-se também que, apesar da tendência de queda geral nos homicídios (incluindo vítimas do sexo feminino e masculino), é possível observar que a redução foi mais expressiva na população em geral do que entre as

mulheres. Apenas entre 2022 e 2023, a taxa de homicídios femininos permaneceu inalterada, enquanto a taxa geral recuou 2,3%. Esse cenário sugere que, “apesar da tendência geral de queda nos homicídios, a violência letal contra as mulheres não tem acompanhado o mesmo ritmo de redução, apontando para desafios persistentes em seu combate” (IPEA, 2025, p. 49).

Além disso, somente em 2024, houve 3.870 tentativas de feminicídios, um número 19% maior em relação a 2023, e 1492 feminicídios perpetrados. Pela Lei nº 13.104/2015, o feminicídio é reconhecido como um crime motivado por desigualdade de gênero, tanto por ódio e discriminação, quanto por violência doméstica, que representou 64% dos casos de 2024. Os principais autores são, geralmente, companheiros e ex-companheiros das vítimas, com utilização de arma branca, arma de fogo ou agressão direta. Adicionalmente, a quantidade de medidas protetivas concedidas também aumentou 7% de 2023 para 2024. No geral, 37,5% das mulheres brasileiras sofreram algum tipo de violência entre 2024 e 2025, configurando 21,4 milhões de vítimas no total. Deste número, ofensas verbais e agressões físicas lideraram o ranking (31,4% e 16,9% respectivamente), seguido por *stalking*, ofensas sexuais e divulgação de dados íntimos na internet. Novamente, os crimes são em maioria cometidos por parceiros íntimos e no ambiente residencial (FBSP, 2025 *apud* Instituto Patrícia Galvão, 2026).

Em vez de atribuir a violência às estruturas sociais ou a desigualdades de gênero, o vídeo analisado insere tais episódios criminais em uma narrativa mais ampla de decadência moral, associada à revolução sexual, à emancipação feminina e ao afastamento da sociedade do que chama de “reinado social de Cristo” (Daniel Alves [...], 2024, 00:10:29; 00:10:59; 00:17:52). Assim, Pires se refere à “masculinidade tóxica” como consequência da perda de referências religiosas tradicionais. Nesse enquadramento, gênero e sexualidade tornam-se categorias subordinadas a uma leitura teológica da história, com referência principalmente de encíclicas papais anteriores ao Concílio Vaticano II³³.

Nesse sentido, tal retórica pode ser compreendida à luz daquilo que Hirschman (2019) denomina de tese da perversidade. Segundo o autor, trata-se do argumento, segundo o qual iniciativas orientadas à ampliação de direitos, liberdades ou justiça social produziram, “por meio de uma cadeia não intencional, o exato oposto do objetivo proclamado e perseguido” (Hirschman, 2019, p.22). Assim como o autor exemplifica que esse foi o argumento utilizado por reacionários diante da expansão do sufrágio universal no século XIX, tal lógica aparece de forma recorrente nos discursos do CDB ao interpretar fenômenos como o feminismo e as políticas contemporâneas de gênero não como avanços, mas como causas diretas da

³³ São citadas, na seguinte ordem: Encíclica *Quas Primas* (PIO XI, 1925); *Annum Sacrum* (LEÃO XIII, 1899); *Arcanum Divinae Sapientiae* (LEÃO XIII, 1880); *Casti Connubii* (PIO XI, 1930).

desagregação da família, da crise demográfica, do colapso moral e, em última instância, da ameaça à própria continuidade da civilização.

A dissolução da família, o divórcio, os métodos contraceptivos e a liberalização sexual do século XX são apresentadas como causas centrais da desordem nas relações entre homens e mulheres. O vídeo constrói uma relação direta entre emancipação feminina e degeneração da masculinidade, argumentando que a retirada do homem e da mulher de seus papéis considerados “naturais” (isto é, esposo e esposa, dentro das ordens da castidade e casamento) teria produzido instabilidade emocional, violência e conflitos sociais.

E aqui chegamos então às consequências contemporâneas da “emancipação feminina”, que é também a “emancipação brutalizante e tóxica do homem”, bem como da dissolução familiar, profeticamente refletida no aumento da violência contra a mulher que, repetimos, o ativismo feminista não erra em apontar, mas erra ao pretender corrigi-lo aplicando mais do mesmo veneno que o gerou (Daniel Alves [...], 2024, 00:14:41).

O argumento central sustenta que a igualdade de gênero, tal como defendida pelos movimentos feministas, não representa libertação, mas uma inversão da ordem desejada por Deus. O que poderia reverter essa estrutura seria manter a paz pregada pelos supostos processos naturais, onde o homem respeita a mulher e vice-versa quando cada um cumpre seu papel, dentro das orientações católicas. Tal discurso, segundo Bandeira (2024), é uma maneira da Igreja manter sua posição, essencialista, binária e controladora da ordem, inclusive da ordem dos sexos, utilizando-se de princípios biológicos para justificar uma “lei natural”, que também atende a propósitos doutrinários. Complementando essa análise, Carranza e Rosado-Nunes (2019, p. 946) destacam que, na atuação política da Igreja Católica, há um pressuposto de que a lei natural é um “preceito objetivo, universal e fundamental para a realização da pessoa humana”, independente das convicções de cada um, e tal preceito, portanto, deve “inspirar determinações morais, jurídicas e políticas” voltadas à construção de um bem comum.

Assim, tal concepção de lei natural fundamenta uma determinada ideia de ordem, entendida como expressão de uma hierarquia considerada legítima por sua vinculação ao plano divino, retomando e atualizando princípios centrais do pensamento católico tradicionalista desde o século XIX, agora mobilizados frente a grupos percebidos como ameaças à estabilidade moral e social, como os movimentos feministas e, como será discutido, os movimentos LGBTQIAPN+.

No vídeo “Feminismo e Demografia: a humanidade corre risco de extinção?” (Feminismo [...], 2024), da mesma série “Chave Católica”, essa mesma lógica é aprofundada e ampliada por meio da articulação entre feminismo e demografia. A questão de gênero deixa de

ser apenas moral ou cultural e passa a ser apresentada como um problema civilizacional, com impactos diretos na sobrevivência da humanidade, pois os índices de crescimento demográfico estariam diminuindo cada vez mais.

Luciano Pires desenvolve então, à luz de São Tomás de Aquino, as ideias do vídeo anterior, afirmando que o prazer sexual é necessário para realizar a fecundação, mas seria apenas este seu propósito, tornando pecado o sexo livre e os métodos contraceptivos. Para isso, contrapõe o modelo do matrimônio casto e aberto à procriação, associado à vida e à ordem divina, ao da sexualidade livre. Esta última, segundo Pires, caso não haja o constante lembrete para o uso de preservativos, acompanhada da implementação da “revolucionária” educação sexual, implicaria doenças e morte àqueles que a praticam (00:09:20). Nesta retórica, o próprio fato da permanente vigilância já seria indício de que tais práticas contrariam a ordem natural.

O argumento se estende à crítica dos métodos contraceptivos no interior do casamento e às transformações econômicas e sociais contemporâneas. O feminismo é então, descrito como um dos principais responsáveis pelo declínio das taxas de fecundidade no Brasil e no mundo, sendo associado à recusa da maternidade, à priorização da carreira profissional e à valorização da autonomia individual sobre a reprodução. Tal emancipação influenciaria mais a decisão de ter ou não filhos, do que a barreira econômica e social em que a família se encontra. A própria presença das mulheres no mercado de trabalho o desequilibraria, por aumentar a competitividade e reduzir salário. Vale notar que, no vídeo analisado, tais argumentos são desprovidos de uma análise mais profunda das estruturas econômicas e suas dinâmicas nos últimos anos, que afetaram questões como salário, empregabilidade e custos de vida.

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho, a opção por famílias menores e a valorização da autonomia individual são apresentados como fatores interligados que contribuiriam para a queda das taxas de fecundidade e para uma crise demográfica mais ampla. O feminismo é, então, descrito como um dos principais responsáveis pelo declínio das taxas de fecundidade no Brasil e no mundo, sendo associado à recusa da maternidade, à priorização da carreira profissional e à valorização da autonomia individual sobre a reprodução.

A ameaça de um “fim do mundo” causada por uma crise da modernidade “revolucionária” é explicitada em diversos momentos. Em outro vídeo do Chave Católica, ““Pais de Pet”: um delírio afetivo contemporâneo” (Pais de Pet [...], 2024), o fenômeno dos chamados “pais de pet” (pessoas que tratam e declaram seus pets como “filhos”, optando por ter apenas animais de estimação como constituição familiar) é mobilizado como mais um elemento explicativo da crise contemporânea da família, da demografia e da própria antropologia moderna. O discurso parte de uma leitura histórica segundo a qual a redução das

taxas de fecundidade, iniciada a partir da década de 1960, estaria diretamente ligada à revolução sexual, à contracepção e à priorização do individualismo, produzindo um colapso populacional nas sociedades industrializadas. Nesse contexto, o crescimento da cultura dos animais de estimação é interpretado não como uma simples mudança de hábitos afetivos, mas como sintoma de uma desordem mais profunda na compreensão do humano.

Essa crise civilizacional e espiritual da qual o mundo moderno estaria passando ao quebrar com as tradições católicas fundamentam uma concepção escatológica também tradicional. Como explica Koselleck (2006), o advento da modernidade criou um progressivo distanciamento entre experiência e expectativa, no qual as referências herdadas do passado deixam de oferecer parâmetros estáveis para a compreensão do presente e para a projeção do futuro. Nesse contexto, a escatologia religiosa opera como um recurso simbólico capaz de reordenar a experiência do tempo, reinscrevendo o futuro em uma lógica de fim, julgamento e restauração da ordem. Diferentemente das expectativas modernas, abertas e incertas, ao que Koselleck (2006) nomeia de “risco de um futuro aberto”, a expectativa escatológica apresenta-se como fechamento do horizonte, uma vez que desloca a realização do sentido para além deste mundo e o subtrai da verificação empírica.

Ainda assim, com a perda da centralidade da expectativa escatológica religiosa, a necessidade de explicar crises e rupturas nesta chave permanece. Nesse contexto, a instabilidade produzida pela mudança constante tende a ser traduzida em figuras concretas do presente, que passam a condensar medos e inseguranças sociais (Koselleck, 2014). Desta maneira, mesmo em um cenário secularizado, grupos e práticas específicas podem ser mobilizados como responsáveis simbólicos pela crise percebida, sendo lidos como “ameaçadores” e “hostis”, tais como alguns casos que identificamos no discurso do Centro Dom Bosco.

Ainda no grupo das questões de gênero e sexualidade, a comunidade LGBTQIAPN+ é apresentada como hostil em diversos níveis. No vídeo “Padre sofre perseguição por defender a Verdade”, Jonathan Santana (assessor do CDB) e Álvaro Mendes entrevistam o padre paraguaio Jorge Miguel Martinez, que em 2019 organizou uma ação contra uma marcha LGBT, que iria para as ruas sem autorização pública na cidade de Hernandarias, Paraguai. Na ocasião, essa ação contou com um grupo católico que levou lençóis para cobrir a visão nas laterais da rua onde acontecia a marcha, “para que as crianças da vizinhança não vissem esse tipo de absurdo” (Padre sofre [...], 2019, 00:01:40).

A fala do padre, endossada pelos membros do CDB, era de que os católicos que são contra o ativismo LGBT são “perseguidos” e isso pode “custar toda sua vida social” (Padre sofre [...], 2019, 00:06:01). O padre complementa que, apesar da comunidade LGBT afirmar

sofrer violências, ela também estaria cometendo uma “violência metafísica” pois suas ações seriam contra “[...] a verdade do homem, a realidade do homem, e por isso é muito mais grave”. Assim, ao fazer uma marcha, tal comunidade poderia legitimar ou elevar à categoria de direito “aquilo que é pecado ou que é uma coisa má” (00:06:30).

Além de falar brevemente sobre ações “preocupantes” no Parlamento, favoráveis à “ideologia de gênero” e ao “lobby LGBT” – dando como exemplo livros do Ministério da Educação (MEC) que “legitimam a homossexualidade” (referindo-se, provavelmente, aos materiais indicados pelo MEC para educação sexual e respeito à diversidade nas escolas) – o padre reitera a necessidade de lutar contra tais práticas. Sua justificativa é de que “eles têm uma agenda política, eles têm um programa, eles fazem tudo isso com uma finalidade de implantar sim, por via da pressão da Imprensa e de políticos ideologizados. Eles têm a intenção de fazer implantar essas políticas” (Padre sofre [...], 2019, 00:17:18) e, se não houver luta, as leis vão “amordaçar” os católicos e “colocar os cristãos atrás das grades” (00:18:33).

O discurso constrói uma leitura segundo a qual transformações culturais relacionadas à família, às identidades sexuais e às políticas de reconhecimento seriam impostas à Igreja a partir de instâncias externas, como o Estado, o sistema educacional e organismos internacionais. Nesse enquadramento, a homossexualidade e as novas configurações familiares são mobilizadas como símbolos de uma modernidade percebida como hostil à tradição cristã e, novamente, às “leis naturais”. Percebe-se que a construção da hostilidade começa pela linguagem: expressões como “ideologia de gênero”, “lobby LGBT” e “agenda revolucionária” são recorrentes em todos os vídeos analisados sobre o tema.

Um lobby é, por definição, uma atividade legítima, que se caracteriza por grupos unidos em torno dos mesmos interesses privados para participarem do processo estatal. Porém, apesar de fazer parte do processo democrático, os lobbys passaram a ser confundidos com uma imagem corrupta, por conta de grupos que, com forte influência socioeconômica, impõem seus interesses de modo ilícito (Câmara, 2022). Referir-se a uma comunidade tão diversa quanto a LGBTQIAPN+ como um único lobby, e ainda mais como um lobby agressivo e hostil, reduz a identidade e a luta dessa comunidade. Opera, aqui, a lógica universalizante, que, como explicam Clochet da Silva; Barros; Zeferino (2025), reduz a pluralidade dos sujeitos, das ideias e ideologias ao “inimigo” comum, reunindo todos aqueles que tensionam os padrões morais e o modelo tradicional de família cristã.

Já o termo “ideologia de gênero” é uma expressão usada de forma pejorativa desde o início de sua criação. De acordo com Machado (2018), um de seus primeiros usos apareceu em 1998, em uma nota emitida pela Conferência Episcopal do Peru, evento tradicional da Igreja

Católica. O documento, intitulado *La ideologia de género: sus peligros y alcances*, associava a perspectiva de gênero ao marxismo, ateísmo e a uma visão antinatural sobre homens e mulheres. O termo ficou mais famoso no Brasil quando, em 2014, o Ministério da educação tentou incluir os temas de educação sexual e diversidade de gênero no Plano Educacional de educação (PNE), e gerou diversas revoltas por parte dos segmentos políticos conservadores.

Então, continua Machado (2018), debates que giram em torno do tema “gênero” como a autonomia dos sujeitos, a emancipação feminina, orientação sexual e diversidade são lidas sempre como “ideologia de gênero”, e se transformam em alvo de uma luta simbólica contra teses construcionistas e de performance social. Quando articulados com a doutrina moral da Igreja e com o espírito anticomunista, os debates ultrapassam o campo científico e sociológico, e entram em jogo os debates teológicos e políticos.

Dessa maneira, essas expressões promovem um deslocamento estratégico do discurso, inaugurado pelo próprio documento episcopal, que passa a operar por meio de uma tática na qual os “aportes teóricos desenvolvidos por meio da análise metódica e da experimentação são desconstruídos por meio de discursos que levam em consideração as crenças e valores dos(as) interlocutores(as)” (Tavano; Leão, 2020, p. 313), o que tende a inviabilizar um debate efetivamente público. Aqui, a controvérsia deixa de se organizar prioritariamente em torno de argumentos empíricos e passa a se estruturar a partir de apelos morais, tornando-se refratária à contestação. Conforme explica Bandeira (2024), a centralidade da defesa da lei divina passa, nesse contexto, a articular-se diretamente à proteção da família e de uma ordem social concebida como permanentemente ameaçada. Ainda que a lei natural continue sendo mobilizada como fundamento, a retórica contemporânea enfatiza sobretudo “um discurso secular que ameaça a ordem social e as famílias no aqui e agora” (Bandeira, 2024, p. 258), reforçando a produção de um clima de urgência moral.

Além do Padre Martinez, o CDB recorre à outras figuras eclesiais que apoiam suas visões, como Dom Jorge Pierozan, atual bispo do Rio Grande (Dom Jorge [...], 2020), que durante uma homília, isto é, um pronunciamento religioso realizado no interior de um espaço litúrgico e investido de autoridade pastoral, afirma ser contra a adoção por casais do mesmo sexo, pois não há a formação tradicional de uma família (referindo-se ao padrão heteronormativo de família), e, conseqüentemente, há um processo de desestruturação cultural.

Assim, a infância e a educação também são utilizadas como espaço de disputa, onde a “ideologia de gênero” se torna um operador discursivo fundamental. A sexualidade deixa de ser apenas um problema moral individual e teológico e passa a ser compreendida como um instrumento social, abrindo a discussão para outros materiais. É o caso do vídeo “Saiba o que

está acontecendo no filme *Lightyear!*” (Saiba o que [...], 2022), que visa denunciar o filme infantil produzido pela *Pixar Animation Studios*, que contém uma cena afetiva entre duas mulheres.

A cena em questão é um beijo discreto, com duração de menos de um segundo de tela, mas foi alvo de inúmeras críticas por grupos conservadores na época. O CDB também se manifestou, através de Álvaro Mendes, que inicia o vídeo afirmando que

[...] a indústria cinematográfica está sendo utilizada como um poderoso instrumento para perverter as mentes do ocidente e os produtores norte-americanos têm feito de tudo ao seu alcance para descaracterizar os personagens apresentando vários heróis do passado como adeptos de práticas homossexuais que são ofensivas ao sexto mandamento³⁴ (Saiba o que [...], 2022, 00:00:30).

Aqui, a presença de personagens homossexuais em produções voltadas para crianças é interpretada como ataque deliberado à lei natural, ao sacramento do matrimônio e à moral cristã. O consumo cultural torna-se, assim, campo de batalha moral, no qual pais e fiéis são convocados por Mendes à vigilância, ao boicote e à resistência ativa, afirmando que “pela alma, nós somos filhos da Santa Igreja Católica, pelo corpo nós somos filhos da terra de Santa Cruz. Como recebemos essa dupla graça, nós temos o dever de dar um exemplo ainda maior perante o mundo. Precisamos promover um grande o boicote ao filme” (Saiba o que [...], 2022, 00:02:30).

Este não foi o único pedido de boicote feito pelo grupo. Em junho de 2021, por exemplo, incentivaram fazer, segundo Mendes, a “maior campanha anti-lacração³⁵ da história do Brasil” contra a rede de *fast-food* Burger King (Não compre [...], 2021). Esta fez uma propaganda com o título “Como explicar?” (Burger King, 2021) e que tinha como premissa mostrar que não é difícil explicar para as crianças sobre diversidade de gênero e que elas compreendem facilmente e aceitam a comunidade LGBT. Pouco tempo depois, a rede produziu também uma campanha onde os valores de venda seriam revertidos à ONGs LGBTQ+, como resposta às reações conservadoras que a rede recebeu. Mendes se refere à comunidade como “aqueles que sofrem desta desordem psíquica” e que “a Igreja não pode aprovar o pecado” e nem “expor” as crianças a ele (Não compre [...], 2021, 00:01:15).

³⁴ O sexto mandamento, de acordo com o Catecismo da Igreja Católica é: “não pecar contra a castidade”.

³⁵ O termo “lacração”, nas plataformas digitais, passou a ser empregado em sentido figurado para designar a ação de “anular” simbolicamente um oponente em uma disputa discursiva, produzindo um efeito de impacto que dificultaria sua reação. Como neologismo semântico, o termo adquire conotação ideológica, sendo frequentemente associado, no contexto brasileiro, a pautas vinculadas a grupos identificados com a esquerda. Em decorrência disso, sua difusão no debate público foi acompanhada por processos de ressignificação e desqualificação promovidos por seus antagonistas, especialmente em ambientes digitais, nos quais expressões como “só quer lacrar” passaram a ser utilizadas para deslegitimar posicionamentos em defesa da igualdade e da diversidade (Braga, 2024).

Nesses e em outros vídeos, a comunidade é descrita e posta como “agressiva”. No vídeo “Eles querem as crianças!” (Eles querem [...], 2021), Mendes afirma que

as almas dos nossos filhos correm gravíssimo perigo se nós não oferecermos uma resposta urgente a esta avalanche de depravação, as almas da próxima geração serão perdidas para sempre diante da influência crescente do *lobby gay* na sociedade. E você não passa por uma falsa impressão quando constata que há uma agressividade crescente por parte dos ativistas infiltrados na Igreja e entre aqueles que militam e diversas estruturas de extrema-esquerda (Eles querem [...], 2021, 00:00:02).

Mendes se refere às marcas que mudam seus logos durante junho, mês do Orgulho LGBTQIAPN+, em prol da comunidade. E diz que essa suposta agressividade é cada vez mais visível, como teria feito o grupo SFGMC TV (*San Francisco Gay Men Chorus*), em um vídeo em que cantam e repetem várias vezes a frase “*we’ll convert your children*” (“nós converteremos suas crianças”). O vídeo produzido pelo CDB mostra apenas um trecho da música, exposta de forma sensacionalista e mal interpretada. O SFGMC TV é um grupo musical feito pelo movimento LGBTQIAPN+ e, neste vídeo referenciado, eles utilizam de forma irônica a expressão de “conversão de crianças”, algo pelo qual sempre são acusados, para no final do refrão completar a frase: “*We’ll convert your children, we’ll make them tolerant and fair*” (“nós converteremos seus filhos, nós os faremos tolerantes e justos”). O restante da música fala sobre temas como amor, tolerância e paz (SFGMC TV, 2021).

A música mencionada coloca em questão a vulnerabilidade da comunidade. Não é apenas sobre aceitação de suas identidades, mas sobre o risco que correm com as próprias vidas ao se depararem com a intolerância. De acordo com o IPEA (2025), as pesquisas sobre violência contra pessoas LGBTQIAPN+ são extremamente limitadas no Brasil, não sendo possível identificar os motivos das agressões registradas ou de especificações detalhadas. E, ainda assim, evidenciaram um aumento dos casos de violência registrados no sistema de saúde.

De 2022 para 2023, os casos de violência contra homossexuais e bissexuais aumentaram em 35%, enquanto casos de violência contra transexuais e travestis aumentaram em 43%, sendo o registro de mulheres transsexuais maior (IPEA, 2025). Segundo o Instituto Patrícia Galvão (2025), 117 mulheres trans ou travestis foram assassinadas no Brasil em 2024, e apenas 99 deles foram casos detalhados sobre o local do ocorrido, identificando-se 68% como locais públicos.

Entretanto, apesar dos motivos dos atos violentos não serem sempre registrados, o que abre para questionamentos se foram movidos por preconceitos ou não, há um ponto importante a ser registrado: o envolvimento deste grupo com drogas, crimes e outros cenários que levam à violência que não são registrados como preconceituosos, não deixam de ser resultados de

problemas estruturais de lgbtfobia. Foram identificados nas biografias das vítimas que tiveram oportunidade de serem ouvidas, problemas econômicos, familiares e psicológicos causados pelo preconceito, que acabam levando-as para locais marginais, onde correm mais riscos, inclusive risco de vida (GGB, 2025).

Portanto, o feminismo, os movimentos feministas, as questões de gênero, sexualidade e diversidade são vistos como inimigos a serem combatidos: seja impedindo as manifestações, seja boicotando programas midiáticos, seja desqualificando os estudos de gênero ou através de argumentos econômicos. Bandeira (2024, p. 246) identifica que esses elementos são vistos como inimigos “sob o ponto de vista da hegemonia do poder masculino no interior das instituições religiosas” e faz parte dos mecanismos que buscam a manutenção desta sociedade.

Deste modo, a construção da retórica de que essas comunidades seriam “inimigas” da Igreja, que necessitam serem combatidas religiosamente, “[...] justifica a violência com base na retórica de que há uma guerra em curso, uma guerra do bem contra o mal, uma batalha a ser travada em defesa da família e do próprio cristianismo” (Bandeira, 2024, p. 259). Ou seja, o incentivo ao “combate” impulsiona a própria violência de gênero, ajudando a promover lideranças misóginas, promovendo postagens degradantes nas redes sociais e contribuindo para justificar agressões cotidianas. Isto também se verifica em nível da política, como lembra Carranza e Rosado-Nunes (2019, p.960), quando o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024) que abrangia questões de gênero e o Projeto de Lei 122/2006, que instituía a criminalização da homofobia, desencadeou no Congresso brasileiro uma tormenta jurídico-política, aglutinando grupos conservadores e religiosos contra movimentos sociais e feministas.

Outro recurso argumentativo presente nas narrativas do CDB, aproxima-se da “tese da futilidade”, tal como formulada por Hirschman (2019), segundo a qual determinadas mudanças, ainda que intensamente disputadas, seriam incapazes de alterar aspectos fundamentais da ordem social. Essa lógica emerge quando o CDB interpreta os rearranjos institucionais da modernidade política e eclesial como variações superficiais de um mesmo princípio revolucionário. A despeito das diferenças discursivas, tais transformações seriam incapazes de produzir o verdadeiro bem comum ou salvação, uma vez que não tocam o fundamento considerado essencial: a submissão da sociedade à lei natural e à autoridade divina. Assim, reformas políticas, democráticas ou pastorais são apresentadas como esforços ineficazes, fadados a reproduzir a mesma desordem moral sob novas roupagens.

3.2 Divisão da Igreja: a semântica construída em torno de pessoas e grupos católicos identificados como progressistas e não tradicionalistas

A questão da diversidade sexual é também pauta de conflito com outros grupos e instituições católicas, quando estas se unem, apoiam, ou promovem a convivência e a aceitação de pessoas que não se encaixam no padrão cisgênero e/ou heteronormativo. Um desses embates ocorre com a Campanha da Fraternidade, promovida pela CNBB anualmente.

Desde 1966, a Campanha da Fraternidade (CF), escolhe a cada ano um tema que aborde as “diversas facetas da realidade brasileira sob a ótica do conceito de fraternidade” (Prates, 2024, p. 291). Inicia-se na Quarta-Feira de Cinzas e suas atividades ocorrem durante a quaresma, cuja proposta é colocar a fraternidade como valor evangélico e critério de juízo diante das injustiças sociais que ferem os direitos e a dignidade humana. Assim, reúnem-se todas as dioceses do Brasil para atividades educacionais e evangelizadoras diante dos temas propostos e, desde o ano 2000, passou a abraçar um perfil ecumênico, afiliadas ao Conselho Nacional de Igrejas cristãs (Conic). Segundo a CNBB (2019), sua consolidação como ação pastoral de alcance nacional esteve diretamente relacionada ao contexto de renovação eclesial inaugurado pelo Concílio Vaticano II (1962–1965), momento em que a Igreja Católica passou a repensar suas formas de presença no mundo contemporâneo.

Em 2021, a Campanha da Fraternidade promovida pela CNBB tinha como tema “Fraternidade e Diálogo: compromisso de amor” e o lema “Cristo é a nossa paz: do que era dividido, fez uma unidade” (Ef. 2:14). Os objetivos específicos da campanha giravam em torno da superação da violência, celebrando a convivência entre grupos diversos. Um desses grupos era a comunidade LGBTQIAPN+, condenando a violência contra pessoas pertencentes à mesma. O CDB fez uma série de 21 vídeos sobre a campanha, promovendo denúncias e reiterando que os católicos não deveriam fazer doações para a CNBB.

Os vídeos em questão se referem à CF 2021 como uma “infiltração da extrema-esquerda”. A primeira produção, “Saiba quem está por trás da Campanha da Fraternidade” (Saiba quem [...], 2021, 00:02:50), analisa o texto-base da campanha afirmando que é “a doutrina dessas organizações nefastas integralmente replicadas num documento preparado para ser executado em todas as dioceses brasileiras”, se referindo às organizações feministas, LGBT, ecumênicas e outros envolvidos.

No mesmo vídeo, ao criticar a disposição ecumênica da CF 2021, cuja condução foi feita pela teóloga, mestre em Ciência da Religião, pastora luterana e Secretária Geral do Conic, Romi Bencke, Mendes se refere ao protestantismo como “seita”, rebaixando o valor do texto-

base e desprezando a figura de Bencke. Esse uso não constitui apenas uma escolha retórica circunstancial, mas se insere em uma semântica histórica de longa duração. Conforme analisam Cloquet da Silva, Barros e Zeferino (2026), no contexto do ultramontanismo do século XIX, o catolicismo afirmava-se como a única “verdadeira religião”, enquanto as demais expressões religiosas eram associadas ao erro e à ameaça à ordem social e espiritual, estruturando-se a partir de um par conceitual assimétrico entre “religião” e “seita”. À luz da perspectiva de Koselleck, essa permanência revela a reatualização contemporânea de uma semântica de exclusão, hoje mobilizada pelo CDB na deslegitimação do diálogo inter-religioso.

Então, vemos que na presidência e na vice-presidência do órgão responsável pela elaboração da Campanha da Fraternidade 2021, nós temos protestantes declarados. E a peça mais importante por trás da elaboração desse documento é a secretária-geral do CONIC que atende pelo nome de pastora [fazendo o gesto de aspas com as mãos] Romi Márcia Bencke [...] Então, ela é a responsável pelo documento junto com outras nove personalidades. Sete delas de seitas protestantes diversas e dois sacerdotes católicos. Então, a comissão por trás da elaboração do documento da Campanha da Fraternidade 2021 é composta por oito protestantes, sendo a principal personalidade a Pastora, entre aspas, Romi e dois sacerdotes católicos.

E quem é então essa pastora Romi Márcia Bencke? Ela é representante da IECLB, então entra aqui mais sopas de letrinhas protestantes, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. E ela, eu diria, é revolucionária até para os padrões revolucionários protestantes. Não é nada difícil encontrarmos declarações de cunho radical de extrema-esquerda a favor de ideologia de gênero, e até de aborto, emitidas pela referida pastora, que a grande personalidade da Campanha da Fraternidade ecumênica de 2021 (Saiba quem [...], 2021, 00:07:40).

Em outro momento, “Conheça o Kit Gay da Campanha da Fraternidade!” (Conheça [...], 2021), Álvaro Mendes acusa as indicações de livros³⁶ que objetivam explicar sobre relações homoafetivas para crianças de uma “corrupção”, um suposto processo deliberado de introdução de pautas identitárias no interior da formação católica. Nesse ponto, a sexualidade deixa de ser apenas um tema controverso e passa a ser descrita como ameaça direta à inocência infantil, o que confere ao discurso um tom fortemente alarmista.

Adicionalmente, junto às noções de “ideologia de gênero”, o protestantismo passa a integrar um suposto plano revolucionário que ameaça a ordem cristã. De acordo com Carranza e Teixeira (2023), o CDB desqualifica a dimensão ecumênica quando se refere a igrejas não católicas como “seitas”, vocabulário abolido pela Igreja desde 2007, e demoniza a esquerda política juntamente com a comunidade LGBT. Para além disso, ao convocar os fiéis a não realizarem contribuições financeiras à CNBB, cria-se uma força mobilizadora pública, como também ocorreu nos pedidos de boicote ao Burger King e ao filme *Lightyear*. As autoras indicam ainda que a retórica da “infiltração da extrema-esquerda” e da “ideologia de gênero”

³⁶ Os livros em questão são: “Olivia tem dois papais” de Márcia Leite (2010) e “O menino que brincava de ser” de Georgina Martins e Pinky Wainer (2000).

sustenta um tom conspiratório e persecutório contra os participantes da Campanha, reforçando a lógica amigo-inimigo e a construção permanente de ameaças à identidade católica defendida pelo grupo.

Essa narrativa alcança um outro ponto de inflexão ao ser diretamente associada ao pontificado do Papa Francisco e às decisões do Dicastério para a Doutrina da Fé, em especial sobre a Declaração *Fiducia supplicans* (2023). Passos e Jesus (2024) esclarecem que a Declaração emitida em 2023, apesar de abordar muitos assuntos, ficou conhecida por conceber a autorização da bênção a casais homossexuais, pois se trata de um dos maiores campos de tensão dentro do cristianismo. A Declaração (2023) não visa mudar a doutrina, mas sim, oferecer uma “contribuição específica e inovadora ao significado pastoral de bênçãos”.

O que Álvaro Mendes anuncia, no entanto, em “Papa Francisco autoriza bênção para "casais" do mesmo sexo!” (Papa Francisco [...], 2023) é que o Dicastério e o Papa Francisco teriam dado “um grande passo para riscar os atos homossexuais da lista de pecados contra o sexto mandamento”, “afastando milhões de homens de uma vida na graça” (00:00:31). A rejeição às bênçãos é justificada não apenas por argumentos morais, mas sobretudo pela defesa de uma continuidade doutrinal entendida como condição essencial da identidade católica. Para isso eles se apoiam na fala de bispos, nacionais e internacionais, que também se posicionaram contra o documento³⁷. Essa rejeição é apresentada como um sinal de fidelidade à tradição e não como desobediência ao Vaticano, reforçando a ideia de que a oposição às pautas de gênero e diversidade sexual constitui um dever moral dos verdadeiros católicos.

As tensões internas com a própria comunidade católica já foram apresentadas diversas vezes ao longo dos anos pelo CDB. Os projetos da CNBB, figuras eclesiais como padres e bispos, as falas do Papa Francisco e, no geral, católicos que possuem uma postura progressista quanto à diversidade social, são denunciados sempre no mesmo tom conspiratório e alarmante. Todas as Campanhas da Fraternidade, desde 2021, por exemplo, foram criticadas dentro do mesmo espectro: seriam elas parte da “extrema-esquerda”, que apoiariam pautas identitárias da “ideologia de gênero”, influenciadas pela Teologia da Libertação, descrita por eles como “comunista” e “revolucionária”.

Desde 2021, Álvaro Mendes introduz o tema da Campanha da Fraternidade com uma análise do texto-base daquele respectivo ano (Saiba quem [...], 2021; Saiba quem [...], 2022; Saiba quem [...], 2023; Campanha [...], 2024; Campanha [...] 2025b). O processo consiste em explicitar que as palavras-chave do texto-base não são palavras de cunho espiritual ou teológico

³⁷ Várias dessas falas foram compiladas pelo CDB no vídeo “Bispos se unem contra a posição pró-LGBT do Papa Francisco!” (Bispos se [...], 2024).

(palavras como “penitência”, “oração”, menções à Maria e afins) e que haveria pretensões somente materialistas por parte da CNBB, mesmo que as Campanhas sejam realizadas em tempo de Quaresma. Assim, tanto os textos-base, quanto falas dos dirigentes da Campanha ficam recortadas e exibidas apenas parcialmente e sob a interpretação que Mendes e a equipe do CDB fazem.

Nesses recortes, há a utilização recorrente de um tom irônico, a fim de reduzir os temas abordados pelas Campanhas. Por exemplo, quando tratou da CF 2022, cujo tema foi “Fraternidade e Educação”, ao se referir à ecologia (Saiba quem [...], 2022, 00:04:56), Mendes ironiza referindo-se à “preocupação com as foquinhas” com uma imagem cômica de uma foca em cena. E ao tratar de que parte do dinheiro arrecadado vai para “organizações esquerdistas”, são apresentados vídeos rápidos de danças e ritos culturais e de outras religiões, sem contextualização e com uma distorção de som, técnica utilizada para fazer *memes* de Internet, transformando um assunto social em motivo de piada.

A ecologia, abordada diversas vezes pela CNBB, recebeu uma maior atenção no início de 2025, quando foi anunciado o tema da Campanha da Fraternidade de 2025: “Fraternidade e Ecologia Integral”, que propõe uma reflexão sobre o cuidado com a Casa comum, em sintonia com o magistério do Papa Francisco. Aqui, a noção de ecologia integral ultrapassa o ambientalismo, propondo uma visão antropológica e espiritual, na qual o ser humano é parte de um todo relacional que inclui Deus, o próximo e a natureza. Um dos objetivos da CF com esse tema foi celebrar os 10 anos da Encíclica *Laudato Si*, documento em que o Papa Francisco articula a crítica às desigualdades sociais com a responsabilidade ética e coletiva diante da crise socioambiental. O texto-base da Campanha inclui estatísticas sobre os efeitos da crise climática e ambiental, pensando especialmente nos mais vulneráveis que sofrem com desastres ambientais (CNBB, 2024).

No entanto, a interpretação que o CDB faz é que a Igreja irá “salvar as plantas ao invés de salvar almas”. No vídeo “A CNBB vai salvar homens ou plantas?” (Campanha [...], 2025b), Álvaro Mendes profere esse discurso salvífico que não reconhece a dimensão integral do ser humano proposto em documentos eclesiais mais recentes, como a *Laudato Si* (Francisco, 2015). Na lógica de analisar as palavras-chave do texto-base, Mendes faz comparações sem o esforço de compreender esse sentido mais amplo. Assim, há afirmações de que a CNBB haveria substituído o “pecado mortal” pelo “pecado ecológico” (00:07:14); que no texto não se fala em “devoções marianas”, mas sim na “divindade mãe terra” (00:06:13); e que são Tomás de Aquino, grande pensador da Teologia, haveria sido substituído pelo “xamã yanomami Davi Kopenawa” (00:10:57). A última menção se refere à Davi Kopenawa, porta-voz do povo

Yanomami, um dos maiores povos indígenas que vive entre a floresta amazônica da fronteira entre Brasil e Venezuela. Kopenawa é reconhecido como embaixador dos povos indígenas, autor de livros que explicam a filosofia de seu povo, e líder ativista do território Yanomami (Survival Brasil, 2023).

No vídeo “A CNBB declara guerra ao Agro!” (Campanha [...], 2025a), Mendes afirma que “agricultores e pecuaristas foram atacados de um modo nada fraterno pelos homens que elaboraram o manual desse ano” (00:00:47) e que “os líderes da Campanha da Fraternidade se basearam na organização globalista e anticristã ONU para justificar seu discurso contra agricultura” (00:01:55). O CDB interpreta o texto da Campanha de 2025 como um documento que culpa unicamente os agricultores pela alta dos preços dos alimentos deste ano, entretanto o texto-base não estabelece essa conexão direta.

No mesmo vídeo, a estratégia discursiva do recorte sem contextualização se repete, em mais duas vezes, quando citam povos indígenas. No caso, um vídeo curto de indígenas em cima de uma caminhonete *Hilux*, conhecida popularmente como um veículo caro e de *status* (Campanha [...], 2025a, 00:02:32; 00:07:15). Assim, eles argumentam que os supostos ataques aos agricultores “são acompanhados de uma defesa daqueles povos indígenas que estão sob controle direto da revolução” (00:06:52). São cortes estratégicos de cenas digitais, junto de outros vídeos públicos de depoimentos de agricultores e indígenas que corroboram o discurso conservador do CDB, mas que são utilizados sem análise crítica.

A representação indígena é associada a um suposto discurso vitimizador, que isentaria estes povos da necessidade mobilização e defesa de seus próprios direitos. Trata-se de uma leitura reducionista e estigmatizante de uma parcela da população equivalente a mais de um milhão de brasileiros, pertencentes a 391 etnias distintas, residentes em áreas rurais, urbanas e em terras indígenas de reservas (IBGE, 2022). Além de simplificar e distorcer a diversidade sociocultural desses povos, essa representação desconsidera suas trajetórias históricas de luta, resistência e organização política, que, em grande parte, estão intrinsecamente vinculadas às causas socioambientais e à defesa dos territórios.

De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), apenas em 2024 foram 211 assassinatos de indígenas, 30 ataques contra comunidades indígenas registrados e 230 casos de exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio (incluindo em terras onde vivem indígenas isolados), que atingiram 159 Terras Indígenas em 21 estados do Brasil. As terras indígenas que são invadidas e exploradas ilegalmente, ou que não recebem apoio federal para infraestrutura básica, sofrem com um índice alto de óbitos por desassistência. Em 2024

foram registradas 922 mortes de crianças de 0 a 4 anos, sendo 274 apenas no Amazonas por causas consideradas evitáveis como gripe, doenças intestinais e desnutrição (CIMI, 2025).

Desta maneira, o CDB não direciona suas intervenções para a discussão ambiental em si, mas enfatiza a defesa do agronegócio e articula essa defesa a críticas recorrentes ao atual governo federal e ao presidente Lula, frequentemente referido em seus discursos como “governo comunista” e associado à desestabilização econômica eles citam. Considerando que, no debate público brasileiro, o agronegócio é frequentemente mobilizado como um dos eixos identificatórios do campo político da direita (Pinheiro-Machado, 2019), essa ênfase discursiva permite situar a posição do CDB dentro de um conjunto mais amplo de alinhamentos já analisados ao longo deste trabalho, implicando uma declaração de filiação programática política.

Outra figura católica muitas vezes “denunciada” pelo CDB é o Padre Júlio Lancellotti. Pároco da igreja São Miguel Arcanjo (SP) desde 1985, ficou reconhecido nacionalmente pelo forte ativismo social e defesa dos direitos humanos, em especial com a população em situação de rua. É Doutor Honoris Causa pela PUC-SP e já recebeu mais de 20 prêmios por sua atuação social (Lancellotti, 2021). Entretanto, é justamente essa visibilidade pública e o modo como sua atuação pastoral se articula a pautas sociais e políticas que o tornam objeto de crítica por parte do CDB, inserindo-o na categoria de atores religiosos internos identificados como problemáticos no interior do próprio catolicismo.

Álvaro Mendes, no vídeo “Padre Júlio Lancellotti envergonha a Arquidiocese de São Paulo!” (Padre Júlio [...], 2021, 00:01:45) descreve-o como um “adepto da teologia ecofeminista da libertação” e que aderiu às “pautas identitárias marxistas”, dando exemplo de “questões LGBT, raças e afins”. Mendes chama a atenção para as diversas publicações do padre sobre suas ações voltadas aos pobres, como se fosse uma “ostentação”, que, segundo ele, utilizaria a questão da vulnerabilidade social para “avançar as pautas identitárias” (00:03:40). Para isso ele dá o exemplo de uma recomendação que Lancellotti fez durante sua homília, de um livro que reflete sobre as relações entre teologia, a vida cristã e a população LGBT+ e reforça que isso transgrediria o Catecismo da Igreja, por considerar a homossexualidade como um pecado³⁸.

A expressão “teologia ecofeminista da libertação”, nesse contexto, pode ser compreendida como uma construção semântica que articula diferentes frentes de tensão historicamente presentes no interior do catolicismo, especialmente aquelas associadas às

³⁸ O livro em questão é “Teologia e os LGBT+: Perspectiva histórica e desafios contemporâneos, de Luíz Corrêa Lima (2021).

transformações impulsionadas no período pós-Concílio Vaticano II. O termo associa o feminismo como uma ameaça à ordem natural; à teologia da libertação, tradicionalmente combatida desde a época da TFP, e ainda à pauta ecológica, que ganha centralidade na doutrina social da Igreja sobretudo nas últimas décadas. Assim, o enunciado produz um efeito de convergência entre elementos distintos, mas vinculados, no imaginário tradicionalista, a um mesmo processo de inflexão teológica e pastoral. Trata-se, portanto, de uma operação discursiva que não apenas classifica, mas reorganiza esses campos sob uma chave comum, evocando disputas históricas e reatualizando críticas dirigidas às transformações pós-conciliares, percebidas como responsáveis por uma suposta desestabilização da ordem moral, social e doutrinária.

Em outra ocasião no ano seguinte, 2022, o CDB fez um vídeo-resposta a uma entrevista dada pelo Padre Lancellotti a uma revista, cujo nome não foi divulgado e não encontramos para esta pesquisa, em que ele citaria o Centro Dom Bosco, como mostra a figura 4. Álvaro Mendes afirma que o padre trata o CDB de “forma pejorativa por motivos que nos torna muito felizes, como defender o dogma que fora da Igreja Católica não há salvação, de não fazer parte dos atuais salesianos, pois assim estamos livres para lutar pela causa de Cristo” (Padre Júlio [...], 2022, 00:01:30). Mendes diz que o CDB não faz ataques pessoais, e que “[...] os comentários só são feitos quando o padre fere alguma doutrina da Igreja” (00:02:10). Embasado nos 10 mandamentos da Igreja, Mendes reflete que é amando Deus sobre todas as coisas que podemos amar ao próximo e logo, “quanto mais católicos praticantes tiver um país, maior será a caridade realizada” (00:05:10).

Figura 5: Print do momento em que o CDB mostra a entrevista publicada em uma revista



Fonte: Vídeo publicado no canal do Centro Dom Bosco: Padre Júlio [...] (2022). Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=LptPRwjG94A&list=PLEuNTNnNBFwGIVAIMWW3d4P_qlSgK0ossi&index=5>. Acesso em 23 nov. 2024.

Os argumentos recorrentes do CDB, de caráter salvífico, teológico e tradicionalista, desconsiderando as reformas do Concílio Vaticano II, deslegitimam as próprias orientações do Papa Francisco. Na Encíclica *Laudato Si* (2015), o Papa documenta, por exemplo, que a salvação da alma depende da salvação integral da formação do homem: há uma interdependência entre todos os seres vivos e o meio ambiente e, portanto, devemos cuidar e amar a natureza assim como devemos cuidar e amar o próximo, a nós mesmos e a Deus (Francisco, 2015). Essa ideia inclui os atos assegurar o acesso a água potável (§ nº30), prestar atenção à degradação humana e social (§ nº48), dar prioridade à erradicação da miséria e o desenvolvimento social de países pobres (§ 172), dar o controle político aos cidadãos, assim como os governos precisam de controles mais rigorosos (§179). Assim, “paz, justiça e conservação da criação são três questões absolutamente ligadas, que não se poderão separar, tratando-as individualmente sob pena de cair novamente no reducionismo” (nº 92).

No documento, Papa Francisco chama a atenção para o fato de que falta a consciência sobre os problemas que afetam as pessoas excluídas da sociedade, aquelas que sequer são mencionadas nos debates políticos e econômicos, quando seriam as que mais precisam de suporte. Segundo Coelho e Almeida (2021, p. 848), seu magistério se apoiou na perspectiva de que a fraternidade é para todos, ou seja, todos devem ser plenos de dignidade humana e, conseqüentemente, de plenos direitos. O paradigma teológico do discernimento se torna chave antropológica, “para se aproximar da vida real das pessoas, onde as grandes questões emergem de suas consciências”.

Quando foi lançado o documento *Fiducia supplicans* (2023), o CDB fez uma entrevista com Dom Athanasius Schneider, bispo católico auxiliar de Astana, Cazaquistão, conhecido pela sua defesa às tradições católicas pré-conciliares. Bruno e Álvaro Mendes guiaram a entrevista e se dirigiram ao bispo como “um dos melhores bispos do mundo hoje” (Tudo sobre [...], 2023, 00:01:53). A entrevista abordou as problemáticas da “ideologia de gênero” e da “crise na Igreja”, da forma como vimos em outras ocasiões também, mas um trecho se destacou pela relação dos entrevistadores e entrevistado com o Papa. Tal trecho foi, inclusive, selecionado e publicado posteriormente como corte de destaque, intitulado “A sacrílega bênção de "casais" gays vai ser condenada por um Papa futuro!” (A sacrílega [...], 2023), que esclarece que não é de caráter cismático fazer críticas ao papado ou não os considerar infalíveis. Na verdade, abster-se de críticas levaria a decisões contraditórias do papado a serem aceitas, como teria sido o caso do *Fiducia supplicans*. Na ocasião, Dom Athanasius explica que

O magistério somente diz que o Papa, o Concílio somente [sic] tem a assistência do Espírito Santo de preservar-lhes do erro nas condições bem determinadas, que devem

ser, e que o direito canônico diz, que nada se deve supor como infalível a não ser que seja claramente designado como tal. Isso o direito canônico diz e também o primeiro Concílio Vaticano II. Então houve, nos últimos séculos, uma tendência não sana, como se diz, não sadia, uma exageração do papado mesmo. Quase uma papolatria [...] e uma divinização quase, da pessoa do Papa e de cada palavra que ele diz, ou uma infalibilização [infalibilidade] total. Isto devemos reconhecer. Agora estamos aqui vendo os frutos e eu espero que, no futuro, a Igreja e os futuros papas devem esclarecer isso e corrigir isso. Isso nunca houve, com os padres da Igreja nos primeiros séculos até a Idade Média, uma tal concepção exagerada, e por isso não plenamente Católica, do papado e do magistério [...] (A sacrílega [...], 2023).

Pouco tempo depois, em janeiro de 2024, o CDB divulga uma oração feita por Dom Athanasius para “implorar a Deus que envie um Papa santo” (Dom Schneider [...], 2024, 00:01:29). Álvaro Mendes pede para que todos os católicos que os acompanham

rezem diariamente esta súplica a Deus, para que envie um papa capaz de restaurar a igreja, a começar pelo pontífice reinante. O atual Colégio dos Cardeais foi feito majoritariamente por prelados indicados pelo próprio Papa Francisco [...] de tal modo que só um milagre pode fazer com que tenhamos um homem Santo eleito no próximo conclave. E é especificamente isso que se pede a Deus na oração proposta por Dom Schneider: um milagre. Que nosso Senhor intervenha na história e suscite líderes da Igreja segundo o Coração Imaculado de Maria (Dom Schneider [...], 2024, 00:02:40).

Desta maneira, mesmo que respeitando a hierarquia católica e o título de Francisco, o CDB o posiciona como uma figura estranha e até mesmo perigosa para a própria Igreja, na medida em que associa seu pontificado à ruptura com a tradição, à difusão de supostos erros doutrinários e à abertura institucional a pautas consideradas incompatíveis com o catolicismo histórico. Essa construção discursiva permite ao grupo sustentar uma postura de oposição interna que, embora evite a negação explícita da autoridade papal, relativiza sua legitimidade prática e redefine os limites da obediência religiosa.

3.3 As religiões “falsas”: a semântica construída em torno das religiões não católicas

Essa retórica de ameaça não se limita às figuras católicas apenas, mas se mostra presente ao se tratar de outras religiões também, principalmente quando há um diálogo inter-religioso. O principal argumento do grupo é a defesa da fé católica como a única verdadeira. É certo que, em termos doutrinários, toda religião monoteísta sustenta a crença em um Deus único e tende a preservar tradições próprias (Manoel, 2013). Entretanto, quando esse dado teológico é instrumentalizado como discurso político-religioso, visando à imposição de uma religião específica ou à deslegitimação de outras experiências religiosas, produzem-se dinâmicas que extrapolam a esfera da fé e passam a operar como mecanismo de disputa simbólica e cultural no espaço público. Tal noção de uma religião que deveria ser a única para todos acaba por legitimar argumentos de exclusão de todos aqueles que não se enquadram nesse modelo

hegemônico, reforçando hierarquias simbólicas, promovendo a estigmatização da diferença e fragilizando os princípios democráticos (Cloclet da Silva; Barros; Zeferino, 2025).

Do mesmo modo como se referem aos protestantes como “seitas”, vários já foram os investimentos do CDB para tratar o protestantismo como um suposto “erro da modernidade”, ameaçador à fé católica. Na live intitulada “Por que o protestantismo tem data para acabar? - Ação Católica #025” (Por que o protestantismo [...], 2024), Mendes dedica o vídeo à menção de algumas polêmicas que envolveram pastores e cantores gospel de Igrejas, que ele insiste em designar como “seitas”, tais como a Bola de Neve Church e a Igreja Batista Lagoinha.

Mendes escolhe alguns casos de violência conjugal, problemas familiares e outros casos específicos que envolveram pastores dessas igrejas para representar o protestantismo como um todo. Enquanto narra esses casos, através de informações retiradas de noticiários, ele compara elementos do protestantismo com elementos da tradição católica. Refere-se como “antibíblico” (Por que o protestantismo [...], 2024, 00:27:30; 00:29:35) o fato de haver pastoras mulheres, citando Ana Paula Valadão, cantora gospel e, na época, pastora da Lagoinha. A partir de argumentos bíblicos e hierarquização católica Mendes afirma que:

Nossa Senhora, que está acima de toda a hierarquia dos anjos, né, que ela é que é a cheia da graça, livre do pecado original, é uma mulher e, no entanto, nosso senhor não colocou Nossa Senhora como uma apóstola, né. Ela não foi sacerdotisa. Os papéis são distintos E aí vem uma mulher e se roga o papel de apóstola, de bispa, de pregadora? Está tudo errado, é antibíblico (Por que o protestantismo [...], 2024, 00: 28:53)

A utilização do termo “protestantes” para se referir a lideranças como Romi Bencke e a pastores de igrejas contemporâneas como a Lagoinha e a Bola de Neve Church revela uma escolha semântica significativa. A opção por “protestantes”, não apenas homogeneiza tradições distintas, como também reativa uma categoria historicamente situada, associada às disputas entre catolicismo e protestantismo desde o século XIX. Nesse sentido, o uso do termo pode ser interpretado como uma estratégia discursiva que reinscreve esses atores contemporâneos em uma longa tradição de oposição, atualizando a figura do “inimigo protestante” como ameaça à unidade e à autoridade da Igreja Católica, independentemente das diferenças teológicas e institucionais que marcam o campo evangélico na atualidade.

Logo em seguida, como as lives permitem interação ao vivo com o público, onde comentários e perguntas podem ser enviados ao interlocutor, Mendes lê o seguinte comentário de um participante:

Saudações. Sou adventista e acho infeliz generalizar dizendo que todos os protestantes são assim. Há igrejas protestantes tradicionais como IASD [Igreja Adventista do Sétimo Dia]. Tanto que não somos exclusivistas de salvação (Por que o protestantismo [...], 2024, 00:29:29).

A resposta de Mendes foi imediata: “fora da Igreja não há salvação”, em seguida utilizando a passagem literal “sobre esta pedra edificarei minha Igreja” (Mt 16:18), e que seriam necessários os sacramentos católicos para levarem as pessoas para o céu. Aos que não fazem parte, não seriam salvos e, portanto, deveriam ser converter. Também argumenta que, por conta da tradicional sucessão apostólica, a Igreja Católica é a única, original e verdadeira Igreja, ou seja, nenhuma outra foi fundada por Cristo e logo, não é uma religião verdadeira.

Então, se você não está nessa igreja fundada por Nosso Senhor Jesus Cristo, eu lhe convido para que estude mais a doutrina católica, se abra à graça e faça esse processo de conversão [...]. Então o próprio fato da IASD não ser exclusivista da salvação já mostra que é algo de errado, porque nosso Senhor disse: “eu sou o caminho, a verdade e a vida. Ninguém vem ao Pai senão por mim” [João 14:16]. Só há um caminho e esse caminho leva invariavelmente a Roma (Por que o protestantismo [...], 2024, 00:30:40)

A Revolução Protestante não seria apenas um erro. Seria também um acontecimento articulado por figuras demoníacas e previstas na Bíblia, dando exemplo de uma passagem de Lucas 18:8, onde Jesus pergunta: “Quando, porém, vier o Filho do homem, porventura achará fé na terra?”. Através dessa passagem, Lutero é apresentado por Mendes como um “anticristo”.

Só que o mesmo nosso Senhor que previa um grande movimento de expansão da Fé, Ele previa um grande movimento de retração, quando Ele diz, por exemplo, no Evangelho de São Lucas, Capítulo 18 [Lc 18:8], “acaso quando o filho do homem voltar, ele encontrará a fé sobre a terra?” [...] Sendo Deus, é óbvio que ele sabe essa resposta. Então se ele faz essa pergunta, ele faz por quê? Porque é uma pergunta retórica. Ele está dizendo que um dos pré-requisitos pra vinda do anticristo é o cenário de apostasia. Se o cenário é de apostasia, devem vir grandes revoluções. E qual é a primeira revolução? Quem é o primeiro homem que vai ser instrumento de Satanás para a cristandade? O monge alemão chamado Lutero.

Lutero vai quebrar a cristandade ao meio. Várias nações vão apostatar como Alemanha, Inglaterra, Finlândia, Suécia, Noruega, parte da Suíça, por causa das heresias de Lutero [...] Ele [Lutero] repete o grito de Satanás “não servirei”. Ou seja, é uma revolução contra autoridade legítima instituída por Cristo para ensinar e conferir os sacramentos a todas as gerações. É uma rebelião à Igreja católica o que Lutero faz, análoga a rebelião que Satanás e os seus demônios fazem a Deus antes da criação do homem (Por que o protestantismo [...], 2024, 00:41:03).

Há ainda mais um argumento central que sustenta a perspectiva teológica não apenas de Álvaro Mendes, mas do CDB como um todo: a missão da Terra da Santa Cruz. Nome dado ao Brasil pelos colonizadores portugueses, que traziam consigo uma missão apostólica. Em uma das aulas presenciais do CDB, intitulada “As raízes católicas do Brasil” (As raízes [...], 2022), ministrada pelo Professor Raphael Tonon, formado em filosofia pela PUC Campinas e em História pela Rede Claretiano, explica-se que Deus teria conversado com Dom Afonso Henriques, dizendo que o faria rei de Portugal e, em troca, Dom Henrique garantiria que a fé fosse pregada em Portugal e em todas as nações, referindo-se às colonizações. Assim, Tonon

afirma que: “[...] onde Portugal chegasse, essa promessa de dom Afonso Henriques chegaria” (00:49:00). Segundo esta narrativa, somos frutos de uma missão maior, divinamente ordenada:

Para Portugal, levar a fé a um lugar não era uma questão opcional. Era a questão primordial, é a questão mais importante. Por isso que o descobrimento do Brasil, as grandes navegações [...] o descobrimento e a colonização do Brasil foram frutos de um esforço apostólico de Portugal. Trata-se de um esforço apostólico de Portugal (As raízes [...], 2022, 00:49:22).

Apesar de Tonon ser um convidado do CDB para aulas, esta visão sustenta também o que o CDB acredita ser sua missão, quando o grupo produz seus materiais e promove suas atividades. Na live citada anteriormente (Por que o protestantismo [...], 2024), Mendes diz que é importante os protestantes “conhecerem a verdade”, explicando que a missão apostólica de Portugal foi passada para o Brasil e que, assim, somos um “povo escolhido”. É posto como “natural” sermos católicos e que tal missão se abalou apenas com as reformas do Concílio Vaticano II, que romperam com tal verdade proclamada e teriam permitido a entrada de “seitas”, referindo-se às características ecumênicas, progressistas e que pensavam para além da questão salvífica do Concílio Vaticano II.

Então vejam como a vocação Católica do Brasileiro é grande. Ela nasce de um povo pensado por Cristo para levar o Evangelho a todas as nações, que é o fenômeno das grandes navegações. Então, se vocês estudarem as grandes navegações no século XIV, vocês vão ver que tudo foi feito por causa de Portugal. Portugal desenvolveu todos os conhecimentos tecnológicos marítimos [...]. Vejam a grandeza de Portugal e a grandeza do Brasil que herdou isso. É gigantesca, pessoal! Então, por isso que na história do Brasil, quando começou a ter os primeiros protestantes no Brasil, ali no início do século XX, o que os brasileiros escreviam? Que não existia nada mais antipatriótico do que um brasileiro que não é católico [...] de 1500 até o Concílio Vaticano I, você tinha ali mais de 95% de brasileiros que eram católicos. Com a crise do Concílio Vaticano II, abriu a porteira, os católicos pararam de anunciar a verdade. [...] A nossa geração nasceu no caos, mas o Brasil natural não é esse caos, esse caldeirão cheio de seitas protestantes. Não, o Brasil natural é o Brasil católico, é a terra de Santa Cruz. Vocês conseguem entender isso? Como ser protestante é uma traição à Pátria, é uma traição ao Brasil? É um estrangeirismo, é uma falta de honra aos nossos pais, avós, e bisavós, que construíram essa nação? Então um protestante no Brasil comete uma dupla perfídia: contra a fé na igreja católica e contra a pátria (Por que o protestantismo [...], 2024, 00:38:00).

Tal ideia de religião única e verdadeira, necessária para a salvação, que legitima o apostolado e a conversão, ultrapassa as próprias religiões cristãs. No corte de uma aula presencial de 2021, apresentado como “Os judeus não creem em Jesus. E agora?” (Os judeus [...], 2021), Pedro Affonseca argumenta que, apesar do monoteísmo advindo do Velho Testamento, os judeus contemporâneos não adorariam o Deus verdadeiro, uma vez que rejeitam Jesus Cristo como Filho de Deus e segunda pessoa da Trindade. Nessa perspectiva, o simples reconhecimento de um Deus único não é suficiente para a salvação, pois fora da fé no Deus uno e trino toda forma de culto é considerada erro. Assim, os judeus atuais são desvinculados dos

judeus bíblicos (incorporados à narrativa histórica da Igreja) e reposicionados como adeptos de uma falsa religião, situados no caminho da perdição. A conversão do povo judeu é, então, apresentada como necessidade doutrinal e dever missionário, reforçando o exclusivismo religioso do CDB e sua construção dos judeus como inimigos religiosos externos.

As religiões afro-brasileiras constituem outras alteridades presentes nos vídeos do CDB, especialmente quando mencionam missas católicas com elementos de religiões afro-brasileiras, servindo a algum propósito de diálogo interreligioso. Em novembro de 2019 aconteceu, por exemplo, uma missa com elementos afro-brasileiros em prol do mês da Consciência Negra, na Paróquia Sagrado Coração de Jesus (Bairro da Glória, Rio de Janeiro). Na ocasião, Bruno Mendes e alguns membros do CDB foram até o local para questionar o padre sobre tal evento e, em seguida, permaneceram no ato litúrgico em forma de protesto, mantendo-se ajoelhados e rezando o terço em silêncio, o tempo inteiro. O tumulto maior aconteceu ao final da celebração, quando alguns participantes da missa entraram em discussão com o grupo e os denunciaram por intolerância religiosa.

Em novembro de 2020, a Arquidiocese do Rio de Janeiro proibiu que esse tipo de missa acontecesse novamente, o que gerou opiniões divididas entre as comunidades. Na ocasião, o CDB comemorou e fez um vídeo parabenizando a posição da Arquidiocese. Pedro Affonseca anunciou:

Infelizmente a obediência do pároco não se refletiu em muitos dos seus paroquianos que, de forma inadmissível, se insurgiram contra a acertada decisão da Arquidiocese do Rio de Janeiro, a acertada decisão das autoridades eclesíásticas. Vieram a público para manifestar a sua rebeldia, vieram a público para manifestar a sua falta de fé católica e defender um ato de Sacrilégio, defender uma profanação, defender uma missa que coloca dentro dela elementos de falsas religiões, culto a deuses falsos, culto a demônios, dentro da Santa Missa (A missa [...], 2020, 00:03:09).

Em tom firme, Affonseca comentou, também, que a Santa Missa não é um espaço para manifestações “de cunho ideológico”, referindo-se às pautas raciais inerentes ao evento da Paróquia Sagrado Coração de Jesus, que estariam acompanhadas de “elementos de falsas religiões” (A missa [...], 2020, 00:05:01). Affonseca também se pronunciou em relação às acusações de racismo contra o grupo, decorrentes do acontecimento, afirmando: “Nós não somos racistas. Nós não somos homofóbicos, não somos machistas, nós não somos fascistas. Nós somos católicos, nós somos fiéis católicos. Nós cremos em tudo o que crê e ensina a Santa Igreja Católica Apostólica Romana” (A missa [...], 2020, 00:05:30).

Segundo Alexandre (2024), a intolerância religiosa está incluída no Guia de Direitos Humanos como um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas a diferentes crenças e religiões, sendo a liberdade de culto algo assegurado pela Declaração dos Direitos Humanos e pela

Constituição Federal de 1988, artigo 5º. Entretanto, o termo “intolerância religiosa” não é o suficiente para abraçar toda a complexidade histórica brasileira. “Racismo religioso” pode se enquadrar em casos em que a religiosidade é apenas um dos alvos desses ataques, e que atingem o patrimônio cultural afro-brasileiro.

Novamente o discurso é o impulso para legitimar atos violentos. Dados da Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras (Renafro) apontam que, em 2022, os crimes em razão da religião cresceram 45% no Brasil, incluindo ameaças, agressões físicas contra adeptos das religiões de matriz africana e o “rechaço às manifestações culturais negras, relacionadas ao culto ao demônio”. Assim como Affonseca se referiu às crenças afro como “culto ao demônio”, o CDB já utilizou essa expressão outras vezes, como para se referir à Pachamama, conhecida como “Mãe Terra” pelos povos dos Andes (Urgente [...], 2019).

Carranza e Teixeira (2023) explicam que essa demonização feita pelo CDB constrói um inimigo religioso que tem que ser exorcizado e/ou eliminado em nome de Deus. Constrói-se uma narrativa de acusação e desqualificação da alteridade, do “outro”. Ao defenderem uma estrutura em torno de um “modelo ideal da verdadeira Igreja”, como defensores da verdadeira doutrina, o CDB implica que o “inimigo precisa ser destruído para que possa prevalecer o verdadeiro sentido de ser católico, a reta interpretação da doutrina” (Carranza; Teixeira, 2023, p.62).

Se não com expressões diretas que clamam um culto como demoníaco, o CDB então utiliza a referência simbólica ao inferno como um meio de correção àqueles que não seguem a doutrina. Em 14 de janeiro de 2024, Papa Francisco disse, durante uma entrevista ao programa de televisão italiano *Che tempo che fa*, que "Isto não é um dogma de fé. Isto que direi é uma coisa pessoal: gosto de pensar que o inferno está vazio. É um desejo que espero que se torne realidade, mas é um desejo". Dois dias depois, o CDB publicou um vídeo sobre o assunto, onde Álvaro Mendes afirma que esta mentalidade faz com que as pessoas não se esforcem muito para serem salvas, não seguindo os sacramentos bíblicos por exemplo. Em seguida ironiza:

E se a ideia do inferno vazio contamina a mentalidade de um auto prelado, o problema aumenta ainda mais. Pois se um bispo acredita que todo mundo ou quase todo mundo está indo para o céu, para que ele vai querer lutar pela conversão dos judeus, muçulmanos ou satanistas? Melhor lutar por uma igreja preocupada com o meio ambiente, com dinheiro das campanhas da Fraternidade, com encontros ecumênicos e com a bênção dos pares gays (Papa Francisco [...], 2024, 00:01:35)

Em seus vídeos, percebe-se que o CDB não recorre a formas explícitas de violência, tampouco incita diretamente a violência física ou digital, de modo que seus discursos não se enquadram, em termos estritos, em práticas de incitação à agressão. Entretanto, a posição de

constante embate e de combate simbólico a grupos apresentados como hostis, mobilizada em nome da defesa da Igreja Católica, produz formas de intolerância que abre portas à violência. Trata-se de uma intolerância que opera no nível discursivo, por meio da negação de legitimidade moral, religiosa ou social desses grupos, e que se manifesta na construção do outro como ameaça existencial à ordem considerada legítima.

Cloclet da Silva, Barros e Zeferino (2025) oferecem uma rica contribuição para a análise do que denominam “mecanismo de exclusão” no plano discursivo. A partir de Jan Assmann (2010) como chave teórica, articulada à abordagem da História dos Conceitos de Koselleck (2006), os autores demonstram que essa forma de intolerância encontra respaldo em dinâmicas históricas mais amplas, associadas à configuração monoteísta do cristianismo, a qual tende a produzir exclusões por meio de dicotomias estruturantes. Na base desta chave teórica está o que Assmann denomina “distinção mosaica”, na qual o historiador aponta que a introdução das religiões monoteístas na história introduziu uma separação estrutural entre “religião verdadeira” e “religião falsa”. Ou seja, mais importante do que designar a distinção entre o Deus Único e muitos deuses, está a distinção entre verdade e falsidade na religião, entre o deus verdadeiro e os falsos deuses, verdadeira doutrina e falsa doutrina, conhecimento e ignorância, crença e descrença.

Assmann (2010) argumenta que as chamadas religiões monoteístas possuem uma intolerância estrutural, na medida em que precisam definir com clareza aquilo que consideram incompatível com suas verdades para exercerem autoridade normativa sobre a vida social e individual, que o autor chama de “energia negativa”. Embora ele próprio reconheça que ainda há poucos avanços na forma como essas religiões lidam com tal intolerância estrutural, Assmann ressalta que, historicamente, formas de violência e hostilidade já estavam presentes antes da consolidação do monoteísmo. Contudo, esse processo introduziu uma forma inédita de ódio: ódio por pagãos, hereges, idólatras e seus templos, ritos e deuses.

Trata-se de um ódio fundamentado na distinção entre verdade e falsidade religiosa, que opera no plano simbólico e normativo antes de se manifestar como justificativa para violência física. Assmann adverte que qualificar esse mecanismo como intrinsecamente perigoso sem historicizá-lo implica empobrecer a análise histórica, uma vez que a capacidade de relativizar a própria posição e reconhecê-la como situada historicamente constitui a condição fundamental para qualquer forma efetiva de tolerância.

A intolerância pode ser compreendida como a incapacidade, ou a falta de disposição, de aceitar opiniões divergentes, o que pressupõe a existência de um critério de incompatibilidade fundamentado na distinção entre verdade e falsidade. Nesse sentido, tolerar não significa

concordar, mas reconhecer a legitimidade daquilo que é percebido como divergente. Assim explica Assmann (2010, p. 18) que “eu só posso ‘tolerar’ alguma coisa, no sentido estrito da palavra, se essa vai contra as minhas próprias opiniões, mas que posso tolerar porque sou poderoso ou generoso o suficiente para não ter que tratá-lo como uma ameaça”³⁹. A tolerância, portanto, não elimina o conflito de verdades, mas implica a recusa em transformar essa divergência em exclusão moral ou deslegitimação absoluta do outro.

3.4 Os inimigos ideológicos: a nova roupagem da alteridade

Nota-se que o CDB toma para si a missão de lutar em nome da Igreja Católica Apostólica Romana, convencidos de tratar o catolicismo ortodoxo como a única e verdadeira religião, e em nome de uma missão de ajudar as pessoas no processo de conversão e salvação de suas almas. Essa defesa acompanha a narrativa de um suposto espírito revolucionário, munido por diversas disrupções da modernidade, que potencializariam os “inimigos da Igreja”.

Um dos eixos mais estruturantes do discurso do Centro Dom Bosco constitui o que Hirschman (2019) categoriza como a “tese da ameaça”. Conforme assinala o autor, esse tipo de argumento sustenta que determinadas mudanças, mesmo quando apresentadas como moral ou socialmente desejáveis, implicariam em “custos ou consequências inaceitáveis de um ou outro tipo” (Hirschman, 2019, p. 90), como a perdas irreparáveis de valores, instituições ou conquistas historicamente consolidadas. No caso do CDB, tal retórica é particularmente visível nas críticas às tentativas de diálogo da Igreja com o mundo moderno, mas, também, aos próprios modelos políticos atuais, que ameaçariam a integridade salvífica humana, a liberdade de expressão e a herança civilizacional do cristianismo.

Combinada à “tese da perversidade” e à “tese da futilidade”, criam o que Hirschman (2019) chama de uma “retórica da intransigência”, identificando os modos pelos quais setores conservadores constroem discursos para criticar ou defender determinados projetos. Nesse sentido, como analisam por Clolet da Silva, Barros e Zeferino (2025), os católicos ultramontanos mobilizavam uma retórica intransigente que contribuía para a constante construção de inimigos, percebidos como ameaças tanto à autoridade espiritual quanto à atuação temporal da Igreja. De modo semelhante, segundo Barros (2024), alguns grupos católicos assumem posturas intransigentes, a partir do momento em que se recusam a conciliar-

³⁹ Tradução própria da versão em inglês. Segue trecho da tradução em inglês de Robert Savage: “*I can only ‘tolerate’ something, in the strict sense of the word, that runs counter to my own views, yet which I can afford to tolerate because I am powerful or generous enough not to have to treat it as a threat*” (Assmann, 2010, p. 18).

se com as transformações do tempo, reafirmando a Igreja em uma moldura considerada insubstituível. Entretanto, longe de permanecerem estáticos, esses grupos tendem a se reconfigurar, ajustando seus argumentos às condições da modernidade. É nesse contexto que se insere o CDB, que, no século XXI, mobiliza intensamente as plataformas digitais para atualizar e difundir esse repertório discursivo.

A noção de “guerra cultural” ocupa um lugar central na construção dos inimigos ideológicos pelo CDB, funcionando como eixo explicativo capaz de articular fenômenos históricos, políticos e culturais distintos sob uma mesma narrativa revolucionária. Em uma aula presencial ministrada por Álvaro Mendes (Guerra [...], 2019), a partir de uma leitura linear da história, ele faz uma relação direta entre várias revoluções que criaram os inimigos da Igreja Católica. Mendes explana o processo de como a burguesia europeia, ao deixar de ser católica com a Revolução Protestante, e ao acabar com a nobreza com a Revolução Francesa, teria como resultado, uma revolução comunista que influenciaria até os dias de hoje. Assim, Mendes afirma: “A Revolução Protestante, ela é mãe da Revolução Francesa e a avó da Revolução Comunista [...] E a Revolução Comunista é uma revolução completamente materialista. Ela vai proclamar a morte de Deus, certo? E vai proclamar também a morte da burguesia” (Guerra [...], 2019, 00:57:13).

Na mesma aula, o comunismo deixa de ser apenas um sistema econômico ou político e passa a ser compreendido como um projeto civilizacional que opera prioritariamente no campo da cultura. Assim, haveria uma guerra cultural pela tomada de poder. A lógica de Mendes segue ao afirmar que a hegemonia se constrói culturalmente e que, diante do fracasso da revolução armada, a esquerda teria reorganizado sua estratégia por meio da formação de uma nova “vanguarda revolucionária” (01:06:30), definidos como “vitimistas” (01:07:03).

Então, se eu consigo convencer uma mulher de que a sociedade é machista, o que que ela vai fazer? Ela vai virar feminista. Vai ganhar alguns quilinhos [em tom de piada], vai parar de se depilar [...] Então, se eu conseguir convencer as pessoas de que a civilização ocidental é racista, então que ela vai ser cooptada pelo movimento negro. Se eu conseguir convencer que a civilização ocidental é homofóbica, então eu consigo cooptar o homossexual para o movimento LGBT. São todos movimentos revolucionários, certo? São todos instrumentos. [...] Agora, como eu tenho vários coitadistas, eu consigo ter uma doutrina que honra tudo? Não. Então a única coisa que eu posso fazer é apresentar uma doutrina de destruição. Então a civilização ocidental vai ser atacada de todas as formas (Guerra [...], 2019, 01:07:05).

Assim, pessoas que fazem parte de movimentos feministas, lutas antirracistas, comunidades LGBTQIAPN+, seriam mobilizados não por demandas legítimas, mas como instrumentos de uma doutrina destrutiva que fragmenta a sociedade ao convencer esses sujeitos de que a civilização ocidental é estruturalmente machista, racista ou homofóbica. Assim,

feminismo, antirracismo e movimentos de diversidade sexual são apresentados não como expressões autônomas de lutas sociais, mas como extensões contemporâneas de um mesmo projeto revolucionário que, desprovido de uma doutrina unificada, encontraria na crítica cultural seu principal meio de ação.

O campo político, desta maneira, também seria atingido pelos ideais revolucionários. No vídeo “O ‘Estado Laico’ é espiritualmente neutro?” (O Estado [...], 2024), a laicidade é apresentada não como um princípio jurídico de organização do espaço público, mas como um projeto ideológico. Luciano Pires argumenta que o Estado laico não seria neutro, mas portador de uma cosmovisão naturalista e anticristã, associada historicamente à Maçonaria, ao liberalismo e às revoluções modernas. Nesse enquadramento, a separação entre Estado e Igreja deixa de ser compreendida como garantia de liberdade religiosa e passa a ser interpretada como um mecanismo de exclusão da religião “verdadeira” do espaço público e, conseqüentemente, da relativização da verdade cristã.

A defesa da igualdade entre crenças, da liberdade de consciência e do pluralismo religioso é descrita como expressão de um “indiferentismo religioso” (O Estado [...], 2024, 00:02:25), entendido como etapa necessária para a dissolução da ordem moral fundada na lei natural e na autoridade divina. Assim, o Estado laico é inserido na mesma narrativa revolucionária que engloba o comunismo, o liberalismo e a modernidade, sendo apresentado como responsável direto pela crise moral, política e social contemporânea, ao substituir princípios considerados transcendentais por uma moral variável, definida pela vontade das maiorias.

A Maçonaria é também uma pauta recorrente ao longo dos anos pelo CDB, sendo apresentada não apenas como uma associação específica, mas como um agente histórico contínuo de destruição da cristandade ocidental. Em 2023, o CDB produziu o documentário “Maçonaria: Inimiga da Igreja” e, para contextualizar as motivações por trás da produção, Mendes apresentou uma aula intitulada “Como descobrimos os segredos da Maçonaria” (Como descobrimos [...], 2023), em que ele argumenta o porquê seria necessário estudar o tema, e quanto mais estudos de História, mais segredos as pessoas descobririam. Mendes sustenta que a Maçonaria atua de forma sistemática desde o século XVIII, com o objetivo de minar a ordem medieval, enfraquecer os reinos constituídos e perseguir a Igreja Católica, articulando-se diretamente às grandes rupturas da modernidade. Essa atuação seria visível sobretudo nas chamadas “três grandes revoluções” (Como descobrimos [...], 00:17:16): a Revolução Protestante, a Revolução Francesa, e a Revolução Comunista.

Nesse enquadramento, a história do Ocidente é narrada como indissociável da Igreja Católica, de modo que qualquer tentativa de separação entre ambas é lida como resultado de uma conspiração ideológica. Em uma live, intitulada “O Plano secreto da Maçonaria para destruir o Brasil e a fé” (O Plano [...], 2025), Mendes descreve a Idade Média como uma “idade de ouro”, na culminação da ordem, da virtude, da hierarquia e da verdadeira civilização, enquanto a Maçonaria é caracterizada como agente de dissolução da autoridade, promotora do individualismo, que orienta e é responsável pelas grandes revoluções modernas, até a configuração da política moderna.

Enquanto Mendes defende os monarquistas católicos, os “príncipes bons”, ele reconhece que a Maçonaria estaria também infiltrada no interior do próprio campo conservador, responsável por impedir uma restauração efetivamente católica da sociedade. A crítica a Dom Luiz Philippe de Orleans e Bragança, deputado federal pelo Partido Liberal (PL) e descendente da família imperial brasileira, ocupa papel central nesse ponto. Publicamente maçom, com propostas não centralizadas em Deus, Luiz Philippe é apresentado pelo CDB como expressivo do humanismo, no qual o homem ocupa o lugar de Deus, reforçando a tese de que um liberalismo maçônico estaria supostamente preparando o terreno para formas ainda mais radicais de secularização, como o socialismo. A partir dessa construção, Mendes passa a sustentar a necessidade de um Estado explicitamente católico, entendido como único capaz de conter tais ameaças e restaurar a ordem moral desejada (Enterrando [...], 2025).

Do ponto de vista da História dos Conceitos, a construção desses “inimigos ideológicos” dentro desta suposta “guerra cultural” não se apresenta como uma inovação propriamente dita, mas como a reatualização de um repertório já consolidado no pensamento católico intransigente desde o século XIX. As categorias mobilizadas no discurso, ainda que reorganizadas sob a noção contemporânea de “guerra cultural”, remetem a uma tradição que identifica como ameaças centrais à ordem cristã fenômenos associados à modernidade, tal como sistematizado no *Syllabus Errorum*, como “erros da modernidade” e posteriormente retomado por instituições como o Centro Dom Vital e pela TFP. Nesse horizonte, elementos como o protestantismo, a Revolução Francesa, o comunismo e a maçonaria foram historicamente enquadrados como expressões de um mesmo processo de desagregação da ordem religiosa, social e política.

Essa leitura encontra uma formulação sistemática semelhante da que está presente na obra de Plínio Corrêa de Oliveira, para quem a “Revolução”, com R maiúsculo, compreendida em sentido amplo e unitário, designa um processo multissecular de corrosão da civilização cristã e, que como vimos, engloba as mesmas três revoluções citadas por Álvaro

Mendes (Guerra [...], 2019; Como descobrimos [...], 2023): a Revolução Protestante, a Revolução Francesa e o comunismo (Zanotto, 2024). Tal interpretação também esteve presente entre setores ultraconservadores que defenderam, no contexto do Concílio Vaticano II, a centralidade do combate a essas forças como eixo da agenda eclesial (Caldeira, 2011).

O que se observa no discurso contemporâneo, portanto, é menos a emergência de novos adversários do que a resignificação desses mesmos elementos em novas linguagens, nas quais movimentos feministas, antirracistas e LGBTQIAPN+ passam a ocupar o lugar de herdeiros simbólicos dessas ameaças e revoluções, atualizando, em chave cultural, uma gramática de oposição já presente no pensamento conservador e nas reações ao catolicismo pós-conciliar.

A dissolução da ordem tradicional, segundo o discurso do CDB, não se daria apenas por meio de ideologias explícitas ou movimentos políticos organizados, mas também através de plataformas midiáticas entendidas como instrumentos dessa mesma lógica revolucionária. No vídeo “A telenovela e a revolução cultural brasileira” (A telenovela [...], 2020), Luciano Pires dá às novelas um lugar de destaque nessa interpretação, sendo frequentemente apontadas como meios eficazes de influência cultural sobre as famílias brasileiras. Apoiado em pesquisas que indicariam o impacto desse formato audiovisual na formação de valores e comportamentos sociais, o CDB sustenta que as novelas teriam contribuído para a normalização de pautas consideradas incompatíveis com os costumes católicos tradicionalistas, como o feminismo, o divórcio, a redução do número de filhos por família e a promiscuidade sexual. Ao apresentar tais temas como parte do cotidiano e da vida familiar, esse tipo de produção midiática seria compreendido como um vetor pedagógico informal, capaz de reconfigurar percepções morais e afetivas ao longo do tempo. Assim, a mídia aparece como parte integrante da guerra cultural, operando na esfera simbólica e afetiva para corroer gradualmente a ordem social e religiosa considerada legítima.

Todas essas questões, como o abandono das tradições católicas, o uso de métodos contraceptivos, a dissolução da família tradicional, a contrariedade às “leis naturais”, o sincretismo e o ecumenismo religioso, entre outras, são apresentadas como consequências diretas do modernismo. Em outro vídeo do Chave Católica, intitulado “Modernismo: uma crise nas veias da Igreja” (Modernismo [...], 2025), o modernismo é retomado a partir da definição do Papa São Pio X, em 1907, como “a síntese de todas as heresias”. Segundo o vídeo, essa corrente teria alcançado posição oficial na hierarquia da Igreja a partir do Concílio Vaticano II (1962–1965), em decorrência do diálogo autorizado entre prelados católicos e judeus, maçons

e protestantes, processo que teria produzido consequências consideradas desastrosas não apenas para a Igreja, mas para toda a humanidade.

Esse mesmo vídeo conta com a apresentação de uma declaração de 1974 de Dom Lefebvre que reitera a necessidade de recusar as “tendências neo-modernistas” (Modernismo [...], 2025, 00:26:06) e seguir as tradições da Santa Sé. Em seguida, Luciano Pires (00:28:07) afirma: “que Deus nos preserve dos erros liberais do modernismo e de seu imanente espírito humanista, contra os quais apenas a tradição e a liturgia de sempre podem nos oferecer proteção integral”. E continua pedindo uma Igreja tradicionalista: “Rezemos pelo Papa Francisco e por todo o clero, em especial neste Santo Ano Jubilar que se inicia, para que a tradição volte a ocupar seu devido lugar em nossa Roma eterna”. A fala é concluída com a invocação da intercessão de São Pio X e da Virgem Maria, reforçando a centralidade da tradição como único antídoto possível contra os desvios atribuídos ao modernismo.

No embate contra essas ideologias, o CDB afirma não se situar nos polos tradicionais da direita ou da esquerda política. No vídeo “Por que o católico é um Contrarrevolucionário?” (Por que o católico [...], 2024), Luciano Pires argumenta que essas categorias, oriundas do campo político-partidário, são inadequadas para compreender a posição católica, pois pressupõem uma lógica dialética que não se aplicaria ao corpo místico da Igreja. Segundo o vídeo, embora direita e esquerda aparentem antagonismo, ambas compartilhariam um mesmo denominador comum: a aceitação dos princípios liberais modernos. Diante das crises, Pires define que

o católico não é de esquerda nem de direita. Não é progressista nem conservador. Porque o católico é, por definição, um filho da Revelação contra a qual se insurge, espiritual e historicamente, a revolução. Logo, o católico é antiliberal e contrarrevolucionário e jamais deve temer apresentar-se dessa forma porque seu posicionamento é o mais lógico possível, o mais conforme a sua natureza racional (Por que o católico [...], 2024, 00:12:32)

Entretanto, diante da suposta ameaça comunista, associada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, e aos posicionamentos de esquerda política no Brasil, o CDB se posiciona, por vezes, a favor dos políticos de partidos de direita, por estarem mais próximos dos ideais da tradição. Na live “A guerra cultural pelas redes sociais está fervendo! | Ação Católica #032” (A guerra [...], 2025), Álvaro Mendes explica que

O que está acontecendo de 2012 para cá? [...] queda da esquerda, aumento da direita, [...] o aumento dos católicos e o aumento dos católicos tradicionais. Por quê? [...] Isso para mim é claro já, depois de oito anos de apostolado de CDB: que é muito mais fácil converter um cara de direita do que um cara de esquerda, todo mundo concorda? Porque o cara de esquerda é o cara que tem o coração de pedra, ele está fechado para a verdade. Ele é o faraó, vem as pragas do Egito e nada muda a concepção dele. A

peessoa que vira de direita, o que que ela está começando a perceber? Espera aí, ter família é bom, aborto não é bom, patriotismo é bom. Então de 2012 para cá, várias pessoas começaram a fazer esse movimento [...] Só que aí mais pessoas vão estudando, e qual é o próximo passo que ela dá? Ela entende tudo isso que a gente está colocando aqui: “não, não, a direita não é tudo”. Porque a verdadeira divisão da história é a igreja *versus* o resto. Porque nós estamos aqui para conhecer, servir e amar a Deus nessa vida, ir para o céu. Deus fundou uma igreja para nos dar o sacramento e nos mostrar o Caminho do Céu, então fora dessa igreja não há salvação. Então a divisão é o quê? A igreja *versus* o resto. [...] só que aí ela vai para a paróquia. Aí ferrou porque a paróquia está tomada pela Revolução. Por quê? A paróquia é a paróquia onde você vai encontrar diálogo interreligioso, ecumenismo, laicismo, Concílio Vaticano II, Pachamama, tudo isso. [...] Aí ela continua estudando. Ela estudou um pouco, saiu da esquerda para direita [...], estudou mais um pouco, saiu da direita para catolicismo [...] Ela estudou mais um pouco, ela foi para onde? Católico tradicional. (A guerra [...], 2025, 00:28:52)

Mendes reitera que a missão do CDB é trazer as pessoas para o catolicismo tradicional. Em outra live (O que os católicos [...], 2025). Álvaro e Bruno Mendes mostram interesse em conversar com figuras como Jair Bolsonaro, o filho e ex-deputado federal, Eduardo Bolsonaro e o atual deputado federal Nikolas Ferreira e fazem um convite aberto para os padres que os estiverem assistindo para aproximar tais políticos do catolicismo tradicional. Demonstam, ainda, grande afeto pelos políticos do PL, apesar da ambivalência daqueles que não demonstram os mesmos interesses, como Dom Luiz Philippe de Orleans.

Porque eu [Álvaro Mendes] acredito que são pessoas bem intencionadas, boas, honestas [...] Então, se eles são pessoas boas, que querem o bem da Nação, o que está faltando? Alguém que sente com eles para conversar [...] Fica o convite para eles. Se vocês quiserem vir aqui no privado, a gente não quer audiência, até porque o nosso trabalho é cultural. O que nós sonhamos é, no longuíssimo prazo, que isso aqui aconteça: a volta de um império católico. Mas se um desses políticos de relevo do PL quiserem vir aqui conversar sobre fé, conversar sobre porque nós acreditamos que fora da Igreja católica não salvação, para o Brasil que a Igreja restaurada e bela vai ser a restauração da nação, a gente está aqui à disposição. O convite está feito (O que os católicos [...], 2025, 00:40:09).

A partir de Passos (2024a), podemos compreender que quando há um grupo a ser salvo e outro a ser evitado ou ainda, eliminado, a religião e a extrema direita criam uma afinidade quase que natural. Utiliza-se os discursos de salvar uma nação, de necessitar um líder forte para agregar adeptos, e que crie uma pátria unificada, onde todos tem a mesma origem e identidade. Foram discursos parecidos que construíram o integralismo, e é assim que os políticos de direita constroem suas imagens hoje, diante das diversas crises existentes: moral, econômica, política e religiosa.

Assim, os salvadores da crise recuam para o passado – passado mítico, fonte de salvação – e convidam a voltar à família patriarcal, anterior aos modelos plurais atuais; à unidade nacional, mais coesa que o Estado; à unidade racial, distinta das diferenças que ameaçam; e a Deus como fundamento da realidade, inclusive do poder político. É esse começo que confere agora a legitimidade do poder político, visto que os

modelos atuais já não gozam de eficácia, na medida em que as crises se aprofundam (Passos, 2024a, p. 19-20).

Deste modo, a análise sobre o CDB permite identificar com relativa clareza a permanência de elementos centrais do tradicionalismo católico, tal como formulado entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, especialmente no contexto do ultramontanismo romano e de sua recepção no Brasil. A centralidade conferida à Sé Romana como critério último de verdade doutrinal, a leitura da história como um processo de decadência espiritual impulsionado por sucessivas revoluções, a crítica sistemática ao liberalismo, à laicidade do Estado e ao pluralismo religioso, bem como a denúncia da Maçonaria e do comunismo como forças anticristãs estruturante da modernidade, configura um repertório discursivo amplamente tributável desse legado.

Cria-se, no entanto, novas roupagens aos inimigos da Igreja, ou seja, novas semânticas para uma narrativa já antiga e conceitos reiterados pelo discurso católico conservador. Na perspectiva da História dos Conceitos, a construção semântica do inimigo vai se transformando e ganhando novas ressignificações de acordo com as mudanças históricas. Koselleck (2014) explica que, com o advento da modernidade, cuja experiência primária já não era mais a expectativa escatológica cristã, mas a experiência do sucesso tecnológico, acontece uma reconfiguração das expectativas. A escatologia, nesse sentido, não desaparece, mas é deslocada para o interior da história, sendo reformulada em categorias seculares e políticas.

Koselleck (2014; 2020) demonstra que essas mudanças na estrutura temporal da sociedade afetam diretamente a maneira como os conflitos são nomeados e como os inimigos são imaginados. Há, assim, novas construções para construir e justificar a escatologia, que no caso católico, é apocalíptica, causadora do fim. Podemos perceber esse fenômeno quando o CDB constrói a narrativa ameaçadora sobre as consequências do feminismo para o mundo; da comunidade LGBTQIAPN+ para o fim da família; dos progressistas para o fim da Igreja.

A oposição de “amigo-inimigo”; “católicos e pagãos”, conferem o que Koselleck (2020) nomeia de “contraconceitos”, categorias que produzem identidade por meio da exclusão, utilizando conceitos universalizantes para autodefinição e, simultaneamente, negando legitimidade aos que são definidos como “outros”. A consequência desse processo é a formulação unilateral da identidade do grupo, na qual a alteridade é concebida como ameaça, desvio ou negação da ordem considerada legítima dentro do contexto histórico do qual está inserido (Cloquet da Silva; Barros; Zeferino, 2025). Assim,

Contraconceitos não são adequados apenas para articular a autodeterminação de uma unidade de ação, o “nós” em oposição aos outros, mas também para fixar esta

autodeterminação como característica distintiva. Por trás disso, espreita a inimizade. [...]
Desde que a humanidade passou a ocupar o lugar de Deus como instância última e autônoma e foi elevada à condição de sujeito e objeto de sua própria história, o inimigo também passou a ocupar novos campos conceituais (Koselleck, 2020, p. 289).

Assim surgem os novos campos conceituais que o CDB identifica como o “outro” a ser combatido, preenchendo espaços já carregados de forte semântica histórica. O comunismo, agora frequentemente personificado no governo federal e seu partido, bem como em políticas estatais contemporâneas; o “fim dos tempos”, evocados nos debates sobre gênero e sexualidade; o liberalismo e o modernismo, compreendidos como matrizes comuns tanto da esquerda quanto da direita política; a Maçonaria, concebida como agente histórico contínuo de dissolução da ordem cristã; o protestantismo e o ecumenismo, lidos como rupturas originárias da unidade da verdadeira Igreja; o feminismo e a revolução sexual, associados à fragmentação da família e à queda da natalidade.

A esses elementos soma-se o Concílio Vaticano II, interpretado como marco de inflexão no interior da própria Igreja, a partir do qual ideias consideradas estranhas à tradição teriam adquirido legitimidade institucional. Importa destacar, contudo, que essa construção do inimigo, apesar de resgatada, não constitui uma herança direta do tradicionalismo católico do século XIX, ou de sua vertente ultramontana, mas resulta também de releituras posteriores, próprias de grupos tradicionalistas do século XX, que adaptam categorias e sensibilidades do catolicismo antimoderno a novos contextos históricos, culturais e políticos.

Essas heranças não se expressam apenas no plano doutrinário, mas também na forma como o CDB concebe sua atuação pública. Tal como o tradicionalismo católico do século XIX investiu na imprensa, na educação confessional e na formação de quadros intelectuais como estratégia de resistência ao mundo moderno, o Centro Dom Bosco mobiliza intensamente as plataformas digitais, os cursos online e os meios audiovisuais como instrumentos de uma guerra cultural declarada. A lógica, contudo, permanece semelhante: trata-se de formar católicos capazes de interpretar o mundo à luz da tradição e de confrontar os supostos “erros” do tempo presente. Nesse sentido, o uso de tecnologias contemporâneas não representa uma ruptura com o tradicionalismo, mas antes sua atualização estratégica em um contexto marcado pela midiaticização da religião e pela ampliação das disputas simbólicas no espaço público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, buscou-se compreender a atuação do Centro Dom Bosco no contexto do conservadorismo católico contemporâneo brasileiro, investigando suas raízes históricas, sua autodefinição institucional e, sobretudo, a construção discursiva de suas fronteiras simbólicas. O lema que sintetiza sua identidade, “Rezar, estudar e defender a fé”, revela-se, à luz da análise realizada, não apenas um simples slogan, mas uma síntese programática de sua atuação. “Rezar”, nesse contexto, vai para além da prática espiritual individual, constituindo um elemento de coesão identitária. “Estudar” refere-se à reivindicação de uma formação doutrinária sólida, frequentemente apresentada como antídoto contra os “erros” modernos. “Defender”, por sua vez, assume contornos explícitos de combate cultural e político, projetando a fé como algo ameaçado e exigente de proteção ativa. O lema, portanto, articula espiritualidade, formação intelectual e militância pública em um mesmo horizonte de ação.

Embora o grupo se autodefinia como tradicionalista e, de fato, mobilize amplamente categorias, referências e afetos próprios dessa tradição, sua inserção histórica permite compreendê-lo de modo mais preciso no campo do conservadorismo católico contemporâneo. Essa categorização não nega sua filiação tradicionalista, mas reconhece que sua atuação ocorre em um cenário sociopolítico distinto daquele no qual o tradicionalismo clássico foi gestado. O Centro Dom Bosco opera seletivamente no interior do mundo moderno, apropriando-se de suas ferramentas, linguagens e arenas de disputa. Ao mesmo tempo em que denuncia os fundamentos da democracia liberal, da laicidade estatal e dos direitos modernos, o grupo intervém ativamente no debate público, utiliza intensamente as plataformas digitais e dialoga com agendas da direita política. Em momentos específicos, manifesta apoio a lideranças como Jair Bolsonaro, ainda que mantenha um discurso monarquista e crítico do sistema republicano, evidenciando uma convergência estratégica de interesses mais do que uma adesão formal a estruturas institucionais contemporâneas.

Desse modo, o Centro Dom Bosco pode ser compreendido como espaço de confluência entre tradicionalismo e conservadorismo: herdeiro de uma matriz contrarrevolucionária e antimoderna, mas plenamente inserido nas dinâmicas midiáticas e políticas do conservadorismo religioso atual. Sua atuação revela elevada capacidade de adaptação ao contexto social e político, especialmente ao selecionar pautas e títulos que dialogam com um cenário marcado pela produção de medo, pela sensação de risco iminente e pela insegurança estrutural. Tais elementos são intensificados, em muitos aspectos, pelas dinâmicas neoliberais contemporâneas.

O domínio da linguagem digital, a construção de proximidade com o público e a oferta de diagnósticos claros para crises complexas ampliam sua capacidade de mobilização. Ao nomear explicitamente seus inimigos e apresentar-se como portador das soluções, pela pedagogia, pela conversão e pela promessa de salvação das almas, o grupo constrói um horizonte de pertencimento que oferece segurança simbólica diante da instabilidade social.

Nesse processo, a construção da alteridade ocupa papel central. A identidade do grupo consolida-se pela demarcação de fronteiras claras entre o “amigo” e o “inimigo”, o “nós” e o “eles”. Esse binarismo aqui se dá pela ortodoxia e desvio, verdade e erro, fé autêntica e ameaça moral. Questões de gênero, setores progressistas da própria Igreja, religiões não católicas e adversários ideológicos são enquadrados como expressões de crise ou corrupção. A produção reiterada dessas categorias não apenas organiza o discurso interno, mas também estrutura uma visão de mundo binária, na qual o conflito aparece como inevitável. Quando determinados grupos passam a ser representados sistematicamente como ameaça à ordem moral, religiosa ou nacional, cria-se um terreno simbólico no qual práticas de exclusão, silenciamento ou mesmo legitimação de violência podem encontrar justificativa discursiva e se materializarem, corroborando para ações de eliminação destes grupos.

Conclui-se, portanto, que o Centro Dom Bosco não pode ser reduzido a um fenômeno marginal ou meramente devocional. Trata-se de um ator religioso que disputa sentidos no espaço público brasileiro, articulando tradição, mídia e política em um projeto de intervenção cultural. Sua relevância não reside apenas no número de seguidores ou na visibilidade digital, mas na capacidade de condensar tendências mais amplas do conservadorismo católico contemporâneo no espaço público. Compreendê-lo, assim, significa também compreender as reconfigurações atuais das relações entre religião, política e esfera pública no Brasil.

REFERÊNCIAS

A GUERRA cultural pelas redes sociais está fervendo! | Ação Católica #032. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2025]. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=6QdKEvUwgVo&t=100s>.

A IGREJA e a Juventude: o que mudou? | Iota Unum - Prof. Fabiano Rollim #09. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=bqd86zMlLDE&t=3120s>

ALEXANDRE, Claudia Regina. Racismo religioso: as violências que avançam no campo religioso brasileiro e sobre as religiões afro-brasileiras. *In*: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (org). **A Salvação da Pátria Amada: religião e extrema direita no Brasil**. São Paulo: Editora Paulus, 2024, p.211-237.

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada – evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, n. 50, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8650718>. Acesso em: 15 out. 2023.

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estudos CEBRAP**, n.38, p. 185–213, 2019. DOI: <https://doi.org/10.25091/s01013300201900010010>. Acesso em: 15 fev. 2025.

ALMEIDA, Ronaldo de. Deuses no parlamento: os impedimentos de Dilma. *In*: ALMEIDA, Ronaldo, Toniol, Rodrigo (org.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**. Campinas: Editora Unicamp, 2018, p.163-195.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Os votos em Lula e Bolsonaro por região e religião no primeiro turno das eleições de 2022. **EcoDebate**, 03, out., 2022. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2022/10/03/os-votos-em-lula-e-bolsonaro-por-regiao-e-religiao-no-primeiro-turno-das-eleicoes-de-2022/>. Acesso em: 14 out. 2024.

A MISSA "afro" foi cancelada e proibida para sempre! Deo gratias!. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2020]. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=fRajIxdp4b0&t=1s>

ANASTACIO, Aline Guimarães. **Centro Dom Bosco: Uma análise do (neo)conservadorismo católico-brasileiro**. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2023.

ANDRADE, Débora El-Jaick. Redes sociais e história digital. **REMATEC**, v. 18, n. 44, 2023. Disponível em: <https://www.rematec.net.br/index.php/rematec/article/view/509>. Acesso em: 13 jul. 2025.

ARAÚJO, Marcelo Cabral de. A Tropicália Integralista de Plínio Salgado. *In*: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (org). **A Salvação da Pátria Amada: religião e extrema direita no Brasil**. São Paulo: Editora Paulus, 2024, p.33-53.

A SACRÍLEGA bênção de "casais" gays vai ser condenada por um Papa futuro!. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2023]. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=6A76ZlctiBU>.

A SOBERBA do Centro Dom Bosco. Canal do YouTube:@AnimaPodcast. 2025. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=gs6CIpSYslo&pp=ygUeYW5pbWEgcG9kY2FzdCBwcmVkc m8gYWZmb25zZW N h>

AS RAÍZES católicas do Brasil - prof. Raphael Tonon. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2022]. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=7nlKz8rXTGs>

ASSMANN, Jan. **The Price of Monotheism.** Standford: Standford University Press. 2010, p. 1-35. Tradução de Robert Savage.

A TELENÓVELA e a revolução cultural brasileira - Luciano Pires. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2020]. Disponível em: <https://www.YouTube.com/@centrodombosco>.

AULA MAGNA sobre o Brasil - Dom Bertrand. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=7uAldGZfruM&t=2201s>

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Revista Estudos Avançados**, v. 18, n.52, p.109-120, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/PxyzJ9rN5q4CQGBPxfpbNqG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jan. 2025.

AZZI, Riolando. A Igreja Católica no Brasil durante o Estado Novo (1937-1945). **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 7, n. 19, p. 49-71, 1980. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2272/4164>. Acesso 22 out. 2024.

AZZI, Riolando. DO BOM JESUS SOFREDOR AO CRISTO LIBERTADOR: Um aspecto da evolução da Teologia e da Espiritualidade católica no Brasil. **Perspectiva Teológica**, v.18, p. 343-358, 1986. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/1811/2129>. Acesso em 13 nov. 2025.

BANDEIRA, Olivia. Uma igreja para mulheres? Cristianismo, machismo e misoginia na sociedade brasileira. *In*: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (org). **A Salvação da Pátria Amada: religião e extrema direita no Brasil.** São Paulo: Editora Paulus, 2024, p.237-271.

BARSALINI, Glauco. Política, Religião e tensões sociais no Brasil: passado e presente. **Reflexão**, v. 49. 2024. DOI: <https://doi.org/10.24220/2447-6803v49a2024e11458>. Acesso em 06 mai. 2025.

BARSALINI, Glauco. Religião, Violência e Política no Brasil: vivemos em uma Democracia ou em um Estado de Exceção?. **INTERAÇÕES**, v. 15, n. 1, p. 108–120, 2020. DOI: 10.5752/P.1983-2478.2020v15n1p108-120. Acesso em: 04 abr. 2024.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a Visão Neoliberal dos Problemas Latino-Americanos. *In: BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira (org.). Pensando o Brasil: ensaios e palestras*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p.115-163. Disponível em:

<https://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf>. Acesso em 07 abr. 2025.

BATISTA, Rodolfo Luis Leite. **Para educar a juventude: institucionalização e circulação de um projeto de Psicologia da Educação entre institutos salesianos de Itália e Brasil (1938-1959)**. 2021 259 f. Tese (Doutorado em educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Biblioteca Depositária: Biblioteca da FaE/UFMG. 2021.

BESEN, José Artulino. O Concílio de Trento e a Reforma Católica. **Revista Encontros Teológicos**, v. 31, n. 2. 2016. DOI: <https://doi.org/10.46525/ret.v31i2.6>. Acesso em 28 out. 2024.

BIANCHI, Alvaro; MELO, Demian. Donald Trump é fascista? *In: ALMEIDA, Ronaldo; Toniol, Rodrigo (org.). Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Editora Unicamp, 2018, p.67-87.

BIJOS, Leila; SILVA, Patrícia Almeida da. Análise da Primavera Árabe: um estudo de caso sobre a revolução jovem no Egito. **Revista CEJ**, Ano XVII, n. 59, p. 58-71, 2013. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/1677>. Acesso em 02 ago. 2025.

BISPOS se unem contra a posição pró-LGBT do Papa Francisco!. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2024]. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=uibAGGAcJm8>.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, 1 ed.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora d Universidade Estadual Paulista 1995. Traduzido por Marco Aurélio Nogueira.

BRAGA, Henrique. “Lacração”: uma breve história de apogeu e queda. **Jornal da USP**. 12, jun., 2024. Artigos. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/lacracao-uma-breve-historia-de-apogeu-e-queda/>. Acesso em 08 nov. 2025.

BRASIL, Governo Federal. **Mapa da Segurança Pública 2025**. Ministério da Justiça e Segurança Pública. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/mapa-da-seguranca-publica-2025-brasil-reduz-homicidios-dolosos-e-bate-recorde-em-apreensoes-de-drogas/mjsp-mapada-seguranca-publica-2025.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2025.

BRASIL. Congresso. **Frente Parlamentar Católica Apostólica Romana**. Local: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/frentes-parlamentares/57/54326/membros>. Acesso em 05 out. 2025.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Requerimento 1191/2015, de 2015. **Dispõe a Instituição da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana**. 2015. Disponível

em:

<www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1314574&filename=R EQ+1191/2015>. Acesso em 05 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Dispõe das associações**. Casa Civil. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em 04 ago. 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O desafio brasileiro. **Instituto Humanitas Unisinos**. 2020. Disponível em: <https://www.coreconpr.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/desafio.pdf>. Acesso em 15 mar. 2026.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia. 2019. Traduzido por Mario Antunes Marino e Eduardo Altheman C. Santos.

BURGER KING BR. **Burger King | Como explicar?** Canal do YouTube: @BurgerKingBR. 2021. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=301GMPHt7M>.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2018.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. **Os Baluartes da tradição**: o conservadorismo católico brasileiro no concílio Vaticano II. Curitiba: Editora CRV. 2011. 335p.

CALIL, Gilberto Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita. **Argumentum**, v. 13, n. 2, p. 64-81, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/34166>. Acesso em: 09 dez. 2025.

CAMARA dos deputados. **O que é lobby?**. 2022. Disponível em: https://evc.camara.leg.br/site/wp-content/uploads/2022/04/o_que_e_lobby.pdf. Acesso em 04 out. 2025.

CAMPANHA da Fraternidade 2024 - Eles querem destruir a sua Fé!. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2024]. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=YZfi94Je1XQ&t=1s>

CAMPANHA da Fraternidade 2025 - A CNBB declara guerra ao agro!. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2025a]. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=1b313m9NmKw&t=424s&pp=ygUdQSBDTkJCIGRIY2xhcmEgZ3V1cnJhIGFvIEFncm8%3D>

CAMPANHA da Fraternidade 2025 - A CNBB vai salvar homens ou plantas?. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2025b]. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=ZMbvo93haNg>

CARRANZA, Brenda Maribel; ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. Fim de uma ordem: natureza, lei divina, feminismo. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 17, n. 53, 2019. DOI: 10.5752/P.2175-5841.2019v17n53p936. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/horizonte/article/view/20508>. Acesso: 06 nov. 2025.

CARRANZA, Brenda. **Catolicismo midiático**. Aparecida: editora Ideias e Letras. 2011.

CARRANZA, Brenda; TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. Ultraconservadorismo católico: mimeses dos mecanismos da erosão democrática brasileira. **Lua Nova: Revista De Cultura E Política**, n.119, p.48–75, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-048075/119>. Acesso em 04 jun. 2025.

CARVALHO, Thaís da Rocha. **Liberdade religiosa no Brasil do século XIX**: uma análise a partir do jornal ultramontano O Apóstolo 91866-1891). 2018. 158f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Puc Campinas, Campinas, 2018.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude. *In*: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José. (Org.). **Diferenças, igualdades** - Coleção sociedade em foco: introdução às ciências sociais. 1ed.São Paulo: Berlindis e Vertecchia Editores, 2009, v. 1, p. 194-226.

CENTRO DOM BOSCO. **O brasão do Centro Dom Bosco**. 2017. Disponível em: https://www.facebook.com/cdbosco/photos/a.1594808840815423/1621729801456660/?type=3&locale=pt_BR. Acesso em: 30/04/2025

CENTRO DOM BOSCO. **Página inicial**. 2024. Disponível em: <https://www.centrodombosco.org/>. Acesso em: 03 mar. 2024.

CENTRO DOM BOSCO. **Página inicial**. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.YouTube.com/@centrodombosco>. Acesso em: 23 jul. 2025.

CÊPEDA, Vera Alves. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações**, v. 23 n. 2, p. 75-122, 2018. DOI: 10.5433/2176-6665.2018v23n2p40. Acesso em 03 nov. 2024.

CIMI. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil - Dados de 2024**. Conselho Indigenista Missionário. 22.ed. 2024. ISSN 1984-7645. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2025. 260 p. Disponível em: <https://cimi.org.br/2025/07/relatorioviolencia2024/>. Acesso em: 20 dez. 2025.

CIPOLINI, Pedro Carlos. A devoção mariana no Brasil. **Teocomunicação**, v. 40, n.1, 2010. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/teo/article/view/7774>. Acesso em: 30 dez. 2025.

CLOCLET DA SILVA, Ana Rosa. Imprensa católica e identidade ultramontana no Brasil do século XIX: uma análise a partir do jornal O Apóstolo. **HORIZONTE** - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 18, n. 56, p. 542, 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/22842>. Acesso em: 4 nov. 2024.

CLOCLET DA SILVA, Ana Rosa. Liberdade religiosa no Brasil oitocentista: uma história de -fronteiras borradas-. **Estudos de Religião**, v. 37, p. 65-92, [2023a]. DOI: <https://web.archive.org/web/20240219171347/https://doi.org/10.15603/2176-1078/er.v37n1p65-92> . Acesso em: 08 abr. 2024.

CLOCLET DA SILVA, Ana Rosa. O binômio civilização-cristianismo para o caso brasileiro (1750-1891). *In*: Elisa Cárdenas Ayala; Francisco Ortega. (org.). **El lenguaje de la secularización en América Latina**: contribuciones para un léxico. 1ed.Guadalajara: Ediciones Universidad de Cantabria, [2023b], v. 1, p. 45-62.

CLOCLET DA SILVA, Ana Rosa. Periodismo ultramontano y la transnacionalización del catolicismo decimonónico desde Brasil. **Debates de Redhisel**, v. 3, p. 59-82, 2021.

CLOCLET DA SILVA, Ana Rosa; AZEVEDO, Rodrigo de Jesus. A TFP contra o Papa Francisco: uma análise da reação católica ultraconservadora ao sínodo da Amazônia. *In: XXVII Encontro de Iniciação Científica, 2022, Campinas. Anais do XXVII Encontro de Iniciação Científica. Campinas: Puc-Campinas, 2022. v. 1. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/387039298_A_TFP_contra_o_Papa_Francisco_uma_analise_da_reacao_catolica_ultraconservadora_ao_Sinodo_para_a_Amazonia. Acesso em: 09 dez. 2025.*

CLOCLET DA SILVA, Ana Rosa; CARVALHO, Thaís da Rocha. A Cruzada ultramontana contra os erros da modernidade. **Revista brasileira de história das religiões**, v. 35, p. 9-42, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v12i35.45883>. Acesso em: 08 mar. 2024.

CLOCLET DA SILVA, Ana Rosa; ROY-LYSENCOURT, Philippe; CALDEIRA, Rodrigo Coppe. A intransigência católica como resposta à modernidade. *In: O Catolicismo no mundo contemporâneo: debatendo o intransigentismo no Brasil*. Campinas: Saber Criativo, 2024, p.17-37.

CLOCLET DA SILVA, Ana Rosa; SANTIROCCHI, Italo Domingos. “Dois centros de poder temporal são incompatíveis em um estado”: O Brasil e a Santa Sé no contexto do constitucionalismo. **História Constitucional**, [S.L.], v. 1, n. 25, p. 723-752, 2024. Universidad de Oviedo. DOI: <http://dx.doi.org/10.17811/hc.v0i25.1066>. Acesso em: 07 ago. 2025.

CLOCLET DA SILVA, Ana Rosa; BARROS, Douglas Ferreira; ZEFERINO, Jefferson. Politics and Semantics of Exclusion: Highlights on the Relationship between Religion and Public Life in Brazil. **International Journal of Public Theology**, 19(4), 475-490. 2025. Disponível em: <<https://doi.org/10.1163/15697320-20250019>>

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/ **Campanha da Fraternidade 2025: Fraternidade e ecologia integral**. Texto-base. Brasília: Edições CNBB, 2024.

CNBB. **Experiência piloto que deu origem à Campanha da Fraternidade teve início em 1961**. 2019. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/experiencia-piloto-que-deu-origem-a-campanha-da-fraternidade-teve-inicio-em-1961-em-natal-rn/>. Acesso em: 04 dez. 2025.

COELHO, Mário Marcelo; ALMEIDA, André Luiz Boccato de. Discernimento ético no magistério do Papa Francisco: uma reflexão teológica para o contexto atual. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 19, n. 59, p. 833, 2021. DOI: 10.5752/P.2175-5841.2021v19n59p833. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/horizonte/article/view/26348>. Acesso: 03 jun. 2025.

COLOMBO, LUIZA RABELO. **A Nova Pedagogia Da Hegemonia Evangélica E O Projeto Bolsonarista De Fascistização: A Interface Nas Políticas De Militarização Das Escolas E De Educação Domiciliar (2019-2022)** 2023. 386 f. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro, Seropédica Biblioteca Depositária: Biblioteca Central UFRRJ. 2023.

COMO DESCOBRIMOS os segredos da Maçonaria - prof. Alvaro Mendes. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2023]. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=2SI0eJHpJC0&t=2s>

CONHEÇA o Kit Gay da Campanha da Fraternidade!. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2021]. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=dVeSI5jAxWc&t=642s&pp=ygUuQ29uaGXDp2EgbyBLaXQgR2F5IGRhIENhbXBhbmhhIGRhIEZyYXRlcmlcm5pZGFkZQ%3D%3D>

CONRAD, Sebastian. **O que é a História Global?**. Lisboa: Edições 70. 2019. 311 p.

CORDI, Cassiano. **O tradicionalismo na República Velha.** 1984. 189 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1984.

Couto Neto, Geraldo Homero do. História digital e WEB 2.0: apontamentos para uma análise da ação política e ideológica da nova direita no YouTube. **Convergências: Estudos Em Humanidades Digitais**, v. 1, n. 6, p. 304–335, 2024. DOI: <https://doi.org/10.59616/cehd.v1i6.2016>. Acesso em: 30 jun. 2025.

DAGNINO, Evelina. “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?”. *In*: MATO, Daniel (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad, Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

DANIEL ALVES e Robinho: ponta de um iceberg revolucionário! | Chave Católica com Luciano Pires #11. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2024]. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=xsNYSm3ya7k&t=2s&pp=ygVNY2VudHJvIGZvbSBib3NjbyBEYW5pZWwgQWx2ZXMgZSBSb2JpbmhfOiBwb250YSBkZSB1bSBpY2ViZXJnIHJldm9sdWNpb27DoXJpbyHSBwkJhwoBhyohjO8%3D>.

DOM JORGE Pierozan condena a adoção de crianças por pessoas homossexuais. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2020]. Disponível em: https://www.YouTube.com/watch?v=tkLPz_FbMI0&t=136s.

DOM SCHNEIDER elabora a oração para implorar por um Papa santo!. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2024]. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=oGqxijGE7IM>

DI FIORE, André Gustavo. Pastoral. *In*: DI FIORE, André Gustavo; SOUZA, Ney de; FERREIRA, Reuberson (org.) **Dicionário da História do Catolicismo no Brasil**. São Paulo: Editora Recriar. 2024. p. 233-235.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Anatomia do novo neoliberalismo**. 2019. Tradução: CEPAT. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/591075-anatomia-do-novo-neoliberalismo-artigo-de-pierre-dardot-e-christian-laval>. Acesso em 28 ago. 2025.

EDIÇÕES ORATÓRIO. Instagram: @edicoesoratorio. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/edicoesoratorio>

ELES QUEREM as crianças!. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2021]. Disponível em: https://www.YouTube.com/watch?v=bT9qRreCVaY&list=RDbT9qRreCVaY&start_radio=1&pp=ygUpY2VudHJvIGRvbSBib3NjbyBlbGVzIHF1ZXJlbSBhcyBjcmlhbsOnYXOgBwE%3D

ENTERRANDO de vez as mentiras da Maçonaria! | Ação Católica #034. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2025]. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=M19UefhDyrU&t=5252s>

É O FIM! O Centro Dom Bosco vai ACABAR! Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=PWZ7ktoJYD4>

FAGANELLO, Marco Antonio. Bancada da Bala: uma onda na maré conservadora. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político Brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 145-163.

FARIAS, Andressa de Figueiredo; PESSOA, Taís Tavares Vieira. Associação Centro Dom Bosco De Fé E Cultura Versus Porta Dos Fundos E Netflix: Direito na Arte e a Colisão De Direitos Fundamentais. **Revista de Direito, Arte e Literatura**, v. 7, n. 1, p. 60–76, 2021. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2525-9911/2021.v7i1.7821. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistadireitoarteliteratura/article/view/782>. Acesso em 20 mai. 2024.

FASSIN, Éric. **Populismo e ressentimento em tempos neoliberais**. Rio de Janeiro: EDUERJ. 2016. 101 p. Tradução: Heloísa Martins Costa.

FEMINISMO e Demografia: a humanidade corre risco de extinção? | Chave Católica com Luciano Pires #12. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2024]. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=n08QIvFQ980&t=33s&pp=ygVPY2VudHJvIGRvbSBib3NjbyBGZW1pbmlzbW8gZSBEZW1vZ3JhZmlhOiBhIGh1bWFuaWRhZGUGY29ycmUgcmlzY28gZGUGZXh0aW7Dp8OjBw%3D%3D>

FERREIRA, Antônio da Silva. **Acima e Além: os sonhos de Dom Bosco**. Brasília: EDB (Editora Dom Bosco), 2011, 232p.

FERREIRA, Reuberson. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. In: DI FIORE, André Gustavo; SOUZA, Ney de; FERREIRA, Reuberson (org.) **Dicionário da História do Catolicismo no Brasil**. São Paulo: Editora Recriar. 2024. p. 300-305.

FRANCISCO, Papa. **Laudato Si'**: sobre o cuidado da casa comum. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2015. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papafrancesco_20150524_encyclica-laudato-si.html. Acesso em: 18 ago. 2025.

GAMA, Victor Almeida. Navegando em águas turvas: a recepção tefepista do Concílio Vaticano II. In: CLOULET DA SILVA, Ana Rosa; ROY-LYSENCOURT, Philippe; CALDEIRA, Rodrigo Coppe (org.) **O Catolicismo no mundo contemporâneo: debatendo o intransigentismo no Brasil**. Campinas: Saber Criativo, 2024, p.193-227.

GAMA, Victor Almeida. O Centro Dom Bosco e a atuação política da nova direita católica. *In: 31º Simpósio Nacional de História*, 2021. História, verdade e tecnologia, 2021. p. 1-13.

GGB. Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil. **Observatório do Grupo Gay da Bahia**. 2024. Disponível em: https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/2025/01/Observatorio_2024_de_Mortes_Violentas_de_LGBT-release-20-jan.-2024.pdf. Acesso em 03 dez. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. 176p.

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião e Sociedade**, v. 28, n. 2, p. 80-101, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-85872008000200005>. Acesso em: 05 mai. 2024.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. Teologia da Libertação no Brasil. *In: DI FIORE, André Gustavo; SOUZA, Ney de; FERREIRA, Reuberson (org.) Dicionário da História do Catolicismo no Brasil*. São Paulo: Editora Recriar. 2024. p. 397-402

GUERRA CULTURAL - Prof. Álvaro Mendes. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2019]. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=SIAQjMcc9-k&t=3675s>

HIRSCHMAN, A. O. **A Retórica da Intransigência: perversidade, futilidade, ameaça**. São Paulo: Companhia das Letras, [1991] 2019. 150 p. Tradução de Tomás Rosa Bueno.

IBGE. **Censo 2022: Brasil tem 391 etnias e 295 línguas indígenas**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44848-censo-2022-brasil-tem-391-etnias-e-295-linguas-indigenas>. Acesso em 07 jan. 2026.

INSTITUTO PATRICIA GALVÃO. **Violência contra as mulheres em dados**. 2025. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/117-mulheres-trans-foram-assassinadas-no-brasil-em-2024/>. Acesso em: 09 dez. 2025.

IPEA, Ministério do Planejamento e Orçamento. **Atlas da Violência**. 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2025.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo: estudos sobre História**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Puc Rio, 2014. 352 p. Tradução de Markus Hediger.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Editora Puc Rio, 2006. 358 p. Tradução de Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira.

KOSELLECK, Reinhart. **História de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social**. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020. Tradução de Markus Hediger.

LANCELOTTI, Júlio. **Tinha uma pedra no meio do caminho**. São Paulo: Matrioska Editora, 2021.

LANZA, Fabio; NEVES JR, José Wilson Assis; OLIVEIRA, Ana Cláudia Rodrigues de. A(s) Marcha(s) da Família, com Deus pela Liberdade (1964-2016): pensamento conservador católico e cristão no século XXI. **Revista Caminhos - Revista de Ciências da Religião**, v. 16, n. 1, p. 181–195, 2018. DOI: 10.18224/cam.v16i1.6360. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/6360>. Acesso em 19 out. 2024.

LEITE, Igor. Papa Francisco. In: DI FIORE, André Gustavo; SOUZA, Ney de; FERREIRA, Reuberson (org.) **Dicionário da História do Catolicismo no Brasil**. São Paulo: Editora Recriar. 2024. p. 105-110.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas: Papyrus, 1986.

LIMA, Thiago Arruda Queiroz. Contra o Estado laico: a condenação da liberdade religiosa pelo Centro Dom Bosco através do curso “Catecismo da Crise da Igreja”. **Revista Brasileira de História das Religiões**. 2024. 17. 1-21. DOI: 10.18764/1983-2850v17n51.2024.27. Acesso em: 07 mai. 2025.

MACARIO, Luis Felipe de Souza. **“Os hereges estão chegando”: o impacto da chegada do protestantismo ao Brasil nas páginas de O Apostolo'** 2022. 195 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) - Universidade Federal De Juiz De Fora, Juiz de Fora, Biblioteca Depositária: Centro de Difusão do Conhecimento - Biblioteca Universitária – UFJF, 2022.

Machado, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n.2, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n247463>. Acesso em: 04 nov. 2025.

MAIA, César; SALES, Lilian Maria. Ação Católica e modernidade religiosa: um debate sobre a autonomia do leigo. **Debates do NER**, v. 2, n. 34, p. 155–182, 2018. DOI: 10.22456/1982-8136.89950. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/89950>. Acesso em: 06 out. 2024.

MANNHEIM, Karl. **O significado do conservantismo**. São Paulo: Ática, p. 107-136, 1982.

MANOEL, Ivan Aparecido. Origens do tradicionalismo católico: um ensaio de interpretação. **Revista Brasileira De História Das Religiões**, v. 6, n. 16, p. 07-33. 2013. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v6i16.23504>. Acesso em: 05 nov. 2024.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 120, p. 61–76, 2019. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i120p61-76. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/155531>. Acesso em: 17 jan. 2025.

MELLO, Nina Garbellini; NICÁCIO, Camila Silva. O caso “católicas pelo direito de decidir”: impasses jurídicos entre ortodoxia religiosa e expressão dissidente. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, [S. l.], 2023. DOI: 10.22409/antropolitica.i.a56457. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/56457>. Acesso em: 16 jun. 2024.

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930**. 1984. 222f. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 1984. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1576516>. Acesso em: 10 out. 2024.

MODERNISMO: uma crise nas veias da Igreja. | Chave Católica com Luciano Pires #37. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2025]. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=G3gUEIYRIGw>

MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. **Religião e Sociedade**, v. 32, p. 167-183, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/SkS49xHZvjKxKvpS3Cg4gbD/abstract/?lang=pt>. Acesso em 03 set. 2024.

MORAES, Reginaldo. O legado de Margareth Thatcher. **Conjuntura Internacional**. Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 19-29, 2013. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/conjuntura/article/view/5699>. Acesso em: 23 abr. 2025.

MOURA, Carlos André Silva de. **Histórias cruzadas: debates intelectuais no Brasil e em Portugal durante o movimento de Restauração Católica (1910 - 1942)**. 417 f. 2015. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1626177>. Acesso em 08 abr. 2025.

NÃO COMPRE hambúrguer no Burger King!. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2021]. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=LNoFa9BnTiQ&pp=ygUcY2VudHJvIGRvbSBib3NjbyBidXJnZXIga2luZw%3D%3D>.

NIERO, Stela. **Intelectuais católicos: concepções integristas na revista Hora Presente e o conservadorismo católico no Brasil'** 2017. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro, Seropédica Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Da UFRRJ. 2017.

NOIRET, Serge. História Pública Digital. **Liinc em Revista**, v.11, n.1, p. 28-51, 2015. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>> DOI: <http://dx.doi.org/10.18225/liinc.v11i1.797>. Acesso em 18 jul. 2025.

NUNES, Maria José Rosado; BANDEIRA, Olívia; PEREIRA, Gisele Cristina. A quem pertence o termo “católicas”? Direito e mídia como arenas e estratégias do neoconservadorismo. **Plural**, São Paulo, Brasil, v. 28, n. 1, p. 17-49, 2021. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs.2021.185324. Disponível em: <https://revistas.usp.br/plural/article/view/185324>. Acesso em: 9 ago. 2025.

O "ESTADO Laico" é espiritualmente neutro? | Chave Católica com Luciano Pires #06. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2024]. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=ZOFKKG63mGI>

OLIVEIRA, Geovany Carneiro de Castro; MARINHO, Marcelo Benfica. Ultramontanismo, reforma e romanização: uma breve discussão conceitual. **Anais do Simpósio Nacional de Estudos da Religião da UEG: O céu, o inferno e o além: o pós-morte na História das Religiões**, v.1, n.1, 2019. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/sner/article/view/13485>. Acesso em 1 nov. 2024.

OLIVEIRA, Monsenhor André Sampaio de Oliveira. **Esclarecimento ao povo de Deus acerca de recentes declarações públicas da Associação Civil Centro Dom Bosco de Fé e**

Cultura. 2025. Disponível em: <https://arqbrasil.com.br/esclarecimento-ao-povo-de-deus-acerca-de-recentes-declaracoes-publicas-da-associacao-civil-centro-dom-bosco-de-fe-e-cultura/>. Acesso em 09 ago. 2025.

O QUE OS CATÓLICOS podem esperar da era Trump? | Ação Católica #028. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2025]. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=2HGux3pXU6Y&t=294s>

O RENASCIMENTO Católico do Brasil - Centro Dom Bosco - Caravelas Podcast #17. Caravelas Podcast. Canal do YouTube: @CaravelasPodcast. 2023. Disponível em: https://www.YouTube.com/watch?v=aMSnmq_Ldf4&t=3755s

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A Linguagem e seu funcionamento:** As formas do discurso. 4 ed. Campinas: Pontes, 1996.

O PLANO secreto da Maçonaria para destruir o Brasil e a Fé! | Ação Católica #033. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2025]. Disponível em: <https://www.YouTube.com/@centrodombosco>.

OS JUDEUS não creem em Jesus. E agora?. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2021]. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=uD5Wn1S1mhM&t=57s>

OS MAIORES erros do Centro Dom Bosco| SANTOFLOW NA EXPO. SantoFlow Podcast. Canal do YouTube: @ SantoFlowPodcast. 2025. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=aBG3hlYMOa0>

PADRE JÚLIO Lancellotti envergonha a Arquidiocese de São Paulo!. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2021]. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=vDvvAZPzNLY>.

PADRE JÚLIO Lancellotti sugere que paulistas são desumanos e persegue o CDB!. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2022]. Disponível em: https://www.YouTube.com/watch?v=LptPRwjG94A&list=PLEuNTNnNBFWglVAlMWW3d4P_qlSgK0ssi&index=5

PADRE SOFRE perseguição por defender a Verdade. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2019]. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=TC0Jaf25doE&pp=ygU0UGFkcmUgc29mcmUgcGVyc2VndWnDp8OjbyBwb3IgzGVmZW5kZXIgzYSBwZXJkYWRI4oCdIA%3D%3D>

"PAIS DE PET": um delírio afetivo contemporâneo | Chave Católica com Luciano Pires #17. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2024]. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=EBDFhFuCFO8&t=2s&pp=ygUwUGFpeyBkZSBQZXQiOiB1bSBkZWzDrXJpbyBhZmV0aXZvIGNvbnRlXBvcsoibmVv>

PAPA FRANCISCO autoriza bênção para "casais" do mesmo sexo!. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2023]. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=mP5mTf9lX-o&t=82s>

PAPA FRANCISCO: Gosto de pensar que o inferno está vazio!. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2024]. Disponível em: https://www.YouTube.com/watch?v=-TtPzU_29tQ&t=3s

PASSOS, João Décio. A salvação da pátria amada. *In*: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (org). **A Salvação da Pátria Amada: religião e extrema direita no Brasil**. São Paulo: Editora Paulus, [2024a], p.17-33.

PASSOS, João Décio. As Reformas do Papa Francisco: Conjuntura, Significados E Perspectivas. **Perspectiva Teológica**, [S. l.], v. 49, n. 2, p. 353, 2017. DOI: 10.20911/21768757v49n2p353/2017. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/3705>. Acesso em: 06 out. 2025.

PASSOS, João Décio. Os tradicionalismos e o tradicionalismo católico. **Revista Caminhos - Revista de Ciências da Religião**, v. 22, n. 1, p. 23–31, [2024b]. DOI: 10.18224/cam.v22i1.13847. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/13847>. Acesso em: 27 out. 2025.

PASSOS, João Décio; JESUS, Leomar Nascimento de. A bênção aos casais do mesmo sexo: Reflexões sobre a Declaração Fiducia Supplicans. 2024. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 84, n. 329, p. 716-739, 2024. Disponível em: <https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/5753>. Acesso em: 23 dez. 2025.

PAULA, Tiago Franco de. **Deus acima de tudo: a atuação política da Igreja Universal do Reino de Deus nas eleições presidenciais de 2018'** 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade De Brasília, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UnB – BCE. 2021.

PEIXOTO, Fernando Campos; VERAS, Cesar Augusto; BORGES, Pedro Pereira. São João Bosco: elo entre teologia e juventude. **Synesis (ISSN 1984-6754)**,v. 12, p. 37–52. Disponível em: <https://seer.ucp.br/seer/index.php/synesis/article/view/1991>. Acesso em: 24 jun. 2025.

PEIXOTO, Fernando Campos; VERAS, Cesar Augusto; BORGES, Pedro Pereira. Dom Bosco: notas para um olhar integral em vista da promoção dos “pobres” e “marginalizados”. **Multitemas**, v. 28, n. 68, p. 189-207. 2023. Disponível em: <https://multitemasucdb.emnuvens.com.br/multitemas/article/view/3651>. Acesso em: 24 jun. 2025.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2019. 224p.

PIO IX, Papa. **Constituição Dogmática Pastor Aeternus**, 18 de abril de 1870. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/constitutio-dogmatica-pastor-aeternus-18-iulii-1870.html>.

POR QUE O CATÓLICO é um Contrarrevolucionário? I Chave Católica com Luciano Pires #02. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2024]. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=rIbQkOcfJGc&t=1s>

POR QUE O PROTESTANTISMO tem data para acabar? I Ação Católica #025. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, [2024]. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=ph1M0qH1YHc>.

PORQUE PROCESSAMOS e vencemos as "Católicas" Pelo Direito de Decidir. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=8azyUmgPSWY&t=23s>

PRATES, Lisanio Francisco. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). *In: DI FIORE, André Gustavo; SOUZA, Ney de; FERREIRA, Reuberson (org.) Dicionário da História do Catolicismo no Brasil.* São Paulo: Editora Recriar. 2024. p. 291-294.

PRESIDENTE DISCURSA para lideranças católicas de todo o Brasil! . Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=3kV3FJCDJvs>

PY, Fábio. Padre Paulo Ricardo: trajetória política digital recente do agente ultracatólico do cristofascismo brasileiro . **Revista Tempo e Argumento**, v. 13, n. 34, 2021. DOI: 10.5965/2175180313342021e0202. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180313342021e0202>. Acesso em 18 mai. 2025.

PY, Fábio; REIS, Marcos Vinicius de Freitas. Católicos e evangélicos na política brasileira. **Estudos de Religião**, v. 29, n. 2, p.135-161, 2015.

QUEIROZ, Joao Vitor Pereira de. **Os bastiões da verdade: Um estudo de caso sobre o discurso conservador católico na internet'** 2021. 120 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal De Pernambuco, Recife Biblioteca Depositária: Biblioteca CFCH. 2021.

QUEM DE FATO foi São João Bosco? - Prof. Bruno Mendes. Canal do YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=vCOM8HCGIKU&t=5172s>

RAMIRO JÚNIOR, Luis Carlos. Igreja católica e política no século XIX: Brasil Colômbia. *In: 7º Congresso Latino-americano de Ciência Política da Associação Latino-Americana de Ciência Política.* 2013. ALACIP. Disponível em: <https://alacip.org/cong13/193-ramiro-7c.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2024

REIS, Leonardo de Almeida Tavares dos. **A expressão do conservadorismo político-religioso no segmento juvenil: um olhar sobre os jovens católicos do centro Dom Bosco.** 2023. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2023.

RÉMOND, René. **Introdução à história do nosso tempo: do antigo regime aos nossos dias.** 3 ed. Lisboa: Gradiva. 2003. Tradução de Teresa Loureiro.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**, organizado por Jacques Revel. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROY-LYSENCOURT, Phillippe. Os católicos tradicionalistas e a recepção do Concílio Vaticano II. *In: CLOULET DA SILVA, Ana Rosa; ROY-LYSENCOURT, Phillippe;*

CALDEIRA, Rodrigo Coppe (org.) **O Catolicismo no mundo contemporâneo: debatendo o intransigentismo no Brasil**. Campinas: Saber Criativo, 2024, p.99-135.

SAIBA O QUE está acontecendo no filme Lightyear!. Canal do YouTube:

@centrodombosco. Rio de Janeiro, [2022]. Disponível em:

<https://www.YouTube.com/watch?v=UOfMOLLYX9A&t=1s&pp=ygUwU2FpYmEgbyBxdWUgZXN0w6EgYWNvbnRlY2VuZG8gbm8gZmlsbWUgTGlnaHR5ZWZy>.

SAIBA QUEM está por trás da Campanha da Fraternidade!. Canal do YouTube:

@centrodombosco. Rio de Janeiro, [2021]. Disponível em:

<https://www.YouTube.com/watch?v=Uc8Slv0hvJU&t=184s>

SAIBA QUEM está por trás da Campanha da Fraternidade de 2022!. Canal do YouTube:

@centrodombosco. Rio de Janeiro, [2022]. Disponível em:

<https://www.YouTube.com/watch?v=ont2RoX08fM&t=337s&pp=ygU7U2FpYmEgcXVlbSBlc3TD0SBwb3IgdHlDoXMgZGEgQ2FtcGFuaGEgZGEgRnJhdGVybmlkYWRIIDIwMjI%3D>

SAIBA QUEM está por trás da Campanha da Fraternidade de 2023!. Canal do YouTube:

@centrodombosco. Rio de Janeiro, [2023]. Disponível em:

<https://www.YouTube.com/watch?v=nghcOM8JzZM&t=9s>

S.A.I.R. Dom Antônio de Orléans e Bragança apoia o Centro Dom Bosco. Canal do

YouTube: @centrodombosco. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em:

https://www.YouTube.com/watch?v=_KDwZQfGps8

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Padroado e Regalismo no Brasil Independente. **XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia**. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização - Ultramontanismo – Reforma. **Temporalidades**, Belo Horizonte, Vol. 2, n. 2, 2010.

Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5387>.

Acesso em: 1 dez. 2024.

SANTOS, Eduardo José Neves. A batina e o malhete: a “questão religiosa” no Brasil Império sob a perspectiva de fontes documentais. **Revista Ars Histórica**, nº 11, p.206-217, 2015.

Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7585922>. Acesso em 7 abr.2025.

SANTOS, Gilberto De Moura. **Religião E Política no Campo Evangélico Contemporâneo: Ancoragens, Homologias E Retraduções** 2016. 263 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal De Sergipe, São Cristóvão Biblioteca Depositária: BICEN. 2016.

SANTOS, Isabella De Fatima Cristo Ribeiro Dos. **Religião, Sexualidade e Política: uma análise da atuação da bancada evangélica sobre direitos LGBTs no Brasil** 2017.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal Fluminense, Niterói Biblioteca. 2017.

SBARDELOTTO, Moisés. Facetas midiático-digitais do neorreacionarismo católico no Brasil. **Reflexão**, 48, 2023. DOI: <https://doi.org/10.24220/2447-6803v48a2023e8864>. Acesso em: 27 mai. 2024.

SFGMC TV. "A Message From the Gay Community" Performed by the San Francisco Gay Men's Chorus. Canal do YouTube: @SFGMCTV. São Francisco (2021). Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=ArOQF4kadHA>

SILVA, Wellington Teodoro da; COTTA, Francis Albert. Política religiosa no Brasil. **HORIZONTE** - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, Belo Horizonte, v. 14, n. 42, p. 627–641, 2016. DOI: 10.5752/P.2175-5841.2016v14n42p627. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/horizonte/article/view/P.2175-5841.2016v14n42p627>. Acesso em: 18 mar. 2025.

SILVEIRA, Emerson Sena da. Linguagem ontológica e tradicionalismo em comunidades eletrônicas católicas. **Debates do NER**, v. 15, n. 25, p. 215-239, [2014a]. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8136.49729>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/49729>. Acesso em: 15 de abril de 2024.

SILVEIRA, Emerson Sena da. Tradicionalismo católico no ciberespaço: juventude, política e espiritualidade. **Revista Ciências Da Religião - História E Sociedade**, [2014b]. 12(2). Recuperado de <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/article/view/7479>. Acesso em 30 mi. 2024.

SOARES, Jorge Miguel Acosta. A Igreja católica e o governo Vargas: colaboração nascida de uma identidade programática. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Org). **A Salvação da Pátria Amada: religião e extrema direita no Brasil**. São Paulo: Editora Paulus, 2024. p. 53-79

SOLANO, Esther. A bolsonarização do Brasil. In: ABRANCHES, Sérgio et al. **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p.307-321.

SOUZA, Ney de, GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. **Catolicismo e Sociedade Contemporânea: do Concílio Vaticano I ao contexto histórico-teológico do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus Editora. 2013. 156p.

SOUZA, Ney de. Ação Católica, Militância leiga no Brasil: méritos e limites. **Revista de Cultura Teológica**, São Paulo, v.14, n. 55, p. 39-59. 2006.

SOUZA, Ney de. Integrismo: início e desdobramentos no Brasil. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Org). **A Salvação da Pátria Amada: religião e extrema direita no Brasil**. São Paulo: Editora Paulus, [2024a], p. 99-115.

SOUZA, Ney de. Padroado. In: DI FIORE, André Gustavo; SOUZA, Ney de; FERREIRA, Reuberson (org.) **Dicionário da História do Catolicismo no Brasil**. São Paulo: Editora Recriar. [2024b]. p. 402-409.

SOUZA, Ney de. Vaticano II. In: DI FIORE, André Gustavo; SOUZA, Ney de; FERREIRA, Reuberson (org.) **Dicionário da História do Catolicismo no Brasil**. São Paulo: Editora Recriar. [2024c]. p. 402-409.

SOUZA, Ney de; LANFRANCHI, Marcelo. Avanço do fundamentalismo católico nas redes sociais no Brasil. **Revista de Cultura Teológica**, [S.L.], n. 102, p. 193-213, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/rct.i102.58407>. Acesso 24 mai. 2024.

SOUZA, Rodrigo Tarcha Amaral; GRIGOLETTO, Eliane. Maria. A Educação Profissional no Centro Profissional Dom Bosco (CPDB) de Campinas: uma leitura do olhar do aluno. **Revista de Ciências de Educação** , v. XVIII, p. 209-230, 2016.

SOUZA, Wellegton Jean Barbosa de. Em nome de deus da família e da propriedade: o ativismo político religioso nas campanhas pró-Bolsonaro: 2018 e 2020. **Em Tese**, v. 20, n. 02, p. 227-242, 2023. Universidade Federal de Santa Catarina. DOI: <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2023.e94151>. Acesso em 09 out. 2024.

STJ. Associação Católica pelo Direito de Decidir pode continuar a usar “católicas” no nome. 2022. Disponível em:

<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2022/30092022-Associacao-Catolicas-pelo-Direito-de-Decidir-pode-continuar-a-usar-%E2%80%9Ccatolicas%E2%80%9D-no-nome.aspx>

SURVIVAL BRASIL. Davi Kopenawa Yanomami – Biografia. 2023. Disponível em: <https://www.survivalbrasil.org/informacao/davibiografia>. Acesso em 18 jan. 2026.